

---

---

ANFIP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FISCAIS DE  
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA  
E PREVIDÊNCIA SISTÊMICA  
(COLETÂNEA DE TEXTOS)

dezembro de 1999

---

---

# ÍNDICE

I . Análise da Seguridade Social em 1998 (abril de 1999).....	09
II. A Intervenção Terrorática do FMI (abril de 1999).....	25
III . Desempenho Macroeconômico do Primeiro Governo de FHC (maio de 1999).....	29
IV . Perfil da Carga Tributária Brasileira (maio de 1999).....	35
V . Previdência Social: Perspectiva (maio de 1999).....	51
VI . Considerações sobre a performance da Previdência Social (junho de 1999).....	53
VII. As Prefeituras e o Regime Próprio de Previdência Social (junho de 1999).....	57
VIII . Análise das Renúncias Fiscais no Âmbito dos Tributos Federais (julho de 1999).....	61
IX . Conjuntura Econômica: Realidade e Projeções (julho de 1999).....	65
X. Blocos de Capital e Dinâmica Econômica no Brasil (julho de 1999).....	73
XI . Perfil Sintético dos Beneficiários da Previdência Social (agosto de 1999).....	81
XII . Notas sobre a Questão Fundiária no Brasil (agosto de 1999).....	89
XIII. O Endividamento Externo nos Governos Eleitos (agosto de 1999).....	95

---

XIV . O Plano Plurianual do Governo Federal e a Previdência Social (setembro de 1999).....	101
XV . A Questão da Qualidade de Vida no Brasil e no Mundo (setembro de 1999).....	105
XVI . Tópicos Especiais sobre a Economia Brasileira (outubro de 1999).....	111
XVII. O Novo Remendo Fiscal do Governo: Mais impostos e mais inflação (outubro de 1999).....	115
XVIII . A Controvérsia sobre o Déficit da Previdência Social (novembro de 1999).....	119
XIX. Radiografia Social do Brasil do Real (novembro de 1999).....	131
XX . Fator Previdenciário: Aposentadoria mais distante (dezembro de 1999).....	165

---

# APRESENTAÇÃO

A *Assessoria de Estudos Socioeconômicos*, que funciona junto à Presidência da ANFIP, vem, mais uma vez, apresentar aos associados da entidade e à sociedade como um todo uma nova **Coletânea de Textos**. Desta vez, foram reunidos 20 (vinte) trabalhos técnicos desenvolvidos a partir de abril de 1999 e intitulados "**Dinâmica Socioeconômica e Previdência Sistêmica**". Alguns destes trabalhos foram publicados nos periódicos da ANFIP, tais como a *Revista de Seguridade Social* e *FCP Jornal*. Já outros, foram elaborados para subsidiar a atuação da entidade nos fóruns institucionais do País, tais como o Congresso Nacional, o Ministério da Previdência e Assistência Social e demais instituições públicas e privadas.

O objetivo desta nova Coletânea, além de divulgar os trabalhos da *Assessoria de Estudos Socioeconômicos*, é o de agregar, cada vez mais, informações pertinentes aos associados da ANFIP e ao público em geral.

Acreditamos que com mais esta iniciativa, a ANFIP estará contribuindo para elevar o debate das grandes questões nacionais com empenho analítico e qualidade profissional.

**CONSELHO EXECUTIVO**

---

---

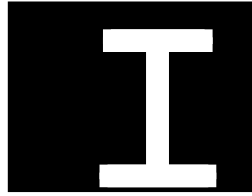
A missão da sociedade brasileira no novo milênio é construir um projeto de desenvolvimento econômico sustentado que tenha por princípios norteadores a erradicação da pobreza, a inclusão social, a distribuição da renda, uma previdência digna e a valorização cultural do nosso povo.

A Previdência Social é um patrimônio da sociedade brasileira e como tal deve ser preservada com seus princípios públicos e universais.

Assessoria de Estudos Socioeconômicos da ANFIP:

---





# ANÁLISE DA SEGURIDADE SOCIAL EM 1998

## - abril de 1999

### I - INTRODUÇÃO

A despeito de informações distorcidas e discursos divulgados junto à opinião pública, através dos quais propaga-se que a Previdência Social possui um déficit incontrolável, e apesar também da crise econômica que atravessa o país, o sistema vem apresentando crescimento ano após ano em sua arrecadação.

É preciso que fique claro, em primeiro lugar, que o diagnóstico distorcido que muitos realizam não leva em conta os repasses constitucionais advindos do Orçamento da Seguridade Social que são desviados em sua grande parte para cobertura de outros gastos. É exatamente pela ausência desses números que o déficit da Previdência Social apresentado pelo Governo é muito além do efetivamente comprovado.

Em segundo lugar, não se pode esquecer que a Previdência Social é parte de um todo que se chama *Seguridade Social*.

Nesse sentido, a presente análise se preocupa exatamente em fazer um balanço das **receitas e despesas da Seguridade Social**, bem como das distorções verificadas entre os recursos executados pelo Tesouro Nacional e aqueles efetivamente repassados.

O objetivo deste balanço é, portanto, mostrar que há equilíbrio nas contas da Seguridade Social, e até mesmo um saldo positivo se os

---

recursos fossem devidamente alocados para as áreas fins.

## II - BALANÇO DA SEGURIDADE SOCIAL EM 1998

A receita da Seguridade Social em 1998 teve a seguinte composição (Quadro 1):

- CFINS.....	R\$ 17,742 bilhões
- Contribuição sobre o Lucro Líquido .....	R\$ 6,525 bilhões
- Curso de Prognóstico.....	R\$ 1,480 bilhão
- Arrecadação Previdenciária Líquida(*).....	R\$ 47,166 bilhões
- CBF(**) .....	R\$ 8,113 bilhões
<b>TO TAL.....</b>	<b>R\$ 81,026 bilhões</b>

(\*) Arrecadação bancária + Simples + Outras Receitas - Terceiros

(\*\*) Exclusivo para Saúde

Do lado das despesas, foram alocados os seguintes valores:

- Benefícios Previdenciários.....	R\$ 56,021 bilhões
- Saúde.....	R\$ 17,470 bilhões
- Outras Despesas Previdenciárias (*).....	R\$ 3,667 bilhões
<b>TO TAL.....</b>	<b>R\$ 77,158 bilhões</b>

**SAÍDA(Receitas - Despesas).....R\$ 3,868 bilhões**

(\*) inclui despesas de pessoal e administrativas

Portanto, analisando as receitas e despesas da Seguridade Social teríamos um superávit da ordem de **R\$ 3,868 bilhões**, retido pelo Tesouro para pagamentos de outras despesas do Governo, como folha de inativos e pensionistas de outros ministérios, investimentos dos estados em infraestrutura para fornecimento de água e esgoto e até mesmo recursos para áreas tão díspares como pré-escola, vale-transporte, auxílio refeição/alimentação, etc.

---

Por outro lado, se analisarmos as receitas das rubricas individualmente, constata-se algumas **disfunções**:

a) **Cofins**

Pela execução orçamentária de 1998, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (SIN), verifica-se a seguinte alocação de recursos na receita da Cofins (Quadro 2):

- Saúde.....	R\$ 4,55 bilhões
- Previdência Social.....	R\$ 11,353 bilhões
- Social 1 (áreas fins).....	R\$ 15,888 bilhões
- Outras áreas.....	R\$ 11,000 milhões
- Retido no Tesouro.....	R\$ 1,750 bilhão
- <b>TOTAL ARRECADADO.....</b>	<b>R\$ 17,748 bilhões</b>

Inicialmente, verifica-se que houve retenção no Tesouro de R\$ 1,750 bilhão. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional afirma que repassou **R\$ 11,353 bilhões** da Cofins para a Previdência Social (Quadro 6). Na verdade, conforme Fluxo de Caixa do INSS (Quadro 3-a), foi repassado da Cofins somente **R\$ 1,188 bilhões**. Portanto, onde estão os restantes **R\$ 10,165 bilhões**?

Chama atenção também o valor de **R\$ 714 milhões** repassado da Cofins/LOAS para pagamento exclusivo de benefícios assistenciais de prestação continuada (idosos com mais de 70 anos e deficientes físicos), sendo que, no ano de 1998, seus gastos foram **de R\$ 1,134 bilhão, referentes a 848.299 beneficiários**. Há uma diferença de **R\$ 420 milhões** nessa rubrica (Quadros 4-a e 4-c).

---

### b. Contribuição sobre o Lucro Líquido

Pela execução orçamentária de 1998, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), verifica-se a seguinte alocação de recursos na receita da Contribuição sobre o Lucro Líquido (Quadro 2):

- Saúde.....	R\$ 1,36 bilhão
- Previdência Social.....	R\$ 4,529 bilhões
- Sítio 1 (áreas fins).....	R\$ 5,925 bilhões
- Outras áreas.....	R\$ 0,318 bilhão
- Retido no Tesouro.....	R\$ 0,282 milhões
- <b>TO TAL ARRECADAD.</b> .....	<b>R\$ 6,525 bilhões</b>

No mesmo sentido, houve retenção pelo Tesouro dessa rubrica de R\$ 282 milhões. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional afirma que repassou da Contribuição sobre o Lucro Líquido para a Previdência Social **R\$ 4,529 bilhões** (Quadro 6), sendo que, na verdade, conforme Fluxo de Caixa do INSS (Quadro 3-a), o valor transferido para a Previdência foi de **R\$ 4,063 bilhões**. Portanto, há uma diferença de **R\$ 466 milhões**.

### c. Receita Previdenciária

A receita previdenciária teve o seguinte comportamento (Quadro 3-a) em 1998:

- Arrecadação bancária do INSS.....	R\$ 48,206 bilhões
- Outras Receitas.....	R\$ 0,525 bilhão
- Simples.....	R\$ 1,95 bilhão
- <b>Sítio 1.....</b>	<b>R\$ 50,666 bilhões</b>

---

-	(-) Transferência a Terceiros.....R\$	3,500 bilhões
-	<b>TO TAL LÍQUIDO DISPONÍVEL.....R\$</b>	<b>47,166 bilhões</b>

A despeito do processo recessivo que atravessa o país, com taxas de desemprego muito elevadas (média de 18,0% da População Economicamente Ativa em 1998, segundo Pesquisa DIEESE/SEADE), queda da massa salarial, redução do mercado formal de trabalho, sonegação fiscal, evasão especulativa de divisas, crise na indústria e no comércio, PIB quase zero, mesmo assim o resultado apresentado pela receita previdenciária foi significativo, com um **crescimento nominal de 5,37 % em relação a 1997**.

A arrecadação do SIMPLES merece ser ressaltada, pois ela mais do que dobrou em 1998 comparativamente ao ano de 1997, passando de R\$ 936 milhões para R\$ 1,935 bilhão.

#### **d). Fundo de Estabilização Fiscal**

Pela execução orçamentária de 1998, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (SIN), verifica-se que o Ministério da Previdência e Assistência Social foi contemplado com um montante de recursos de **R\$ 4,532 bilhões** do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) (Quadro 7). Entretanto, pelo Fluxo de Caixa do INSS (Quadro 3-a), foi repassado a título da rubrica FEF apenas **R\$ 1,296 bilhão**. **Existe, pois, uma diferença de R\$ 3,236 bilhões**.

### **III - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS**

Foi gasto com benefícios em 1997 um total de **R\$ 56,021 bilhões** (conforme Fluxo de Caixa do INSS), para um universo total de **18.565.447** beneficiários, sendo **11.954.384** de benefícios urbanos e **6.611.063** de benefícios rurais (Quadro 5).

Os benefícios assistenciais e rurais (Rural, LOAS, RMV)

---

**representaram 22,20 %** desse total pago, ou seja, **R\$ 12,438 bilhões** (Quadro 4-c). Porém, foram recebidos do Tesouro Nacional **R\$ 9,370 bilhões**, advindos do Orçamento da Seguridade Social, para cobertura desses mesmos benefícios (Quadro 4-a), ou seja, 76 % do necessário. Somando-se à arrecadação rural de **R\$ 1,085 bilhão**, obtemos uma receita total de **R\$ 10,455 bilhões** (Quadro 4-b). Foram atendidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) 848.299 beneficiários idosos maiores de 70 anos e inválidos e gastos R\$ 1,134 bilhão. Já em relação à Renda Mensal Vitalícia (RMV), foram beneficiados outros 611.453 e gastos R\$ 968 milhões (Quadro 4-c).

Se fosse alocada a totalidade dos referidos recursos da Seguridade Social pelo Tesouro Nacional (Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido) o saldo em 1998 seria de **R\$ 1,983 bilhão** (Quadro 4-b).

Se somamos somente os quatro últimos anos (1995,1996,1997 e 1998), a Previdência teria um saldo de **R\$ 20,843 bilhões** (Quadro 4-d) para os benefícios assistenciais ou com pouca contribuição, caso o Tesouro cumprisse com sua obrigação constitucional. Desse modo, teríamos uma folga para mais de 5 meses de pagamento de benefícios, compatível com os saldos dos padrões mundiais.

Por outro lado, se analisamos a evolução quantitativa dos benefícios rurais, verificamos que o número de beneficiários aumentou de **4.204.616 em 1989** para **6.611.063 em 1998** (Quadro 5), o que representou um crescimento de **57 %** nesse período. Nesse último ano, o quantitativo rural representou 35,6% do total dos beneficiários cobertos pela Previdência Social, que foi de **18.565.447**. Portanto, mais de 1/3 (um terço) dos beneficiários da Previdência são provenientes da área rural, dando ao sistema um cunho eminentemente social.

Em termos monetários, verifica-se que a área rural especificamente é muito dispendiosa para a Previdência Social já que arrecadou em 1998 apenas **R\$ 1,085 bilhão** em contribuição e, em contrapartida, representou uma despesa de **R\$ 10,336 bilhões**, ou seja, **22,2% do gasto total com benefícios** (dados estatísticos agregados, Quadro 4-d). O subsistema de previdência rural **arrecadou apenas 10,5 % do total dos seus gastos em 1998**, deixando o grosso do pagamento de benefícios rurais por conta das contribuições urbanas.

---

Sabe-se perfeitamente que a situação da mão-de-obra rural no Brasil é das mais precárias, sendo que o trabalhador com carteira assinada é amplamente minoritário. Trata-se, portanto, de um segmento social pouco assalariado e, conseqüentemente, pouco contributivo, o que agrava mais ainda o desequilíbrio das contas da Previdência mas, por outro lado, a transforma num programa de renda mínima para as populações rurais.

O diagnóstico da Seguridade Social, demonstrado pelos números do seu balanço financeiro, é de equilíbrio entre as receitas e despesas totais, apresentando um saldo positivo bastante razoável. O que permanece sem explicação são as diferenças encontradas entre a execução e o repasse dos recursos do Orçamento da Seguridade Social, tais como a destinação de parte das receitas da Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido para outros fins.

**QUADRO 1**  
**RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL EXERCÍ-  
CIO DE 1998**

(EM R\$ BILH' ES CORRENTES)

<b>RECEITAS</b>	<b>1998</b>
ARRECADADA « √ O BANC; RIA (1)	50,666
COFINS	17,742
CONTRIBUI« √ O SOBRE O LUCRO	6,525
CONCURSO DE PROGÑ" STICO	1,480
<b>SUBTOTAL 1</b>	<b>76,413</b>
(+) CPMF(2)	8,113
<b>SUBTOTAL 2</b>	<b>84,526</b>
(-) TRANSFER NCIAS A TERCEIROS	3,500
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>81,026</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>VALORES</b>
BENEFÍCIOS (3)	56,021
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCI; RIAS (4)	3,667
SA/ DE	17,470
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>77,158</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>3,868</b>

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS, Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria 52/Fev/99) (5) e Secretaria da Receita Federal (SRF).

NOTAS:

- (1) Inclui Simples + outras receitas.
- (2) Exclusivo para a Saúde.
- (3) Correspondem aos previdenciários, assistenciais e rurais.
- (4) Inclui custeio administrativo e de pessoal.
- (5) A portaria nº 52 de Fev/99 da SIN foi a que divulgou a Execução Orçamentária do Governo Federal de 1998.



**QUADRO 2**  
**Repasses das Contribuições Sociais**  
**COFINS e Contribuição sobre Lucro**  
**Discriminados por área e evolução percentual**

(R\$ Bilh)

i reas	COFINS			LUCRO			
	1997 (a)	1998 (b)	B/A (%)	1997 (a)	1998 (b)	B/A (%)	1997 (a)
Sa de	5,270	4,540	-13,85	3,760	1,400	-62,77	9,03
<b>Previdência Social</b>	<b>8,490</b>	<b>11,350</b>	<b>33,69</b>	<b>0,530</b>	<b>4,530</b>	<b>754,72</b>	<b>9,02</b>
i reas Fins	13,760	15,890	15,48	4,290	5,930	38,23	18,05
Outras i reas	3,580	0,011	-99,69	0,079	0,318	302,53	3,66
Retido no Tesouro Nacional	1,780	1,750	-1,69	3,330	0,282	-91,53	5,11
<b>Total Geral</b>	<b>19,120</b>	<b>17,748</b>	<b>-7,18</b>	<b>7,699</b>	<b>6,525</b>	<b>-15,25</b>	<b>26,82</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

**QUADRO 3-a**  
**FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - INSS - 1998**

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Em R\$ Mil
1 - SALDO INICIAL	2.667.693	2.029.516	1.683.182	1.109.298	688.319	622.590	253.575	155.608	104.784	75.621	150.284	37.394	2.667.693
2 - TOTAL RECEBIMENTOS (A+B)	4.211.651	4.243.647	4.160.484	4.375.817	4.351.798	4.351.798	4.441.657	5.675.338	4.670.522	5.726.192	5.585.661	9.190.178	60.937.461
Arrecadação Bancária	3.750.724	3.713.864	3.754.089	3.734.495	3.726.111	3.780.053	3.850.242	3.830.730	3.794.453	3.975.285	3.688.683	6.607.950	48.206.329
Arrecadação Antecipada	1.192	794	703	535	908	219	233	357	306	628	469	571	6.805
Arrecadação Bancária e Antecipada	24.886	38.697	24.601	51.962	33.938	45.417	17.670	5.569	5.289	4.784	7.719	5.893	286.425
Ressgate de Títulos e Bonificações	0	0	0	0	0	0	2.488	0	5	0	0	16	2.516
Outros	194.613	28.166	61.809	26.071	33.201	51.449	21.276	15.694	49.064	23.733	20.143	39.336	525.152
Antecipação de Receita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.356.206	1.320.804	-2.677.010	0
SUB-TOTAL A	3.931.415	3.781.521	3.841.212	3.813.663	3.794.158	3.877.138	3.891.909	3.852.357	3.849.117	5.360.636	5.037.808	3.976.996	49.007.330
Arrecadação e SIMPLES	0	127.726	90.617	163.652	142.489	179.380	102.297	100.881	112.125	117.905	106.640	681.090	1.934.602
Recursos Ordinários	0	0	24.960	24.960	24.960	27.520	27.520	20.760	24.960	24.960	101.069	1.050.851	1.342.654
Cota de Previdência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COFINS	27.000	7.500	3.560	1.801	0	0	0	0	0	50.000	-27.843	411.648	473.660
COFINS/LOAS	0	50.000	0	148.826	276.000	0	133.496	0	0	0	105.948	0	714.270
Contribuição ao Plano Seguridade Social	0	0	7.800	7.800	7.800	8.600	11.702	7.800	7.800	0	0	74.923	134.225
Fundo de Estabilização Fiscal	0	26.000	40.383	57.280	109.700	179.919	118.425	131.026	157.520	182.351	188.008	105.384	1.295.999
Fundo de Estabilização Fiscal/EPU	0	0	105.232	88.297	40.020	50.001	40.295	38.884	0	0	53.966	121.331	538.036
Contribuição Social Sobre o Lucro	253.236	250.900	46.720	69.538	46.520	29.240	38.882	1.523.620	519.000	6	75	1.285.185	4.062.922
Concurso Prognóstico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.480.370	1.480.370
SUB-TOTAL B	280.236	462.126	319.272	562.154	647.498	474.680	472.607	1.822.981	821.405	385.556	527.863	5.220.782	11.977.141
3 - TOTAL DE PAGAMENTOS	4.849.828	4.589.981	4.734.368	4.796.796	4.507.398	4.720.813	4.462.483	5.726.162	4.699.685	5.651.529	5.677.957	8.771.262	63.188.244
Benefícios	4.516.005	4.025.987	4.061.757	4.117.332	4.128.479	4.097.048	3.724.623	5.287.128	4.095.328	4.878.187	4.941.552	8.147.923	56.021.349
Transferência a Terceiros	54.046	284.351	281.603	395.759	93.801	269.653	440.342	110.426	288.083	438.864	402.656	440.574	3.500.160
Outros	279.777	279.643	391.008	283.705	285.108	354.112	297.518	328.608	316.274	334.478	333.741	182.758	3.666.728
4 - SALDO CONTÁBIL/NICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - SALDO CONTÁBIL/MOVIMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - SALDO NOMINAL (1+2-3)	2.029.516	1.683.182	1.109.298	688.319	622.590	253.575	155.608	104.784	75.621	150.284	150.284	37.394	484.910
7 - SALDO OPERACIONAL (2-3)	-638.177	-346.334	-573.884	-420.979	-65.729	-369.015	-97.967	-50.824	-29.163	74.663	-112.290	426.916	-2.202.783

**QUADRO 3-b -  
FLUXO DE CAIXA - DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS -  
1998**

DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	NO ANO
<b>TOTAL DE PAGAMENTOS (A+B+C)</b>	<b>4.849.828</b>	<b>4.589.981</b>	<b>4.734.358</b>	<b>4.796.796</b>	<b>4.807.386</b>	<b>4.720.813</b>	<b>4.462.463</b>	<b>5.726.162</b>	<b>4.699.885</b>	<b>5.851.529</b>	<b>5.677.951</b>	<b>8.771.262</b>	<b>63.188.244</b>
<b>A - BENEFÍCIOS</b>	<b>4.516.005</b>	<b>4.025.987</b>	<b>4.061.757</b>	<b>4.117.832</b>	<b>4.128.479</b>	<b>4.097.048</b>	<b>3.728.623</b>	<b>5.287.128</b>	<b>4.095.228</b>	<b>4.975.187</b>	<b>4.994.562</b>	<b>8.147.923</b>	<b>56.021.939</b>
<b>B - OUTROS</b>	<b>279.777</b>	<b>279.643</b>	<b>391.008</b>	<b>283.705</b>	<b>285.106</b>	<b>354.112</b>	<b>297.518</b>	<b>328.608</b>	<b>316.274</b>	<b>334.478</b>	<b>333.741</b>	<b>189.768</b>	<b>3.666.738</b>
<b>PESSOAL</b>	<b>186.753</b>	<b>162.434</b>	<b>243.715</b>	<b>152.955</b>	<b>157.070</b>	<b>223.993</b>	<b>154.908</b>	<b>174.468</b>	<b>168.548</b>	<b>206.987</b>	<b>257.378</b>	<b>84.854</b>	<b>2.174.163</b>
a - Ativos	84.017	71.728	103.465	65.346	64.842	86.170	63.131	70.485	69.233	75.988	102.745	49.203	906.243
b - Inativo	102.736	89.706	140.250	87.609	92.228	137.823	91.777	103.983	99.295	102.538	153.578	35.433	1.268.187
c - IRPF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.889	438	1.16.546
d - Contribuição Pl. Seg. Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.572	645	13.217
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>93.024</b>	<b>117.209</b>	<b>147.293</b>	<b>130.750</b>	<b>128.036</b>	<b>130.119</b>	<b>142.610</b>	<b>154.140</b>	<b>147.626</b>	<b>127.491</b>	<b>76.363</b>	<b>97.914</b>	<b>1.432.575</b>
Amortizações e Encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração e Patrimônio	1.655	1.953	3.244	1.698	1.831	1.311	861	1.356	1.898	1.268	870	2.181	16.745
Material	3.908	2.332	4.180	6.924	5.507	3.181	2.391	2.020	2.405	30.551	1.572	1.395	66.326
Remuneração Bancária	745	30.712	39.093	37.130	34.235	35.890	35.397	59.240	47.847	42.652	0	60	362.801
Serviços de Terceiros	46.112	54.403	39.722	35.084	36.602	34.446	39.604	35.814	40.598	24.995	33.099	64.608	485.247
DATAPREV	21.041	5.035	28.071	31.703	24.224	31.188	32.430	28.122	28.916	793	9.908	7.904	249.936
ECI	3.356	1.310	4.928	1.866	1.414	618	1.828	2.802	1.447	45	1.406	1.828	22.349
GFAP	12.264	12.530	18.458	7.000	13.969	11.218	18.373	10.357	12.691	14.145	13.696	3.008	147.709
FUNDECENTRO	819	4.000	4.000	3.818	3.950	4.000	3.950	4.000	4.000	4.050	7.950	3.990	48.427
PASEP	1.019	951	684	453	623	559	0	206	221	168	193	213	5.290
Diversos	2.105	3.983	4.913	5.874	5.681	7.707	7.776	9.223	7.773	8.824	8.058	12.766	84.684
<b>C - TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS</b>	<b>54.046</b>	<b>284.351</b>	<b>281.603</b>	<b>395.759</b>	<b>93.801</b>	<b>289.853</b>	<b>440.342</b>	<b>110.426</b>	<b>288.083</b>	<b>438.864</b>	<b>402.658</b>	<b>440.571</b>	<b>3.300.157</b>
FUNDESAI - Fundação Educadora	14.952	94.990	63.168	61.525	61.366	76.590	62.465	77.649	89.262	63.483	195.964	136.698	1.059.132
INCRÁ	2.650	18.814	18.832	16.864	18.008	18.092	18.329	18.688	19.107	18.625	35.706	28.682	232.397
DFC / FIEDP Maritimo	623	1.737	1.641	1.641	1.311	1.351	1.496	1.544	1.611	1.592	3.136	2.481	20.010
SEFA - Fundo Aeronáutico	1.640	2.412	2.316	2.702	2.781	2.799	2.847	2.894	2.843	2.413	5.259	4.294	35.270
SDR - MAARA	635	3.281	3.184	3.087	3.087	3.136	3.281	3.282	3.359	3.359	6.273	5.018	41.165
SENAI	2.682	18.141	18.049	33.476	0	17.747	35.912	0	18.238	35.901	17.611	27.953	225.712
SESI	2.934	22.676	22.582	42.331	0	23.337	47.564	0	23.433	46.227	23.015	36.038	290.048
SENAEC	3.710	22.582	22.486	46.069	0	23.337	47.564	0	24.866	48.057	23.932	39.048	301.031
SESC	7.814	44.748	44.681	90.419	0	46.438	94.728	0	49.024	94.764	46.996	75.547	595.207
SEBRAE	6.457	42.894	42.794	84.065	0	43.595	88.189	0	45.622	86.906	43.425	69.357	562.582
SEMAR	690	3.180	3.088	3.983	0	2.898	7.205	0	3.377	6.369	2.992	3.235	37.017
SEST	5.491	5.405	5.308	5.172	4.343	5.210	6.491	3.660	5.404	6.663	5.018	7.911	66.266
SENAAT	3.778	3.571	3.474	3.524	2.895	3.473	4.360	2.569	3.571	4.545	3.228	5.289	44.318

**QUADRO 4-a**  
**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO**  
**PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS**  
**ASSISTENCIAIS E RURAIS - 1998**

*(R\$ Milhões)*

<b>Rubrica</b>	<b>1998</b>
Recursos Ordinários	1.343
Cota de Previdência	0
Cofins	474
Cofins/LOAS	714
Cofins/SAS	0
Fundo Estabilização Fiscal (1)	1.296
Contribuição Social S/ Lucro	4.063
Concurso Prognóstico	1.480
<b>Total</b>	<b>9.370</b>

Fonte: Fluxo de Caixa - INSS

(1) Exclui FEF/EPU

**QUADRO 4-b**  
**BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS**  
**SALDO - 1998**

*(em R\$ Bilhões)*

<b>RECEITA</b>	<b>1998</b>
- Transferido do Tesouro:	9,370
- Arrecadação rural:	1,085
<b>Total</b>	<b>10,455</b>
<b>- Pagamento:</b>	<b>12,438</b>
<b>SALDO</b>	<b>-1,983</b>

Fonte: Fluxo de Caixa - INSS

**QUADRO 4-C**  
**BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E RURAIS**  
**ANO: 1998**

ESP..CIE	QTDE	VALORES (R\$ MIL)
<b>RURAL</b>	6.611.063	10.336.000
<b>LOAS</b>	848.299	1.134.000
<b>RMV(1)</b>	611.453	968.110
<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.070.815</b>	<b>12.438.110</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>18.565.447</b>	<b>56.021.349</b>
<b>SUBTOTAL/ TOTAL GERAL (%)</b>	<b>43,47</b>	<b>22,20</b>

Fonte: Relatório DSS/INSS e Fluxo de Caixa

Nota:

(1) excluídos os 348.000 beneficiários rurais (correspondentes a R\$ 550,00 milhões), já incluídos em rubrica específica, e que totalizariam cerca de 959.453 beneficiários totais de RMV e cerca de R\$ 1,518 bilhão de despesas totais.

**QUADRO 4-d**  
**INSS - RESUMO DE SALDOS COM O TESOURO**  
**PERÍODO: 1995 A 1998s**

(Em R\$ Bilhões)(3)

Ano (1)	Pagamentos assistenciais e rurais (A)	Receita transferida (1) e rural (2) (B)	Diferença (total do saldo que deveria ter) (A-B)
1995	9,353	3,242	6,111
1996	10,278	3,273	7,005
1997	10,616	4,872	5,744
1998	12,438	10,455	1,983
<b>TOTAL</b>	<b>42,685</b>	<b>21,842</b>	<b>20,843</b>

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS e Assessoria Econômica-ANFIP

Notas:

(1) Receita transferida do Tesouro via Orçamento da Seguridade Social das Rubricas COFINS e Contribuição sobre o Lucro Líquido. Não estão incluídas nas transferências as despesas de pessoal de responsabilidade da União e que foram custeadas com recursos da Previdência Social, face alterações nos artigos 17 e 18 da lei 8.212/91.

(2) Na receita rural não estão incluídas as transferências das contribuições urbanas.

(3) Os valores estão expressos em termos correntes.

**QUADRO 5**  
**PREVIDÊNCIA SOCIAL - QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS**  
**PERÍODO: 1989 A 1998**

<b>ANO</b>	<b>BENEFÍCIOS URBANOS (A)</b>	<b>TX.CRESC. (%)</b>	<b>BENEFÍCIOS RURAIS (B)</b>	<b>TX.CRESC. (%)</b>	<b>TOTAL (C)</b>	<b>TX.CR (%)</b>
1989	7.918.589	-	4.204.616	-	12.123.205	-
1990	8.144.393	2,85	4.329.345	2,97	12.473.738	2,8
1991	8.534.205	4,79	4.101.366	-5,27	12.635.171	1,2
1992	8.704.040	1,99	5.005.727	22,05	13.709.767	8,5
1993	9.075.487	4,27	6.046.648	20,79	15.122.135	10,1
1994	9.327.033	2,77	6.426.147	6,28	15.713.180	3,9
1995	9.773.846	4,79	6.402.741	-0,36	16.176.587	2,9
1996	10.522.038	7,66	6.320.450	-1,29	16.912.493	4,5
1997	11.581.652	10,07	5.892.188	-6,78	17.473.840	3,3
1998	11.954.384	3,22	6.611.063	12,20	18.565.447	6,2

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - MPAS

**QUADRO 6**  
**SEGURIDADE SOCIAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA**  
**LUCRO/COFINS - 1998**

" RG\O	(R\$ MIL)		
	151(LUCRO)	153 (COFINS)	TOTAL
GAB. PRES. DA REP/ BLICA	9,197	376,708	385,905
GAB. VICE PRES. DA REP/ BLICA	0,000	0,000	0,000
SECRETARIA DE ASS. ESTRAT..GICOS	0,000	0,000	0,000
E.M.F.A	0,000	0,000	0,000
ADV. GERAL DA UNIÃO	0,000	0,000	0,000
MIN. DA AERONÁUTICA	590,832	441,542	1.032,374
MIN. DA AGRICULTURA	140.954,368	0,000	140.954,368
MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	974,700	1.098,689	2.073,389
MIN. DA FAZENDA	16.452,946	0,000	16.452,946
MIN. DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	146.969,590	2.080,344	149.049,934
MIN. DO EXERCÍCIO	2.027,939	2.222,273	4.250,212
MIN. DA IND. COM. E TURISMO	0,000	0,000	0,000
MIN. DA JUSTIÇA	0,000	80,000	80,000
MIN. DA MARINHA	170,692	2.969,828	3.140,520
MIN. DAS MINAS E ENERGIA	0,000	525,304	525,304
<b>MIN.DA PREVIDÊNCIA E ASSIST.SOCIAL</b>	<b>4.529.489,711</b>	<b>11.353.145,522</b>	<b>15.882.635,233</b>
MIN. PÚBLICO DA UNIÃO	0,000	0,000	0,000
MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0,000	0,000	0,000
<b>MIN. DA SAÚDE</b>	<b>1.396.598,026</b>	<b>4.535.284,560</b>	<b>5.931.882,586</b>
MIN. DO TRABALHO	121,808	182,708	304,516
MIN. DOS TRANSPORTES	0,000	0,000	0,000
MIN. DAS COMUNICAÇÕES	0,000	0,000	0,000
MIN. DA CULTURA	0,000	0,000	0,000
MIN. DO MEIO AMBIENTE	0,000	0,000	0,000
MIN. DA ADM. E REFORMA DO ESTADO	451,044	22,140	473,184
MIN. DO PLAN. E ORÇAMENTO	9.732,004	1.186,862	10.918,866
MIN. EXTRAORDINÁRIO DO ESPORTE	0,000	0,000	0,000
<b>TOTAL</b>	<b>6.244.542,86</b>	<b>15.899.616,48</b>	<b>22.144.159,34</b>
<b>REAS FINS</b>	<b>5.926.087,74</b>	<b>15.888.430,08</b>	<b>21.814.517,82</b>
<b>OUTRAS REAS</b>	<b>318.455,12</b>	<b>11.186,40</b>	<b>329.641,52</b>

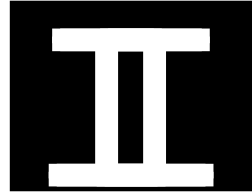
FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional e SIAFI/98

**QUADRO 7**  
**DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA**  
**FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL - FEF**  
**ANO: 1998**

	(R\$ MIL)
<b>” RG√O</b>	<b>199 (FEF)</b>
GAB. PRES. DA REP/ BLICA	229.550,46
MIN. DA AERONç UTICA	2.692.560,14
MIN. DA AGRICULTURA	997.856,90
MIN. DA CI NCIA E TECNOLOGIA	535.462,18
MIN. DA FAZENDA	3.655.309,17
MIN. DA EDUCAç√O E DESPORTO	3.724.841,43
MIN. DO EX. RCITO	6.392.650,23
MIN. DA IND. COM. E TURISMO	49.973,11
MIN. DA JUSTIçA	1.197.665,94
MIN. DA MARINHA	3.261.091,38
MIN. DAS MINAS E ENERGIA	107.312,73
<b>MIN. DA PREVID NCIA E ASSIST. SOCIAL</b>	<b>4.531.783,55</b>
MIN. P/ BLICO DA UNI√O	23.998,63
MIN. DAS RELaç’ ES EXTERIORES	100.335,21
<b>MIN. DA SA/ DE</b>	<b>2.327.152,27</b>
MIN. DO TRABALHO	678.100,21
MIN. DOS TRANSPORTES	1.415.881,36
MIN. DAS COMUNICAç’ ES	452.950,65
MIN. DA CULTURA	120.079,01
MIN. DO MEIO AMBIENTE	301.577,80
MIN. DA ADM. E REFORMA DO ESTADO	55.131,05
MIN. DO PLAN. E ORçAMENTO	578.265,38
MIN. EXTRAORDINç RIO DO ESPORTE	21.058,17
<b>TOTAL</b>	<b>33.450.586,96</b>
<b>ç REA FINS</b>	<b>6.858.935,82</b>
<b>OUTRAS ç REAS</b>	<b>26.591.651,14</b>

FONTE: SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL





## **A INTERVENÇÃO TECNOCRÁTICA DO FMI - abril de 1999**

### **I - DESEQUILÍBRIO EXTERNO E CRISE CAMBIAL**

Após o estouro financeiro proporcionado pelas crises asiática e russa, o nó cambial no Brasil teve um desenlace dramático: desvalorização do real, corrida especulativa ao dólar e flexibilização da relação real/dólar. Insistindo teimosamente numa política de captação de capitais estrangeiros de curto prazo para financiar o grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, o Governo se deparou com uma armadilha da liquidez internacional, ou seja, a fonte secou e a conta a pagar aumentou.

Essa política econômica de abertura externa indiscriminada atraiu onde os críticos já anunciavam, ou seja, no velho porto do Fundo Monetário Internacional. Países fragilizados financeiramente e apresentando um iminente esgotamento das reservas cambiais sempre acabam nos braços do FMI. O acordo com o Fundo torna disponível aporte de créditos emergenciais; seu aval possibilita que os bancos privados internacionais retomem os financiamentos necessários à rolagem das obrigações externas. Entretanto, para conceder este aval, o FMI exige medidas econômicas que implantam um quadro fortemente recessivo e deterioram as condições sociais da população.

No Brasil, a insistência com políticas monetárias restritivas, leia-se taxas de juros elevadas, diminuição do dinheiro em circulação e aperto no consumo, é parte essencial do acervo de instrumentos responsáveis pela fortíssima concentração de renda e riqueza. Ao mesmo tempo, o governo, frente à conseqüente expansão verificada na dívida pública (cerca de US\$ 340 bilhões até dezembro de 1998), reduziu sensivelmente seu volume

---

de gastos sociais e sua capacidade futura de autofinanciamento.

Políticas restritivas, ainda que permitam combater a elevação dos preços, só rentabilizam os detentores de capitais especulativos, penalizam a produção, reduzem os empregos e os salários e geram insolvência nas empresas de menor porte.

## II- APORTE FINANCEIRO E AS CONDIÇÕES DO ACORDO

A crise cambial, deflagrada em janeiro de 1999, piorou as contas do país, já que onerou ainda mais nossa dívida externa (que se encontrava em dezembro de 1998 no montante de US\$ 228 bilhões) e impediu a queda na taxa de juros, elevando também nossa dívida interna. Diante desse quadro, o FMI apimentou ainda mais suas exigências, já que as metas de contenção do déficit público ficaram comprometidas.

O programa de assistência financeira ao Brasil, chefiado pelo FMI, inclui um aporte de recursos de US\$ 41,829 bilhões, sendo feita a seguinte repartição pelas fontes primárias: US\$ 18,299 bilhões diretamente do próprio Fundo; US\$ 13,280 bilhões do BIS; US\$ 1,250 do BOJ (Japão); US\$ 4,500 bilhões do Banco Mundial (BIRD) e US\$ 4,500 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As condições, no entanto, pioraram.

Pelas bases do novo acordo, a recessão deve fazer um estrago no PIB da ordem de -2,0%, a inflação deve ficar num intervalo de 10% a 15%, os investimentos sociais serão drasticamente reduzidos, a taxa de desemprego deverá bater recorde histórico (10% da População Economicamente Ativa - PEA, medido pelo IBGE), os juros permanecerão altos (em torno de 25% ao ano, em média) e as dívidas interna e externa já estarão muito mais elevadas. A primeira devido aos juros altos, e a segunda, em consequência da maxidesvalorização cambial que super onerou os pagamentos em dólares.

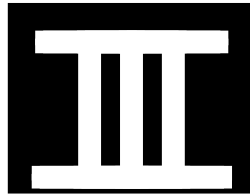
A operacionalização do acordo com o FMI implica minucioso monitoramento dessa instituição nos negócios do país, ferindo a nossa autonomia política e, conseqüentemente, nossa autogovernabilidade. O Brasil precisa escapar do círculo vicioso da dependência do capital externo e da pobreza. Para lograr um desenvolvimento econômico

---

sustentado, necessita urgentemente de aumentar sua poupança interna em relação ao PIB e limitar a captação de poupança externa não produtiva.

O governo deveria inverter seu campo de prioridades, ou seja, investir mais no mercado interno e em seus recursos naturais e humanos para, no futuro, melhor se inserir no cenário internacional.

---



## DESEMPENHO MACROECONÔMICO DO PRIMEIRO GOVERNO DE FHC - maio de 1999

### INTRODUÇÃO:

Após o término do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que corresponde ao período de 1995 a 1998, pode-se fazer uma avaliação técnica mais detalhada do desempenho de seu governo, a partir de diversos indicadores macroeconômicos importantes, a seguir apresentados.

### O LADO OBSCURO:

A taxa de desemprego, segundo Pesquisa da Fundação SEADE e DIEESE, passou de 13,2% da população Economicamente Ativa (PEA) ou força de trabalho disponível, em 1995, para 18,3% da mesma PEA em 1998. Essa última taxa é recorde histórico no Brasil e equivale a aproximadamente 15 milhões de desempregados se considerarmos que o total da força de trabalho se encontra próxima a 75 milhões de pessoas. Em 1999, esse quadro piorou. Segundo a mesma pesquisa, a taxa de desemprego bateu novo recorde em São Paulo, mais de 20% da PEA.

As reservas internacionais (dólares em caixa no Banco Central) caíram de US\$ 52 bilhões em 1995 para US\$ 42,1 bilhões em 1998. As reservas significam o lastro do país em moeda estrangeira. Quanto menor esse lastro maior o perigo de insolvência e governabilidade do país. O país apresenta reserva efetiva quando a entrada de dólares é oriunda do

---

seu comércio com o resto do mundo, descontados os capitais especulativos.

A presença estrangeira nas empresas, o que vale dizer a participação do capital estrangeiro no patrimônio líquido das empresas nacionais, cresceu 78% no período, aumentando o capital acionário de US\$ 72,7 bilhões em 1995 para US\$ 129,4 bilhões em 1998. Isso mostra claramente a opção do atual governo em promover a desnacionalização da economia brasileira, posição passiva frente à globalização econômica e financeira.

Em consequência desse processo de desnacionalização, a remessa de lucros (lucros resultantes da produção econômica direta) para o exterior aumentou 102,86%, passando de US\$ 3,5 bilhões em 1995 para US\$ 7,1 bilhões em 1998. Essas remessas significam que os lucros não estão sendo reinvestidos no país, mas sim enviados para as matrizes estrangeiras. Vale assinalar que nesse tipo de remessa de lucros para o exterior não estão incluídos aqueles obtidos no mercado financeiro, através do "jogo" especulativo.

A dívida externa cresceu 43,8%, saltando de US\$ 159,26 bilhões em 1995 para US\$ 228,19 bilhões em 1998, o que corresponde a 26,8% do PIB nesse último ano. Aumentou ainda mais com a liberalização cambial de janeiro de 1999. Esse novo aumento deve ter chegado a cerca de 40%, até abril de 1999.

Em consequência desse aumento, o pagamento de juros da dívida externa cresceu 51,89%, passando de US\$ 10,6 bilhões em 1995 para US\$ 16,1 bilhões em 1998. Também em consequência da mádesvalorização do real frente ao dólar, esse montante cresceu ainda mais, na proporção do ajuste cambial.

O déficit da balança comercial do Brasil com o resto do mundo passou de US\$ 3,0 bilhões em 1995 para US\$ 6,4 bilhões em 1998, ou o equivalente a 113,32% de aumento. Com a mádesvalorização da moeda nacional, que normalmente favorece as exportações, esperava-se a reversão desse quadro. No entanto, isso não vem acontecendo no presente ano.

Enquanto isso, a dívida interna cresceu 100% no período, passando de US\$ 170,33 bilhões em 1995 para US\$ 340,67 bilhões em 1998, o que

---

corresponde a 40% do PIB. A estabilização e mesmo a queda dessa dívida vai depender do comportamento das taxas de juros que, por sua vez, vem sofrendo grandes oscilações.

Já com relação ao déficit público (receitas - despesas + juros), ele cresceu 92,13% no período e significou 8,1% do PIB em 1998. Em valores, passou de US\$ 33,95 bilhões em 1995 para US\$ 65,23 bilhões em 1998. Da mesma forma que a dívida interna, a evolução desse déficit é determinado pela política monetária do governo. Espera-se que o governo consiga, neste ano, obter superávit nominal (receitas - despesas, excluído o pagamento de juros).

A carga tributária aumentou de 25% do PIB em 1995 para 30% em 1998, evidenciando a insistência do governo em promover remédios fiscais, que vem penalizando trabalhadores ativos e inativos, ao invés de articular politicamente um novo pacto federativo com vistas à implantação de uma reforma tributária que corrija as distorções existentes entre os três níveis de governo.

A taxa de juros aumentou muito nesse período, atacando o consumo, encarecendo o crédito, favorecendo os bancos, e gerando queda na produção industrial em 2,5%, com as conseqüências recessivas que todos nós conhecemos, como por exemplo o aumento do desemprego.

## **ALGUNS ALENTOS:**

O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de toda a riqueza gerada no país em bens e serviços, teve um crescimento real, descontada a inflação, de 13,86%, passando de US\$ 707,3 bilhões em 1995 para US\$ 805,3 bilhões em 1998, segundo o Banco Central. É preciso que fique claro que estamos longe das taxas de crescimento verificadas ao longo dos anos 60 e 70 (algo como 7% ao ano). Cabe também assinalar que os valores do PIB variam de instituição para instituição e de moeda para moeda.

A taxa de inflação, medida pelo INPC do IBGE caiu de 21,98% em 1995 para 2,49% em 1998, ainda que a um custo cambial e social muito altos. Com a crise cambial, espera-se uma taxa maior em 1999, acima de 10%.

---

A taxa de investimentos diretos, em relação ao PIB, cresceu de 15% em 1995 para 17,5% em 1998. Esses investimentos se encaminharam mais para a reestruturação produtiva de diversos setores industriais do que propriamente para a produção de bens.

Os investimentos estrangeiros cresceram de US\$ 5,5 bilhões em 1995 para US\$ 24,8 bilhões em 1998. Esse indicador é mais preciso e produtivo se for subtraído do montante de capital volátil entrado. Isso é algo muito difícil de ser feito, dada a velocidade de entrada e saída desses capitais no curto prazo.

A seguir, os Quadros 1 e 2 apresentam os principais indicadores da economia brasileira no período de 1995 a 1998, que corresponde ao primeiro governo de FHC, governo esse marcado pela obsessão antinflacionária e pela brutal redução do mercado de trabalho.



**QUADRO 1**  
**BRASIL - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS**  
**PERÍODO: 1995 A 1998**

ANO	PIB	CRESC. (%)	TAXA DE DESEMPREGO (EM % DA PEA)(1)	TAXA DE INVESTIMENTO (EM % DO PIB)	TAXA DE INFLAÇÃO (%)(INPC)	BALANÇO COMERCIAL	DÍVIDA INTERNA	(VALORES E
								(EM % DO PIB)
1995	707,3	-	13,2	15,0	21,98	-3,0	170,33	21,6
1996	774,9	9,56	15,1	15,4	9,12	-5,5	237,60	30,4
1997	804,1	3,77	16,0	16,1	4,34	-8,4	251,78	30,1
1998	805,3	0,15	18,3	17,5	2,49	-6,4	340,67	40,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Notas:

(1) Pesquisa da Fundação SEADE e DIEESE

(2) Receitas - Despesas + Juros

**QUADRO 2**  
**BRASIL - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS**  
**PERÍODO: 1995 A 1998 (CONTINUAÇÃO)**

ANO	RESERVAS INTERNACIONAIS	INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS	PRESENÇA ESTRANGEIRA NAS EMPRESAS(1)	REMESSA DE LUCROS PARA O EXTERIOR	(VALORES EM)	
					DÍVIDA EXTERNA	(E)
1995	52,0	5,5	72,7	3,5	159,26	
1996	60,1	10,5	85,9	3,8	178,13	
1997	52,2	18,7	106,4	6,5	192,89	
1998	42,1	24,8	129,4	7,1	228,19	

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota:

(1) Participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras



## **PERFIL DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA - maio de 1999**

### **I - INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem por finalidade traçar um perfil da carga tributária brasileira através de uma análise comparativa dos anos de 1997 e 1998.

Nesse sentido, o estudo foi dividido em cinco partes. Na primeira, a análise se situa por nível de governo; na segunda, por categoria de tributação; na terceira, trata especificamente da tributação sobre o consumo, com ênfase para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); na quarta parte, analisa o ranking das principais receitas tributárias no Brasil. Por fim, na última parte, apresenta uma evolução histórica da carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) da economia.

A assessoria econômica da ANFIP aproveitou a oportunidade para realizar um exercício metodológico sobre a carga tributária brasileira, com agrupamentos tributários fora das especificações da receita federal.

Os dados estatísticos que embasam o estudo foram levantados junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), Confaz, Cotepe/Secretarias Estaduais de Fazenda e IPEA.

### **II - CARGA TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO**

A carga tributária é dividida em três níveis ou esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal.

---

## A - Nível Federal

Nesse nível se concentra o maior volume monetário de toda a arrecadação de tributos (Quadro 1). Em valores, a receita total da União em 1998 foi de R\$ 186,674 bilhões, correspondendo a 21,41 % do PIB que, por sua vez, foi calculado em R\$ 872,082 bilhões, a partir de informações obtidas junto ao Instituto de Planejamento Econômico Aplicado - IPEA.

Se comparamos com o ano de 1997, podemos verificar que houve um crescimento de 9,26% na arrecadação. Nesse ano, a União tinha arrecadado R\$ 170,844 bilhões e representava 19,96% do PIB. Este, por sua vez, somava R\$ 856,141 bilhões em 1997.

A receita da União é subdividida em *Impostos, Contribuições e Outros Tributos*. Os primeiros somaram R\$ 74,133 bilhões em 1998, com crescimento de 18,63% em relação a 1997, quando somou R\$ 62,492 bilhões. Essa variação positiva se deve fundamentalmente ao aumento do imposto de renda na fonte de pessoas físicas e jurídicas. O total de impostos, que incluem o IPI, IR, Comércio Exterior, IOF e ITR, representava 7,3 % do PIB em 1997 e 8,5 % em 1998.

Quanto ao montante referente à arrecadação das *Contribuições e Outros Tributos*, aqui agregados, e que incluem a Contribuição Previdenciária, COFINS, FGIS, Contribuição sobre o Lucro Líquido, CPMF, PIS/PASEP, Seguridade dos Servidores, Salário Educação e Outras Receitas, atingiu R\$ 112,541 bilhões em 1998, com um crescimento de 3,97% em relação a 1997, quando então somou R\$ 108,352 bilhões. Em relação ao PIB, as *Contribuições Sociais e Outras Receitas* participavam com 12,66 % em 1997 e 12,90% em 1998.

**QUADRO 1**  
**CARGA TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO - 1997 E 1998**  
**A - FEDERAL**

RECEITAS	1997			VALOR (R\$ BILH. ES)	PARTIC. (%) RELATIVA	PARTIC. (%) S/O PIB	VALOR (R\$ BILH. ES)	P/ F
	VALOR (R\$ BILH. ES)	PARTIC. (%) RELATIVA	PARTIC. (%) S/O PIB					
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	5.138	3,01	0,60	6.544				
IMPOSTO SOBRE EXPORTAÇÃO	0,003	0,00	0,00	1,700				
IMPOSTO SOBRE PROD. INDUSTRIALIZADOS	16,833	9,85	1,97	16,306				
IMPOSTO SOBRE A RENDA	36,524	21,38	4,27	45,818				
IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3,785	2,22	0,44	3,541				
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	0,209	0,12	0,02	0,224				
<b>TOTAL DE IMPOSTOS</b>	<b>62,492</b>	<b>36,58</b>	<b>7,30</b>	<b>74,133</b>				
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	47,970	28,08	5,60	50,141				
COFINS	19,118	11,19	2,23	17,742				
FGTS	12,925	7,57	1,51	16,782				
CPMF	6,909	4,04	0,81	8,113				
PIS/PASEP	7,590	4,44	0,89	7,547				
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	7,698	4,51	0,90	6,525				
CONTRIB. PLAN. SEG. SOC. SERVIDORES	2,595	1,52	0,30	2,482				
SAL. RIO EDUCACIONAL	2,887	1,69	0,34	2,459				
OUTRAS RECEITAS	0,660	0,39	0,08	0,750				
<b>TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>108,352</b>	<b>63,42</b>	<b>12,66</b>	<b>112,541</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>170,844</b>	<b>100,00</b>	<b>19,96</b>	<b>186,674</b>				

Fonte: Secretaria da Receita Federal - SRF, Secretaria do Tesouro Nacional - SIN, INSS

Notas: (1) O PIB de 1997 foi calculado em R\$ 856,141 bilhões e o de 1998 em R\$ 872,082 bilhões, a partir de dados do IPEA.

(2) Não foi incluída a arrecadação do "Sistema S", por não considerarmos como receita típica de governo.

---

## **B – Nível Estadual**

Na esfera dos estados, o valor arrecadado, que corresponde às receitas próprias, alcançou R\$ 69,642 bilhões em 1998, correspondendo a 7,99% do PIB (Quadro 2).

A carga fiscal estadual é composta pelo *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*, que é responsável por 87,49% da receita estadual total; o *Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)*, responsável por 6,40% dessa receita; o *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITOD)*, responsável por apenas 0,51% da mesma receita, e a Previdência estadual, responsável por 5,22% da receita estadual total. Todos os dados se referem ao ano de 1998.

Se comparamos com o ano de 1997, podemos verificar que houve um crescimento de 3,41 %. Nesse ano, o conjunto dos estados tinha arrecadado R\$ 67,344 bilhões e representava 7,87 % do PIB.

## **C – Nível Municipal**

Na esfera dos municípios, cerca de 5.000 em todo o país, o valor arrecadado em 1998 foi de R\$ 11,491 bilhões (Quadro 3), o que daria uma média de R\$ 2,298 milhões por município.

A carga fiscal municipal é composta do *Imposto sobre Serviços (ISS)*, que em 1998 representou 39,35 % da receita municipal total; o *Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)*, que representou 30,89% dessa receita; o *Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)*, que representou 6,90% da mesma receita; a Previdência Municipal, que representou 3,33% da mesma receita, e *Outros (tais como IVC, taxas, contribuições de melhorias, etc.)* que, somados, representaram 19,52% do total municipal.

Se comparamos com o ano de 1997, podemos verificar que houve uma leve queda de 0,78%. Nesse ano, o conjunto da arrecadação tributária municipal somou R\$ 11,582 bilhões e representou 1,35% do PIB, sendo que a ordem de importância dos impostos em termos de participação relativa não era diferente de 1998, quando então participaram

---

com 1,32% do PIB.

#### **D - Resumo Geral**

Os três níveis da carga tributária brasileira, Federal, Estadual e Municipal arrecadaram juntas o montante de R\$ 267,808 bilhões em 1998 ou o equivalente a 30,71% do PIB. Isso resultou num crescimento de 7,22% em relação a 1997, quando então somou R\$ 249,770 bilhões. Vamos nos ater a cada uma das esferas tributárias individualmente (Quadro 4).

A receita total federal, ou da União, correspondeu a 69,70% do total da receita tributária brasileira e 21,41% do PIB em 1998. Essas participações cresceram em relação a 1997.

A receita total dos estados correspondeu a 26% do total da receita tributária brasileira e a 7,99 % do PIB em 1998. Em relação a 1997, caiu sua participação relativa, que se situava em 26,96%. Por outro lado, aumentou um pouco sua representatividade no conjunto do PIB.

A receita total dos municípios correspondeu a apenas 4,29% da carga tributária brasileira e a ínfimos 1,32% do PIB em 1998. Em relação a 1997, a situação praticamente se manteve inalterada.

**QUADRO 2**  
**CARGA TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO**  
**B - ESTADUAL**

	1997			VALOR (R\$ BILH' ES)	PARTIC. (%) S/O PIB	VALOR (R\$ BILH' ES)	PAR REL
	VALOR (R\$ BILH' ES)	PARTIC. (%) RELATIVA	PARTIC. (%)				
ICMS	59,577	88,47	6,96	60,927		87	
IPVA	3,800	5,64	0,44	4,455		6	
ITCD	0,266	0,39	0,03	0,318		0	
PREVID NCIA ESTADUAL	3,360	4,99	0,39	3,633		5	
OUTROS(1)	0,341	0,51	0,04	0,309		0	
<b>TOTAL</b>	<b>67,344</b>	<b>100,00</b>	<b>7,87</b>	<b>69,642</b>		<b>10</b>	

Fonte: COTEPE/Secretarias Estaduais de Fazenda

Nota: O PIB de 1997 foi calculado em R\$ 856,141 bilh'es e o de 1998 em R\$ 872,082 bilh'es, a partir

(1) Inclui AIR, ICM, Taxas, etc.



**QUADRO 3**  
**CARGA TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO**  
**C - MUNICIPAL**

IMPOSTOS	1997		PARTIC. (%) S/O PIB	VALOR (R\$ BILH' ES)	PARTIC. (%) RELATIVA	VALOR (R\$ BILH' ES)	PARTIC. RELA
	VALOR (R\$ BILH' ES)	PARTIC. (%) RELATIVA					
ISS	4,516	38,99	0,53	4,522		39,	
PTU	3,613	31,19	0,42	3,550		30,	
ITBI	0,820	7,08	0,10	0,793		6,5	
PREVID NCIA MUNICIPAL	0,354	3,06	0,04	0,383		3,5	
OUTROS(1)	2,279	19,68	0,27	2,243		19,	
<b>TOTAL</b>	<b>11,582</b>	<b>100,00</b>	<b>1,35</b>	<b>11,491</b>		<b>100</b>	

Fonte: Secretaria da Receita Federal - SRF

Nota: O PIB de 1997 foi calculado em R\$ 856,141 bilh es e o de 1998 em R\$ 872,082 bilh es, a parti (1) inclui, Contribui es de melhoria e taxas.

**QUADRO 4**  
**CARGA TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO**  
**RESUMO GERAL**

NÍVEL DE GOVERNO	1997			VALOR (R\$ BILH' ES)	PART.(%) RELATIVA	PART.(%) S/O PIB	VALOR (R\$ BILH' ES)	PAR REL.
	VALOR (R\$ BILH' ES)	PART.(%) RELATIVA	PART.(%) S/O PIB					
FEDERAL	170,844	68,40	19,96	186,674				69
ESTADUAL	67,344	26,96	7,87	69,642				26
MUNICIPAL	11,582	4,64	1,35	11,492				4
<b>TOTAL</b>	<b>249,770</b>	<b>100,00</b>	<b>29,17</b>	<b>267,808</b>				<b>10</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Confaz, Cotepe

Nota: O PIB de 1997 foi calculado em R\$ 856,141 bilhões e o de 1998 em R\$ 872,082 bilhões, a IPEA

---

### III – CARGA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA

No sentido de analisar a carga tributária por tipo de incidência, agrupou-se os impostos e contribuições nas seguintes categorias: 1). Renda e Capital, 2). Consumo, 3). Propriedade, 4). Mão-de-obra e Contribuição Previdenciária e 5). Outras Receitas, conforme Quadro 5. A seguir, são analisadas as categorias individualmente, ainda com base no Quadro 5.

A categoria *Renda e Capital* é composta pelo Imposto de Renda (IR), pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Essa categoria arrecadou, em 1998, R\$ 63,997 bilhões, com crescimento de 16,54 % em relação a 1997, quando somou R\$ 54,916 bilhões. Representou 23,90% da carga tributária total e 7,34% do PIB em 1998.

Na categoria *Consumo* foram incluídos o Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Serviços, o PIS/PASEP, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e os impostos sobre o Comércio Exterior. Juntos, eles somaram R\$ 115,288 bilhões, em 1998, apresentando um crescimento de 2,55% em relação a 1997, quando alcançaram o montante de R\$ 112,425 bilhões. Essa categoria representou 43,05 % da carga tributária total e 13,22 % do PIB em 1998.

Na categoria *Propriedade* estão agrupados o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Territorial Rural (ITR), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD). Essa categoria somou apenas R\$ 9,340 bilhões em 1998, com um crescimento de 7,64 % em relação a 1997, quando somou R\$ 8,677 bilhões. Representou apenas 3,49% da carga tributária total e meros 1,07 % do PIB em 1998.

A categoria *Mão-de-Obra e Previdência* é derivada do recolhimento sobre a folha de salários de empregados e empregadores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e às previdências estaduais

e municipais, e junto à Caixa Econômica Federal, através do FGIS. A arrecadação dessa categoria em 1998 foi de R\$ 70,939 bilhões, apresentando crescimento de 9,80% em relação a 1997, quando somou R\$ 64,609 bilhões. Essa categoria representou 26,49% da carga tributária total e 8,13% do PIB em 1998.

Por fim, na categoria *Outras Receitas* foram reunidos a Contribuição para o Plano de Segurança dos Servidores Públicos, receitas da FUNDAF, Salário Educação, receitas do Sistema S, taxas, etc. O total arrecadado por essa categoria foi de R\$ 8,244 bilhões em 1998. Além disso, participou com 3,08% sobre a carga tributária total e em 0,95% do PIB em 1998.

**QUADRO 5**  
**CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA - 1998**  
**POR CATEGORIA DE TRIBUTAÇÃO**

TIPO DE TRIBUTAÇÃO	VALOR (R\$ BILHÕES)	% RELATIVA	% DO PIB
RENDA E CAPITAL	63,997	23,90	7,34
CONSUMO	115,288	43,05	13,22
PROPRIEDADE	9,340	3,49	1,07
MÃO-DE-OBRA E PREVIDÊNCIA	70,939	26,49	8,13
OUTRAS RECEITAS	8,244	3,08	0,95
<b>TOTAL</b>	<b>267,808</b>	<b>100,00</b>	<b>30,71</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Confaz e Cotepe

Nota: O PIB de 1998 foi calculado em R\$ 872,082 bilhões, a partir de dados do IPEA

**Categorias:**

Renda e Capital = IR + CEMF + CSLL + IOF

Consumo = ICMS + COFINS + IPI + ISS + PIS/PASEP + Comércio Exterior (II e IE)

Propriedade = IPVA + IPTU + ITR + ITBI + ITCD

Mão-de-Obra e Previdência = FGIS + INSS + previdência estadual e municipal

Outras Receitas = Fundaf + Contrib. para Plano de Segurança do Servidor Público + Salário Educação + Taxas + Sistema S, etc.

---

## IV – CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO

A carga tributária sobre o consumo é composta dos seguintes impostos e contribuições: *IPI*, *COFINS*, *PIS/PASEP*, *ICMS*, *Impostos sobre o Comércio Exterior* e *ISS*. Juntos, eles totalizaram, em 1998, R\$ 115,288 bilhões, ou o equivalente a 13,22% do PIB. Esse novo valor representou um aumento de 2,55% em relação a 1997, quando somou R\$ 112,425 bilhões. Vamos no ater, a seguir, aos impostos e contribuições individualmente (Quadro 6).

O *IPI*, imposto sobre valor agregado, de esfera federal, totalizou R\$ 16,306 bilhões em 1998, com uma queda de 2,94 % em relação a 1997, quando somou R\$ 16,833 bilhões. Representou 14,14% sobre a tributação total da categoria *Consumo* e apenas 1,87 % do PIB em 1998.

A *COFINS*, destinada ao financiamento da Seguridade Social, e também de esfera federal, é uma contribuição de caráter cumulativo. Totalizou R\$ 17,742 bilhões em 1998, representou 15,39% do total da categoria e 2,03 % do PIB.

O *PIS/PASEP*, destinado ao pagamento do seguro desemprego, do abono salarial e da qualificação profissional, é também da esfera federal e de caráter cumulativo. Arrecadou, em 1998, R\$ 7,547 bilhões, com uma leve queda de 0,5 % em relação a 1997, quando somou R\$ 7,590 bilhões. Participou com 6,55% do total arrecadado da categoria e em apenas 0,87 % do PIB em 1998.

O *ICMS*, de alçada estadual, é imposto sobre valor agregado. Totalizou em 1998 R\$ 60,927 bilhões, apresentando crescimento de 2,27 % em relação a 1997, quando somou R\$ 59,577 bilhões. Teve participação de 52,85% sobre o total da categoria *Consumo* e 6,99 % do PIB em 1998. Esse imposto é o de maior arrecadação no Brasil.

Os impostos sobre o Comércio Exterior, que correspondem aos impostos de importação e de exportação, são de alçada federal e sobre o valor agregado. Arrecadaram em 1998 R\$ 8,244 bilhões, representaram 7,15% da carga tributária sobre o *Consumo* e apenas 0,95% sobre o PIB em 1998.

Por fim, temos o *ISS*, principal imposto municipal. Trata-se de imposto cumulativo e totalizou R\$ 4,522 bilhões em 1998, praticamente constante em relação a 1997, quando somou R\$ 4,516 bilhões. Seu peso foi de 3,92% sobre o total da categoria *Consumo* e de apenas 0,52 % sobre o PIB.

**QUADRO 6**  
**CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO - 1998**

TRIBUTOS	NÍVEL DE GOVERNO	TIPO DE IMPOSTO	VALOR (R\$ BILH' ES)	PARTIC.(%) RELATIVA	PART.(%) S/ O PIB
IPI	FEDERAL	IVA	16,306	14,14	1,87
COFINS	FEDERAL	CUMULATIVO	17,742	15,39	2,03
PIS/PASEP	FEDERAL	CUMULATIVO	7,547	6,55	0,87
ICMS	ESTADUAL	IVA	60,927	52,85	6,99
COMEX (1)	FEDERAL	IVA	8,244	7,15	0,95
ISS	MUNICIPAL	CUMULATIVO	4,522	3,92	0,52
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>115,288</b>	<b>100,00</b>	<b>13,22</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Confaz e Cotepe

Nota: O PIB de 1998 foi calculado em R\$ 872,082 bilhões a partir de informações do IPEA

(1) Comércio Exterior = Imposto de Importação + Imposto de Exportação.

---

## V – RANKING DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

A seguir, é listado o Ranking das receitas tributárias no Brasil, conforme Quadro 7.

O ICMS é o principal tributo do país em arrecadação, com R\$ 60,927 bilhões em 1998, 22,78% do total da carga tributária e 6,99% do PIB. Ele é seguido pela Contribuição previdenciária (INSS), pelo Imposto de Renda (IR), pela COFINS, pelo FGIS e pelo IPI. Esses seis mais importantes tributos, somados, totalizaram R\$ 207,716 bilhões, ou seja, 77,65% da carga tributária brasileira e 23,82% do PIB em 1998.

## VI- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CARGA TRIBUTÁRIA

A partir dos dados contidos no Quadro 8, podemos verificar que a carga tributária brasileira em relação ao PIB da economia vem crescendo ao longo dos últimos anos, com exceção do ano de 1996, quando ela apresentou uma pequena queda.

De 1994, início da vigência do Plano Real, para 1998, a carga tributária em relação ao PIB saltou de 25,09% para 30,71%.

Isso significa dizer que o primeiro governo de FHC caracterizou-se em promover remédios fiscais, ao invés de implantar uma reforma tributária que corrigisse as distorções nos níveis de governo e nas categorias de tributação.

Diante disso, a atual carga tributária brasileira favorece sobremaneira a esfera federal e, ao mesmo tempo, penaliza os níveis estadual e, principalmente, o municipal. Por outro lado, incide muito sobre o consumo através dos impostos indiretos e, com isso, encarece o preço do produto final. Afeta também a renda dos assalariados, através de alíquotas elevadas, e poupa a propriedade e o capital (incluindo heranças e grandes fortunas).

---

Concluindo, há uma inversão de valores sociais na nossa estrutura tributária, exigindo com urgência que se articule um novo pacto federativo e que se possa criar no país um mínimo de justiça fiscal com maior incidência tributária sobre quem tem maior capacidade contributiva.



**QUADRO 7**  
**RECEITAS TRIBUTÁRIAS NO BRASIL**  
**PARTICIPAÇÃO RELATIVA E PARTICIPAÇÃO NO PIB**  
**RANKING - 1998**

<b>TRIBUTOS</b>	<b>VALOR R\$ BILH' ES</b>	<b>% DO TOTAL</b>	<b>% DO PIB</b>
ICMS	60,927	22,75	6,99
INSS	50,141	18,72	5,75
I.RENDA	45,818	17,11	5,25
COFINS	17,742	6,62	2,03
FGTS	16,782	6,27	1,92
IPI	16,306	6,09	1,87
COM..RCIO EXTERIOR	8,244	3,08	0,95
CPMF	8,113	3,03	0,93
PIS/PASEP	7,547	2,82	0,87
CONTR. SOCIAL S/LUCRO	6,525	2,44	0,75
ISS	4,522	1,69	0,52
IPVA	4,455	1,66	0,51
IPTU	3,550	1,33	0,41
IOF	3,541	1,32	0,41
SAL; RIO EDUCA«VO	2,459	0,92	0,28
ITBI	0,793	0,30	0,09
ITCD	0,318	0,12	0,04
ITR	0,224	0,08	0,03
OUTRAS RECEITAS	9,801	3,66	1,12
<b>TOTAL</b>	<b>267,808</b>	<b>100,00</b>	<b>30,71</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Confaz, Cotepe e INSS.

Notas:

(1) O PIB de 1998 foi calculado em R\$ 872,082 bilhões, a partir de dados do IPEA.

(2) Em Outras Receitas incluem-se os três níveis de governo (taxas, contribuições de melhoria, previdência estadual e municipal, Sistema S, AIR, ICM, IWC, etc.).

(3) A arrecadação do INSS é a soma da bancária bruta com o SIMPLES.

---

**QUADRO 8**  
**EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA EM RELAÇÃO AO PIB**  
**PERÍODO: 1994 a 1998**

(Em R\$ Bilhões)

<b>ANO</b>	<b>RECEITA TRIBUTÁRIA (a)</b>	<b>PIB (b)</b>	<b>EM % DO PIB (a/b)</b>
1994	143,527	572,049	25,09
1995	195,726	684,116	28,61
1996	219,115	769,634	28,47
1997	248,688	856,141	29,05
1998	267,808	872,082	30,71

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Confaz, Cotepe e IPEA

Nota: a receita tributária e o PIB estão expressos a preços correntes de mercado



## **A PREVIDÊNCIA SOCIAL: PERSPECTIVA - maio de 1999**

A trajetória da Previdência Social desde seus primeiros passos, na década de 20, implicou em mudanças profundas na sua concepção e natureza. Fragmentada no início, restrita às categorias profissionais mais organizadas, a Previdência aproximava-se da idéia de seguro privado. Dessa concepção, o sistema evoluiu na direção da unificação e de universalização, assumindo encargos crescentes e diversificados, tomando cada vez mais tênues as relações entre os benefícios concedidos e as contribuições.

Tendo seu ponto de inflexão mais significativo na constituição de 1988, (embora ao longo de sua história tenha marcada essa tendência), onde sua evolução passou de uma base profissional para o âmbito de uma responsabilidade social.

Porém, nem mesmo fora implantada na sua totalidade, com várias leis a serem regulamentadas, o sistema de Seguridade Social já exige profundos ajustes em função de rápidas e significativas transformações nos campos demográficos, econômico, político-institucional e social. Destas, as mudanças demográficas e no mercado de trabalho repercutem com maior intensidade na previdência em decorrência da ação sinérgica de dois fatores: o envelhecimento da população, que eleva o número de benefícios de aposentadorias e aumenta o tempo de manutenção desses benefícios, e o impacto negativo do desemprego e da informalidade do trabalho na folha de salários que, historicamente, foi a principal fonte de custeio de financiamento das prestações previdenciárias.

O sistema de previdência público brasileiro baseia-se no chamado regime de repartição simples (regime de caixa), onde os contribuintes de hoje sustentam os aposentados (de hoje), na esperança de que novas gerações de contribuintes venham a fazê-lo quando passarem para a inatividade.

---

O problema principal no Brasil não é a opção entre um regime de repartição ou de capitalização, mas sim se reflita sobre quais os limites de intervenção do Estado sobre o sistema previdenciário.

O extraordinário e desordenado processo de expansão do sistema resultou numa estrutura de seguro social complexa e abrangente que, ao longo do tempo, foi incorporando inúmeras distorções. Os privilégios de categorias querendo benefícios, aposentarias especiais, assistenciais, rurais, sem nenhuma ou com pouca contribuição, fez comprometer significativamente a relação entre contribuintes e inativos. A queda dessa relação implicou em sucessivos aumentos de alíquotas de contribuição.

Embora a Constituição Federal tenha estabelecido três fontes básicas de custeio - COTINS, Contribuição s/ Lucro e Folha de Salários - para financiar as ações de Saúde, Assistência Social e Previdência Social, sua fonte principal, a Folha de Salário, não tem se mantido em equilíbrio com os pagamentos de benefícios, sendo cobertos por outras fontes da Seguridade Social.

Um outro fator importante sobre o desequilíbrio financeiro são os benefícios assistenciais e rurais, os quais deveriam ser custeados pelo orçamento da Seguridade Social e que se fossem alocados os recursos com seriedade e constância, a Previdência Social estaria com suas contas em equilíbrio.

Nessa perspectiva, a reforma far-se-á necessária desde que discutida amplamente com todos os segmentos da sociedade. Ressalte-se que qualquer proposta que venha a eliminar os focos de desequilíbrio financeiro estrutural da previdência, passa pela definição dos limites da proteção pelo estado, isto é, dos tetos de contribuição e de benefício do regime básico estatal, compulsório e em regime de repartição, bem como a redefinição do papel das diversas esferas de governo nos encargos e redefinição dos próprios encargos.

Entretanto, somente a reforma previdenciária não será suficiente se paralela a ela não vier acompanhada da reforma tributária (que parece ser muito difícil sua implementação), onde toda reestruturação dos impostos e contribuições sociais os tornem flexíveis e viáveis para o desenvolvimento sustentado, como incentivador do emprego e redução dos desequilíbrios sociais.

Trabalho interno, subsídio para a discussão da reforma previdenciária.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERFORMANCE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - junho de 1999

### I. A Previdência no contexto nacional adverso

A despeito das dificuldades que atravessa o país, dificuldades essas que são reflexo da nossa inserção passiva dentro do processo da globalização econômica e da expansão tecnológica - afetando diretamente o mercado de trabalho e a massa salarial - o comportamento da arrecadação da Previdência Social vem, historicamente, apresentando resultados muito satisfatórios. Em termos reais, essa arrecadação vem crescendo a uma taxa média de 5,03%, considerando o período de 1992 a 1998.

O desempenho da Previdência Social fica ainda mais evidenciado se levamos em conta que o Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, no mesmo período considerado apresentou um crescimento médio inferior, ou seja, de 3,6%.

Quanto aos resultados da ação dos fiscais de contribuições previdenciárias, eles são ainda mais promissores, quais sejam, R\$ 11,502 bilhões em 1998 e uma taxa de crescimento real nos últimos sete anos de 9,29%. Esses dados mostram claramente a qualidade e a eficiência do trabalho desse segmento do serviço público federal e o seu papel no combate à sonegação fiscal e na redução do déficit previdenciário que, juntos, contribuem também para a redução do déficit público e a realização das metas fiscais do governo.

---

## II . Comparação de desempenho

Para fazer uma análise comparativa da arrecadação da Previdência Social frente a alguns impostos e contribuições de âmbito federal com vistas a realçar ainda mais a sua importância, selecionou-se algumas rubricas relevantes e com os motivos a seguir: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGIS), por ser um instrumento importante de política habitacional; o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por tratar-se de uma receita destinada a investimentos industriais do país; o Imposto de Renda (IR), indispensável fonte de recursos para investimentos sociais, regionais e de infra-estrutura, e a COFINS, contribuição criada exatamente para financiar a Seguridade Social e preservar sua saúde financeira.

A primeira constatação a ser feita é de que a performance da Previdência Social supera, em termos reais e históricos, considerando ainda os últimos sete anos, todos os impostos e contribuições assinalados.

Se levamos em conta os valores monetários dessas arrecadações selecionadas, mais uma vez o desempenho da Previdência Social se mostra bastante satisfatório: em 1998 arrecadou R\$ 50,141 bilhões, representando 5,75% do PIB, e só foi superada pelo Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal imposto do país, com R\$ 60,927 bilhões de arrecadação em 1998, mas que, entretanto, teve uma taxa de crescimento médio real de 4,54%, abaixo do alcançado pela Previdência nos últimos sete anos.

Quanto ao Imposto de Renda, por exemplo, ele arrecadou R\$ 45,818 bilhões a uma taxa de crescimento médio real de 4,95%, taxa, portanto, também inferior à verificada na Previdência Social. Já o FGIS arrecadou apenas R\$ 16,782 bilhões, enquanto que o IPI arrecadou menos ainda, R\$ 16,306 bilhões. Quanto aos demais impostos e contribuições, nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal e não considerados na presente análise, eles são muito inferiores em termos de receita em relação à Previdência Social.

Com relação ao déficit da Previdência, há um esforço histórico dos fiscais de contribuições previdenciárias no sentido de minimizá-lo cada vez mais. É preciso que se leve em conta que a fatia amplamente

---

majoritária desse déficit é oriunda da Previdência Rural, setor social importante para o governo e para a sociedade no tocante à redistribuição da renda.

Finalizando, a presente análise evidencia claramente a boa performance da Previdência Social num contexto de dificuldades econômicas, tanto internamente quanto externamente, o que prova a necessidade do fortalecimento da carreira dos fiscais da Previdência Social condizente no âmbito das novas diretrizes do estado brasileiro.

---



---

# VII

## AS PREFEITURAS E O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - junho de 1999

Muitas prefeituras estavam ansiosas para que as reformas Administrativa e Previdenciária fossem concluídas - na expectativa de aliviar, pelo menos por um tempo, o orçamento municipal.

É importante salientar que os resultados da Reforma Administrativa são de médio e longo prazos e após a regulamentação de várias leis (ordinárias e complementares).

Já a Reforma Previdenciária, embora mais profunda no serviço público, não trouxe a expectativa desejada pela maioria dos prefeitos, pois só desejavam a compensação financeira, evidentemente por parte do INSS.

Fazendo uma retrospectiva, em 1988, quando foi promulgada a atual Constituição, um percentual expressivo de município se animou, pensando em reduzir os encargos sobre as folhas de salários e implantando o Regime Jurídico Único - quase todos os estatutários - e criando, em consequência, o Regime Próprio de Previdência Social (RGPS). Em contrapartida, deixaram de recolher as contribuições previdenciárias para o INSS.

Muitos deles criaram apenas parte do regime, pois concediam a aposentadoria e faziam convênios, geralmente com institutos estaduais para pensões, com extensão aos serviços de assistência médica.

De um lado, criou-se uma expectativa para os servidores,

---

vislumbando uma aposentadoria integral, muitas vezes sem estabelecimento de carência e sem nenhuma constituição de reservas para o novo sistema. Do outro, correu-se - mesmo que por um período curto - mais recursos para os cofres da prefeitura.

Com o advento da Lei nº 9.717, de 28/11/98, e recepcionada pela Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/98, foi balizado todo o sistema previdenciário brasileiro, ou seja, dispo do sobre as regras para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, através da Portaria MPAS, nº 4.992, de 05/02/99.

A Lei 9717/98 e a Portaria nº 4.992/99 determinam aos entes estatais, para a organização dos seus sistemas, critérios com bases em normas gerais de contabilidade e atuária, a fim de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, além dos seguintes critérios:

- avaliação atuarial inicial e em cada balanço por entidades independentes;
- cobertura de um número mínimo de 1.000 segurados;
- contabilização individual das contribuições dos servidores e do ente estatal;
- proibição de convênios, consórcios ou outras formas de pagamentos de benefício;
- receita própria superior às transferências constitucionais ;
- proibição de mais de um regime próprio de previdência pelo ente e de mais de um gestor;

Seu financiamento dar-se-á mediante recursos dos entes estatais (não superior ao dobro dos servidores) e das contribuições dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, que somente poderão ser utilizadas para pagamento dos respectivos benefícios previdenciários.

Além da sujeição à inspeção e auditoria interna e externa, o Regime Próprio de Previdência Social não poderá ter benefícios diferentes dos concedidos para o Regime Geral da Previdência Social, vedando a utilização de Regime Próprio para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie.

---

A despesa líquida (despesa total de inativos e pensionistas + aporte do ente estatal - contribuição dos respectivos segurados) com inativo e pensionista não poderá exceder a 12% da receita líquida (receita corrente), em cada exercício financeiro.

O controle ficará a cargo do MPAS, no tocante à orientação, supervisão e acompanhamento, o estabelecimento e a fixação dos parâmetros e das diretrizes gerais.

Tem como penalidade pela não adequação das regras estabelecidas a suspensão de transferências voluntárias pela União, bem como empréstimos e financiamentos, acordos, contratos e convênios.

Assim, pelos critérios estabelecidos e os dados apresentados pelos municípios, a grande maioria terá obrigatoriamente que extinguir o seu Regime Próprio de Previdência Social e transferir seus servidores para o Regime Geral da Previdência Social.

No mesmo diploma legal (Lei) ficou facultada a criação de fundos integrados de bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária, desde que atendendo aos requisitos do Regime Próprio de Previdência Social, e com:

- a) estrutura técnico-administrativa, composta de conselho de administração e autonomia financeira (gestão orçamentária própria distinta do ente estatal);
- b) aporte inicial de capital de 7% do valor da despesa com pessoal - ativo e inativo - no ano anterior;
- c) aplicação de recursos conforme regras do Conselho Monetário Nacional;
- d) vedação de utilização do fundo para empréstimos e títulos públicos, exceto em títulos públicos federais;
- e) taxa de administração não superior a 2% do valor total da remuneração dos servidores;
- f) constituição e extinção do fundo mediante lei.

A Constituição Federal assegurou mecanismos de compensação financeira entre os vários sistemas, porém só agora os implementou através da Lei nº 9.796/99, regulamentada pelo Decreto 3.112/99.

---

Sem preocupação de longo prazo, a grande maioria dos prefeitos, ao implantar o Regime Próprio de Previdência Social, não instituiu um instituto de previdência municipal, nem criou um fundo de pensão com todos os parâmetros e estudos atuariais, deixando o sistema à mercê do orçamento municipal, muitas vezes sem nenhuma contribuição dos servidores.

Com o advento da referida lei (Lei 9.796/99), 11 anos após a Constituição, ficou estabelecido que o regime instituidor responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão, terá direito a receber do regime de origem o valor correspondente ao tempo de contribuição no âmbito daquele regime.

Interessante observar que em função de a maioria dos regimes dos municípios ser transferida para o Regime Geral da Previdência Social (por falta de critérios, conforme Portaria 4992/99), os municípios ficarão em débito para com a Previdência Social.

Por outro lado, alguns municípios que criaram fundos estão ansiosos para trazer para os cofres da prefeitura seu montante, (embora seja duvidoso, pois o Decreto nº 3112/99 regulamentando o impediu) quanto à sua utilização imediata em vista da demanda existente, ou seja, a manutenção dos benefícios concedidos e os que implementaram as condições para sua concessão, até a extinção do atual regime.

Agrega-se a tudo isso o arrocho que impõe a Lei Complementar nº 96, de 31/05/99, ao exigir o ajuste das despesas de pessoal ao máximo de 60% das receitas correntes líquidas.

Portanto, não há o que comemorar quanto à compensação financeira, uma vez que muitas prefeituras serão devedoras e não credoras da previdência social, como pensava a maioria dos prefeitos.



## **ANÁLISE DAS RENÚNCIAS FISCAIS NO ÂMBITO DOS TRIBUTOS FEDERAIS - junho de 1999-**

### **INTRODUÇÃO**

A presente análise tem por objetivo apresentar um levantamento numérico da renúncia tributária, compreendidos os benefícios e incentivos fiscais com base em tributos federais, no período que corresponde ao primeiro mandato do governo FHC, ou seja, de 1995 a 1998.

Para tanto, foi elaborado o Quadro 1 que fornece a evolução histórica da renúncia tributária federal no período considerado, tendo como base primária dados da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

### **O PESO DAS RENÚNCIAS**

Iniciando a análise dos tributos individualmente, temos que o imposto de importação teve renúncia fiscal que aumentou 170,7% no período considerado, gerando uma perda de receita que cresceu de R\$ 924,4 milhões em 1995 para R\$ 2,502 bilhões não recolhidos em 1998. Essa perda evidencia claramente a política governamental de favorecer as importações

---

como instrumento de combate à inflação, através da redução e mesmo isenção de alíquotas, e também da sobrevalorização cambial que vigorou em todo esse período.

Outro tributo que deixou de engordar os cofres da União por conta de incentivos industriais foi o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que aumentou em 56,7% o rombo renunciado no mesmo período. O montante não arrecadado passou de R\$ 2,577 bilhões em 1995 para R\$ 3,550 bilhões em 1998, recursos que viriam principalmente da indústria automobilística.

O principal imposto responsável pela renúncia fiscal em todo o período considerado na análise foi o Imposto de Renda (IR), que aumentou em 215,4% o montante não recolhido, passando de R\$ 4,115 bilhões em 1995 para R\$ 12,976 bilhões em 1998. Esse imposto é subdividido em três grupos, que serão analisados em separado: IR Pessoa Física, IR Pessoa Jurídica e IR Retido na Fonte. Antes, é importante assinalar que a queda verificada em 1997 em relação a 1996, de 31%, no total do Imposto de Renda, ocorreu porque o governo alterou a metodologia de apuração dos incentivos para esse imposto. Por exemplo, o governo deixou de computar em 1997 como incentivos as seguintes deduções: ajuda de custo, alimentação e diárias, contribuição previdenciária oficial, livro-caixa, pensão judicial e contribuições a entidades filantrópicas.

A renúncia advinda do IR Pessoa Física é a de maior peso, apresentando um crescimento de perda de receita da ordem de 567,3%, passando de R\$ 1,071 bilhão em 1995 para R\$ 7,147 bilhões em 1998. Dentro desse grupo, as principais deduções permitidas foram para os rendimentos isentos e não-tributáveis (R\$ 4,2 bilhões), as deduções para dependentes (R\$ 1,1 bilhão), despesas médicas (R\$ 929 milhões) e com instrução (R\$ 806 milhões). É interessante observar que, se por um lado o governo implementa políticas fiscais de aumento de alíquotas do Imposto de Renda da pessoa física, por outro, o contribuinte, em especial o mais aquinhado, encontra meios de atenuar a carga tributária mediante o recurso das deduções.

Em seguida, observamos os incentivos relativos ao Imposto de Renda da pessoa jurídica que apresentaram um crescimento de 56,7% no período, passando de R\$ 2,100 bilhões em 1995 para R\$ 3,292 bilhões em 1998. A perda de posição desse grupo em 1998, quando apresentou queda nos

---

incentivos de 14,7%, foi decorrência da redução dos investimentos incentivados por meio de projetos junto à Sudene, Sudam, Finor e Finam. Tais programas de incentivo fiscal, notadamente os da Sudene e da Sudam, historicamente, vinham apresentando um percentual de crescimento elevadíssimo, mas que dobrando a cada ano. A partir do pacote fiscal de novembro de 1997, o governo decidiu restringir em 12,5% o volume da renúncia fiscal em cima dessa rubrica, o que certamente resultou nos números mais reduzidos constantes do Quadro 1.

Ainda no âmbito do Imposto de Renda da pessoa jurídica, é relevante mencionar o crescimento do incentivo às micro e pequenas empresas. A renúncia fiscal nessa área mais que dobrou no período de 1996/1998, passando de R\$ 553,4 milhões para R\$ 1,3 bilhão de recursos não recolhidos. Tal fato revela o acesso do pequeno empresário ao regime tributário instituído pelo SIMPLES, a partir do início de 1997.

Há que se assinalar também, conforme informações obtidas junto à Secretaria de Comércio Exterior, que o volume dos incentivos relacionados ao Imposto de Importação e ao IPI vinculado à importação, numa conjuntura em que o país convive com enormes déficits externos em transações correntes, somou em 1998 em torno de R\$ 3,9 bilhões, sendo formada por:

- a). benefícios vinculados a programas de desenvolvimento regional, caso da Zona Franca de Manaus, responsável por uma perda de receita tributária de R\$ 1,7 bilhão;
- b). as Zonas de Livre Comércio que, de implementação ainda incipiente, não perfazem mais que R\$ 40 milhões de renúncia;
- c). os incentivos à importação de máquinas, equipamentos e aeronaves, no valor de R\$ 128 milhões;
- d). os incentivos ao setor automobilístico, que já representam uma perda de R\$ 920 milhões;
- e). a renúncia decorrente de *free shops* e cota de bagagem do viajante para o exterior, no montante de R\$ 950 milhões, cujo valor vem se mantendo num patamar elevado desde 1996.

**QUADRO 1**  
**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA FEDERAL**  
**( 1995 A 1998 )**

TRIBUTU	1995	1996	VAR. (%)	1997	VAR. (%)	1998
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	924,4	1.878,5	103,2	2.426,5	29,2	2.502,1
IR PESSOA FÍSICA	1.071,2	11.987,1	1019,0	5.240,1	-56,3	7.147,9
IR PESSOA JURÍDICA	2.100,5	2.834,4	34,9	3.859,9	36,2	3.292,1
IR RETIDO NA FONTE	18,9	55,8	195,2	28,8	-48,4	34,8
TOTAL IR	4.115,0	16.755,8	307,2	11.555,3	-31,0	12.976,9
IPI	2.577,8	3.176,7	23,2	3.118,7	-1,8	3.550,2
IOF	120,1	171,1	42,5	156,2	-8,7	37,8
COFINS	3,9	11,6	197,4	-	-	37,7
PIS/PASEP	115,1	553,5	380,9	247,1	-55,4	348,3
CONT.SOC.S/LUCRO	-	-	-	13,6	-	222,1
ADICIONAL AO FRETE RENOV. MARINHA MERCANTE	117,6	94,1	-20,0	276,7	194,1	106,3
<b>TOTAL</b>	<b>7.039,4</b>	<b>20.762,7</b>	<b>194,9</b>	<b>15.367,4</b>	<b>-26,0</b>	<b>17.279,1</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda





## CONJUNTURA ECONÔMICA: REALIDADE E PROJEÇÕES - julho de 1999

### REVISÃO DAS METAS IMPOSTAS PELO FMI

A redução da receita esperada para este ano com privatizações de empresas estatais e a lentidão quanto à redução dos juros fizeram com que o governo elevasse de 49,3% para 51% a meta de participação da dívida do setor público no PIB, que mede a soma das riquezas produzidas no país.

A relação dívida/PIB é um indicador importante para analisar as contas públicas. Desde o ano passado, o governo vem adotando medidas para estabilizá-la, num primeiro momento, e reduzi-la depois. Se a relação é crescente, o mercado interpreta como sinal de dificuldade do governo para honrar a dívida.

O acordo com o FMI prevê que essa relação deverá ser decrescente até 2001, quando terá de ficar abaixo de 46% do PIB. Essa estimativa não foi alterada na segunda revisão do acordo. Em março último, a participação da dívida do setor público no PIB foi de 48,3%.

Esse resultado ficou abaixo do que estava previsto na primeira revisão do acordo com o FMI, feita em março: 52,2%. O resultado foi melhor porque, após a adoção do câmbio flutuante, houve uma desvalorização do real em relação ao dólar, e a parte da dívida pública que acompanha a variação da moeda norte-americana ficou menor em reais.

---

A recuperação da cotação do real na flexibilização cambial e a queda lenta dos juros, que deverá ser mantida nos próximos meses, contribuirão para o governo reduzir de 10,34% para 9% a previsão para o déficit nominal neste ano. O resultado nominal inclui os gastos do governo com o pagamento de juros da dívida pública.

A nova estimativa do déficit nominal considera, além da manutenção da queda gradual dos juros, que a cotação de US\$ 1,00 deverá ficar em torno de R\$ 1,75 até dezembro. Essa previsão também foi usada para estimar a relação dívida/PIB no final do ano.

De acordo com o Quadro 1, que fornece as novas metas com o FMI, a relação dívida/PIB foi de 52,7% em junho (a estimativa anterior era de 51,7%) e será de 50,9% em setembro (antes a meta era de 50,7%). A principal mudança aconteceu em dezembro porque parte da receita esperada com venda de estatais só deverá ingressar no primeiro semestre do próximo ano. Segundo o Ministério da Fazenda, a receita com privatização deverá ficar em apenas R\$ 13,211 bilhões e não mais em R\$ 27,836 bilhões. A queda na estimativa aconteceu porque a maior parte das empresas elétricas do Governo Federal será privatizada somente no ano 2000.

A meta de superávit primário (que não inclui as despesas com o pagamento de juros) das contas públicas neste ano não foi alterada e fica em 3,1% do PIB, que corresponde a R\$ 30,185 bilhões, acima dos R\$ 30,018 bilhões previstos antes. A mudança decorre de uma queda menor do PIB neste ano em relação à previsão anterior.

O governo não considera em seu diagnóstico que a redução da dívida interna total e do déficit público não depende simplesmente do aumento da receita advinda das privatizações, mas também, e principalmente, do alongamento do perfil da dívida, de uma maior redução dos juros e da redução dos gastos supérfluos da máquina governamental.

**QUADRO 1**  
**METAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA JUNTO AO FMI**

<b>TEMAS ACORDADOS</b>	<b>PROJEÇÃO ES DO ACORDO ANTERIOR</b>	<b>PROJEÇÃO ES DO ACORDO</b>
<b>CRESCIMENTO DO PIB</b>	QUEDA DE 3,5% a 4%	QUEDA SUPERIOR A 1%
<b>SUPERVIT COMERCIAL</b>	US\$ 10,8 BILHÕES	US\$ 3,7 BILHÕES
<b>DÍFICIT NOMINAL (% do PIB)</b>	10,34%	9%
<b>SUPERVIT PRIMÁRIO (exclui os juros)</b>	R\$ 23,718 BILHÕES (JANEIRO A SETEMBRO)	R\$ 23,788 BILHÕES (JANEIRO A SETEMBRO)
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO</b>	R\$ 30,118 BILHÕES (JANEIRO A DEZEMBRO)	R\$ 30,185 BILHÕES (JANEIRO A DEZEMBRO)
<b>DÍFICIT EM TRANSACCIONES CORRENTES</b>	R\$ 510,619 BILHÕES (OU 50,9% DO PIB (SETEMBRO))	R\$ 510,698 BILHÕES (OU 50,9% DO PIB (SETEMBRO))
<b>INVESTIMENTO DIRETO</b>	R\$ 513,519 BILHÕES (OU 51% DO PIB (DEZEMBRO))	R\$ 504,457 BILHÕES (OU 49,9% DO PIB (DEZEMBRO))
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES EM 99</b>	US\$ 17,5 BILHÕES	US\$ 21 BILHÕES
<b>RESERVAS LÍQUIDAS EM 31/10/99</b>	US\$ 17 BILHÕES	US\$ 18 BILHÕES
<b>COTAÇÃO DO DÓLAR EM DEZEMBRO DE 99</b>	R\$ 27,836 BILHÕES	R\$ 13,211 BILHÕES
	US\$ 24,726 BILHÕES	US\$ 26,300 BILHÕES
	R\$1,70	R\$1,75

Fonte: Ministério da Fazenda

---

## **POLÍTICA MONETÁRIA RESTRITIVA MANTÉM DÍVIDA PÚBLICA ELEVADA**

A política monetária (leia-se juros altos) que ajuda o governo a atrair o capital estrangeiro para o país e a manter as taxas de inflação baixas, compromete o desempenho das contas da União, cujo desequilíbrio é uma das principais causas da vulnerabilidade da economia brasileira. O superávit primário do setor público (receitas superiores às despesas, exceto juros) atingiu R\$ 10,96 bilhões no período de janeiro a maio de 1999. Com esse resultado, o Brasil cumpre com folga de R\$ 1,51 bilhão as projeções do acordo com o FMI.

Mas as despesas com os juros da dívida pública, que não fazem parte das metas com o Fundo, consumiram R\$ 10,36 bilhões apenas no mês de maio. Esse valor equivale a um acréscimo de 171,2% sobre os gastos do mês anterior. O Departamento Econômico do Banco Central mostra que o governo está cumprindo com larga margem as metas com o FMI, mas a dívida pública tem forte expansão em decorrência dos juros elevados, ou da lentidão de sua queda, e da instabilidade cambial, que ainda não se acomodou em patamares equilibrados.

O superávit primário do governo central foi de R\$ 12,274 bilhões no primeiro semestre, abaixo, portanto, da meta, que era de R\$ 12,880 bilhões. A escolha desse indicador se apóia no princípio de que, do ponto de vista fiscal, o governo tem certo controle apenas sobre a arrecadação e os gastos correntes, como pagamento de pessoal e investimentos. Por essa tese, a União não pode reduzir os juros da dívida com o propósito exclusivo de ajustar suas contas públicas, pois o principal objetivo da política de juros seria controlar a inflação.

O aumento dos gastos com juros elevou os encargos da dívida para R\$ 121 bilhões nos 12 meses encerrados em maio de 1999. A dívida líquida do setor público, que inclui União, estados, municípios e estatais atingiu R\$ 483,11 bilhões em maio, o equivalente a 49,6% do PIB. Em maio do ano passado, a dívida era de R\$ 334,5 bilhões.

---

## PERSPECTIVA PARA 1999 É DE RETROCESSO NA ECONOMIA

O segundo mandato de FHC, além de ter se iniciado com uma crise cambial de largas proporções e que já alterou metas econômicas junto ao FMI, tem tido para recrudescer os principais indicadores macroeconômicos do país.

Com base em informações históricas, complementadas com dados dos seis primeiros meses do presente ano, elaborou-se o Quadro 2 que fornece projeções de desempenho da economia brasileira para 1999 comparativamente a 1998.

Primeiramente, temos que no tocante à inflação, principal preocupação do governo, houve um impacto negativo nos preços relativos causado pela alteração na política cambial. A nossa estimativa para a inflação em 1999 é de 7,82%, baseada na média mensal do INPC no primeiro semestre e projetando-a para os seis meses seguintes. Ou seja: a inflação mais do que dobrará em 1999, passando de 2,49% em 1998 para 7,82% em 1999, podendo ser ainda maior se a instabilidade cambial desvalorizar ainda mais o real.

Em seguida, pode-se estimar que o PIB passará de R\$ 872,08 bilhões em 1998 para algo em torno de R\$ 921,84 bilhões em 1999, supondo taxa de inflação de 7,82% e queda na atividade econômica de 2,0%. Essa taxa de variação negativa no PIB é a mais aceita pelos especialistas do mercado e se baseia no fato de que nos seis primeiros meses do presente ano a queda registrada já chegou a 1,0%.

Quanto ao desemprego, que é o maior flagelo do governo, ele poderá chegar a 20% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo a taxa média registrada pela Pesquisa da Fundação SEADE e DIEESE no primeiro semestre de 1999. Sobre o mercado de trabalho em particular, dados da PNAD/IBGE registram que de uma população total estimada em 160 milhões de habitantes, a PEA corresponderia a 75,2 milhões. O mercado de assalariados celetistas teria um total de 18,3 milhões, o que, somados aos 5,4 milhões de funcionários públicos nas três esferas de governo, daria um contingente de apenas 23,7 milhões de trabalhadores formais, ou o equivalente a 31,51% do total da PEA. Já o total de desempregados ultrapassou 10 milhões de pessoas.

---

Em relação à dívida externa, seu montante sofreu um aumento brusco, pois é vinculado ao câmbio. Supondo que a cotação do dólar se estabilize em R\$ 1,75, que já corresponderia à recomposição da defasagem cambial do real que se situaria em 45%, o novo valor da dívida chegaria a R\$ 330,87 bilhões, ou 35,9% do PIB.

As duas contas que mais preocupam o governo e a sociedade são o déficit público e a dívida interna. A perspectiva não é nada animadora, já que o crescimento monetário de ambas é diretamente proporcional à taxa de juros praticada pelo governo nas transações financeiras com títulos públicos. A estimativa é de que a política monetária deve permanecer restritiva a uma taxa média anual de juros em torno de 27% (taxa histórica). Com esse percentual, tanto o déficit público quanto a dívida interna serão aumentados no final de 1999 para R\$ 117,9 bilhões (12,8% do PIB) e R\$ 493,9 bilhões (53,6% do PIB), respectivamente.

Por fim, temos os dilemas da balança comercial. Com base no resultado negativo do primeiro semestre, que foi de R\$ 623 milhões de déficit, e do fato de que a desvalorização e flutuação cambiais e a recuperação do preço dos produtos exportáveis no mercado internacional não estão aumentando o valor das exportações como era esperado, a meta negociada com o FMI de US\$ 3,7 bilhões de superávit está totalmente comprometida.

Para reverter esse quadro, que surpreendeu o mercado financeiro, esperam-se incentivos fiscais às exportações e a desoneração de seus custos. Analistas e consultores seguem uma tendência de projetar um déficit de R\$ 1,0 bilhão para a balança comercial em 1999 contra um déficit de US\$ 6,4 bilhões ocorrido em 1998. Esse fato já seria alentador, pois o país reduziria suas necessidades de capitais estrangeiros para fechar suas contas externas.

**QUADRO 2**  
**BRASIL - INDICADORES MACROECONÔMICOS**  
**(1998 E PROJEÇÃO PARA 1999)**

ANO	PIB	CRESC. (%)	TAXA DE DESEMPREGO (EM % DA PEA)	TAXA DE INFLAÇÃO (%) (INPC)	BALANÇO COMERCIAL (4)	DÍVIDA INTERNA	(EM % DO PIB)	D. FICIT P/ BÍLICO	(EM DO
1998	872,08	0,15	18,3	2,49	-6,4	388,61	44,6	72,71	ε
1999	921,84 (1)	-2,0	20,0(2)	7,82 (3)	-1,0	493,97 (5)	53,6	117,92 (6)	1;

Fonte: Banco Central do Brasil e IPEA (1998) e Anfp (1999)

**NOTAS:**

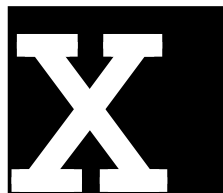
- (1) Segundo taxa de inflação estimada em 7,82% e queda no PIB de -2,0%
- (2) Pesquisa da Fundação SVAPE e DIEESE. A estimativa para 1999 é baseada na média das taxas dos seis primeiros meses do ano;
- (3) Estimativa baseada na média dos seis primeiros meses do ano : Inflação Estimada = [média (jan a jun) multiplicado por 6] multiplicado pela inflação acumulada no ano de 1999;
- (4) Em 1999, a estimativa é baseada na taxa média de crescimento das exportações e importações no primeiro semestre do ano e nos preços dos produtos exportáveis;
- (5) Segundo manutenção da política de juros elevados no patamar de 27% ao ano, em média;
- (6) Estimativa baseada na taxa média de crescimento dos últimos quatro anos e taxa média de juros em torno de 27% ao ano;
- (7) Segundo a estabilização da cotação do dólar em R\$ 1,75, que corresponderia à defasagem cambial do real em torno de 45%.

**Observação:**

Déficit Público = Déficit Nominal = Receitas - Despesas + Pagamento dos Juros

---





## **BLOCOS DE CAPITAL E DINÂMICA ECONÔMICA NO BRASIL – julho de 1999**

### **OBJETIVO**

Este trabalho tem por objetivo analisar sinteticamente e historicamente o comportamento dos governos brasileiros em relação aos blocos de capital hegemônicos *vis a vis* o desenvolvimento econômico do país. As orientações assumidas e as tomadas de posição quanto à predominância de um ou de outro tipo de capital, e suas respectivas origens, são fundamentais para a caracterização do tipo de modelo de crescimento econômico adotado.

### **OPÇÕES ECONÔMICAS DE GOVERNO**

Através de dados obtidos junto ao Banco Central (BACEN), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), e apresentados no Quadro 1, poderemos analisar as tendências e orientações de cada governo citado quanto às opções econômicas adotadas. O referido Quadro 1 informa a participação percentual das empresas, por origem de capital, no conjunto das maiores empresas no Brasil no período considerado.

---

## 1. Governo Geisel

Iniciamos nossa análise com o Governo Geisel, com informações que vão de 1975 a 1979.

Politicamente, esse governo se caracterizou pelo abrandamento do autoritarismo político reinante e pelo início daquilo que ficou conhecido como abertura lenta, gradual e segura.

No campo econômico, esse governo pautou o desenvolvimento econômico numa política nacionalista estatizante, onde o capital produtivo estatal foi claramente dominante nas políticas desenvolvimentistas. A participação desse capital aumentou de 23,4% em 1975 para 31,3% em 1979 no conjunto das empresas componentes de nossa economia.

Em consequência dessa opção pela liderança do Estado no setor produtivo, a participação do capital estrangeiro caiu de 41,8% em 1975 para 34,5% em 1979.

Já em relação ao capital privado nacional, seu comportamento mostrou uma tendência praticamente constante nesse governo, ou seja, passou de 34,8% em 1975 para 34,2% em 1979.

A dinâmica econômica nesse período foi ditada, principalmente, pela arrancada do setor Petroquímico comandada pelo Estado.

## 2. Governo Figueiredo

O segundo governo contemplado na presente análise é o governo Figueiredo, com informações que vão de 1980 a 1984.

No aspecto político, esse governo foi o último da *era militar*, que teve início com o golpe de 1964, e se caracterizou pela preparação do terreno para o retorno dos civis ao poder, ainda de forma indireta.

---

Quanto às opções econômicas, a orientação de governo foi nacionalizante, principalmente de incentivo ao capital privado nacional, que cresceu de 35,9% em 1980 para 39,9% em 1984 no conjunto do parque produtivo total.

Também nesse governo, a tendência de queda da participação do capital estrangeiro foi mantida, caindo ainda mais em relação ao governo Geisel: 32,5% em 1980 para 27,2% em 1984.

Já quanto ao papel do Estado no setor produtivo, ele apresentou uma tendência de estabilização percentual, já que cresceu e caiu no mesmo período de governo: 31,6% em 1980, com um pequeno aumento para 32,9% em 1984, e com ênfase nos investimentos em infra-estrutura, principalmente no setor de energia.

A dinâmica econômica nesse governo foi ditada, principalmente, pelas indústrias de base lideradas pelas empresas nacionais.

### **3. Governo Sarney**

O terceiro governo a ser apreciado no nosso estudo foi o governo Sarney, seguindo a ordem cronológica, e com informações que vão de 1985 a 1989.

Esse governo, de caráter civil, deu início ao processo de redemocratização do país que culminaria com a reconquista das eleições diretas para Presidente da República no final de seu período.

As opções econômicas, no entanto, foram nitidamente anti-estatais, invertendo o quadro nacionalista anterior, verificando nos dois últimos governos militares. A participação do capital estatal caiu de 30,8% em 1985 para 25,2% em 1989.

Como resultado dessa nova estratégia de governo, a participação do capital estrangeiro cresceu de 28,5% em 1985 para 30,8% em 1989. Entretanto, a hegemonia, em termos de bloco de capital, ficou com o setor privado nacional, que cresceu de 40,7% em 1985 para 44,0% em

---

1989. Foi nesse governo que esse bloco de capital, de caráter privado nacional, teve sua maior supremacia.

A dinâmica econômica nesse primeiro governo civil foi ditada por um *mix* das empresas privadas nacionais com as empresas privadas estrangeiras, principalmente na indústria de transformação e na indústria de ponta. A orientação de governo era, portanto, de dar início a um processo de desnacionalização de nossa economia.

#### 4. Governo Collor

O quarto governo da nossa análise é o de Fernando Collor, com informações que vão de 1990 a 1992, quando então sofreu o processo de *impeachment*.

Em termos institucionais, foi o primeiro governo eleito pelo povo desde o golpe militar de 1964, consolidando nosso processo político em prol da democracia.

Na área econômica, esse governo deu início à abertura externa de nossa economia e também ao programa das privatizações. No entanto, foi um governo extremamente conturbado em termos políticos e complexo no aspecto da inserção do Brasil no mundo da globalização econômica que, então, se iniciava.

Apesar da estratégia governamental de abertura internacional, os blocos de capital se mantiveram praticamente estáveis em termos de participação percentual no conjunto da produção. O capital estrangeiro se manteve constante: 31,0% em 1990 para 31,3% em 1992. O capital privado nacional teve uma leve queda: 42,7% em 1990 para 41,7% em 1992, enquanto que o capital produtivo estatal apresentou uma pequena elevação em sua participação: 26,2% em 1990 para 27,0% em 1992.

Por se tratar de um período que se caracterizou, ao mesmo tempo, pelo início do processo de reestruturação produtiva das empresas e pela crise institucional com interrupção de mandato, estabeleceu-se um quadro de impasse político e de indefinições quanto aos rumos da economia brasileira.

---

## 5. Governo Itamar

O governo Itamar foi curto e atípico. Assumiu a presidência num quadro político transitório. As informações obtidas desse governo cobrem os anos de 1993 e 1994.

Nesse curto mandato, pode-se constatar uma retomada da hegemonia do capital privado nacional, que cresceu sua participação de 42,4% em 1993 para 44,0% em 1994. Houve também um freio nas privatizações e uma queda no avanço do capital estrangeiro, que teve sua participação reduzida de 35,0% em 1993 para 32,0% em 1994.

Quanto ao capital estatal, que já vinha perdendo terreno de 1992 para 1993 (quando caiu de 27,0% para 24,8%), portanto, no fim do governo Collor, se manteve praticamente estável em 24,0% no fim do governo Itamar.

De resto, o governo Itamar preparou as condições para um duro combate contra a inflação, através do Plano Real, e encaminhou sem sobresaltos a sucessão presidencial.

## 6. Governo FHC

Para fechar nossa análise histórica sobre as orientações estratégicas de governo frente aos blocos de capital dominantes e o desenvolvimento econômico, vamos nos ater ao primeiro governo FHC, com informações que vão de 1995 a 1998.

Em termos políticos, esse governo se caracterizou por costurar uma aliança duradoura com os partidos mais conservadores do país, o que consolidou sua base parlamentar para implantar um programa de inserção passiva do Brasil no processo da globalização econômica.

No campo econômico, essa opção significou um processo acelerado de desnacionalização do nosso parque produtivo, com ênfase no aumento ininterrupto da participação do capital estrangeiro, que cresceu de 33,3%

---

em 1995 para 42,0% em 1998, participação essa que se configurou como a maior dos últimos 24 (vinte e quatro) anos, desde o fim do governo Médici e início do governo Geisel.

Essa nova orientação de governo, de avanço do capital estrangeiro justificada por uma suposta imposição da conjuntura internacional, resultou em detrimento do capital privado nacional, que caiu sua participação de 43,6% em 1995 para 41,9% em 1998, e, principalmente, do capital produtivo estatal, que sofreu a maior baixa das últimas décadas, reduzindo drasticamente sua participação na economia de 23,1% em 1995 para 16,1% em 1998, com tendência a cair ainda mais no segundo mandato de FHC.

## GLOBALIZAÇÃO OU DESNACIONALIZAÇÃO?

O tipo de inserção do Brasil no processo da globalização econômica, através de políticas de liberalização cambial, comercial, financeira e produtiva, vem agravando um quadro de vulnerabilidade externa e criando uma trajetória de instabilidade e crise como há muito tempo não se via.

Sob o manto de uma globalização desequilibrada e disfarçada de solução, a nossa economia vem sofrendo a mais forte desnacionalização de sua história. Isso significa dizer que uma parcela crescente da produção e da renda interna vai sendo cada vez mais controlada por *não-residentes*. Dessa maneira, esse tipo de política aumenta a nossa dependência e reduz a capacidade de mandara do Estado nacional na definição de suas estratégias e na implantação de suas políticas de desenvolvimento sustentado.

Enquanto os governos militares possuíam uma forte orientação nacionalista, que incentivava o capital privado nacional e fortalecia o capital estatal, apesar do autoritarismo político dominante, os governos civis, num ambiente de democracia, prepararam e depois consolidaram o caminho da hegemonia do capital estrangeiro e da desnacionalização da economia brasileira.

---

Os resultados sociais alcançados por esses governos, a partir de suas respectivas opções econômicas por um ou outro bloco de capital hegemônico, serão motivo de análise posterior.

## QUADRO 1

**BLOCOS DE CAPITAL E A POSIÇÃO DO GOVERNO NO  
BRASIL - 1975 A 1998**

ORIGEM DO CAPITAL	GOVERNO GEISEL (1)					GOVERNO FIGUEIREDO (2)					GOVERNO SARNEY (3)					GOVERNO COLLOR (GOVERNO)				
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	
A. ESTRANGEIRO	41,8	40,8	38,5	35,4	34,5	32,5	31,2	30,9	29,7	27,2	28,5	28,7	30,7	31,6	30,8	31,0	31,0	31,3	35,0	
B. PRIVADO NACIONAL	34,8	34,6	36,1	34,9	34,2	35,9	35,5	36,1	39,1	39,9	40,7	42,4	41,0	42,4	44,0	42,7	42,4	41,7	42,4	
C. ESTATAL	23,4	24,6	25,3	29,7	31,3	31,6	33,6	33,0	31,2	32,9	30,8	28,9	28,3	26,0	25,2	26,2	26,6	27,0	24,8	

Fonte: Banco Central do Brasil, FIBGE e FIESP

**Notas:**

- (1) Tendência de queda de participação do capital estrangeiro; estabilização da participação do capital privado nacional; aumento da participação do capital estatal; orientação nacionalista de governo pró-estatização.
- (2) Tendência de queda de participação do capital estrangeiro; aumento da participação do capital privado nacional; estabilização da participação do capital estatal; orientação nacionalista de governo pró-setor privado.
- (3) Tendência de aumento de participação do capital estrangeiro; aumento da participação do capital privado nacional; queda da participação do capital estatal; orientação desnacionalizante pró-setor privado nacional e anti-estatal.
- (4) Tendência de estabilização da participação do capital estrangeiro; estabilização da participação do capital privado nacional; estabilização da participação do capital estatal; orientação neutra.
- (5) Tendência de queda da participação do capital estrangeiro; aumento da participação do capital privado nacional; estabilização da participação do capital estatal; orientação pró-setor privado nacional.
- (6) Tendência de aumento da participação do capital estrangeiro; queda da participação do capital privado nacional; queda da participação do capital estatal; orientação desnacionalizante de governo anti-capital nacional.





## **PERFIL SINTÉTICO DOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - agosto de 1999**

### **I . INTRODUÇÃO**

A presente análise tem por objetivo apresentar um perfil sintético dos beneficiários da Previdência Social no tocante à concentração salarial, com dados de fevereiro de 1999, e em relação às quantidades e valores dos benefícios em manutenção por grupos de espécie, com dados consolidados de dezembro de 1998.

### **II . CONCENTRAÇÃO SALARIAL**

No aspecto da concentração salarial dos beneficiários, o Quadro 1 apresenta a distribuição dos benefícios mantidos pelo INSS por quantidade de salários mínimos.

Verifica-se que 64,51% dos beneficiários se concentram na faixa igual a um (01) salário mínimo, ou seja, recebem benefícios no valor de R\$ 136,00. Os beneficiários que recebem abaixo do salário mínimo correspondem a 2,35% do total, enquanto que os que recebem benefícios entre 1 a 2 salários mínimos representam 10% do total dos segurados. Já os beneficiários que recebem acima de 10 salários mínimos (acima de R\$ 1.136,00) são absolutamente minoritários, correspondendo a apenas 0,17% do total dos segurados.

**QUADRO 1**  
**BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO INSS**  
**(% DO TOTAL EM NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS**  
**POSIÇÃO EM FEVEREIRO DE 1999**

<b>VALOR EM SALÁRIO MÍNIMO</b>	<b>(% DO TOTAL)</b>
MENOR QUE 1	2,35
<b>IGUAL A 1</b>	<b>64,51</b>
1 A 2	10,47
2 A 3	6,11
3 A 4	4,25
4 A 5	3,48
5 A 6	3,65
6 A 7	2,53
7 A 8	1,81
8 A 9	0,58
9 A 10	0,11
<b>MAIOR QUE 10</b>	<b>0,17</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social - Fev/99

---

### III. ANÁLISE DAS QUANTIDADES E VALORES DOS BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO

A partir das informações contidas no Quadro 2, podemos verificar que dos três grandes grupos de espécie de benefícios (Previdenciários, Assistenciais e Acidentários), os Previdenciários são amplamente majoritários, com participação relativa de 86,14% na quantidade total, que foi de 18.565.447 de beneficiários, e 91,06% no valor pago (posição de dezembro). Os Assistenciais vêm em seguida com 10,49% da quantidade e 5,87% do valor. Os Acidentários aparecem em último com 3,37% da quantidade e 3,04% do valor.

Dentro do grupo de Benefícios Previdenciários, podemos destacar que as Aposentadorias representam 57,60% da quantidade total de benefícios do país, ou seja, 10.693.697 em 1998, e 66,66% do valor total. Elas são seguidas pelas Pensões por Morte, com respectivamente 25,85% e 21,44%, e pelos Auxílios, com respectivamente 2,53% e 2,89%.

Dentro das aposentadorias, temos que as decorrentes da Idade representam 29,30% da quantidade total dos beneficiários, ou seja, 5.439.675 em 1998, e 19,21% do valor. Elas são seguidas pelas Aposentadorias por Tempo de Serviço, com 16,84% da quantidade total, ou seja, 3.126.421 em 1998, e 39% do valor pago. Quanto às Aposentadorias por Invalidez, elas corresponderam a 11,46% da quantidade total, ou seja, 2.127.600 em 1998, e 8,45% do valor total.

Com relação ao Grupo de Espécie dos Benefícios Assistenciais, cabe ressaltar que as Rendas Mensais Vitalícias (RMV) corresponderam a 5,84% da quantidade dos benefícios em manutenção, ou seja, 1.084.222 de beneficiários, sendo que as RMVs por Invalidez ficaram com 3,36% do total, ou seja, 623.799 beneficiários, e as RMVs por Idade, com 2,47%, ou seja, 458.566 beneficiários.

**QUADRO 2**  
**QUANTIDADES E VALORES DE BENEFÍCIOS EM MANUTEN-**  
**ÇÃO-SEGUNDO OS GRUPOS DE ESPÉCIE**  
**(POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 1998)**

GRUPOS DE ESP. CIE	QUANTIDADE	PART. REL. S/TOTAL (%)	VALOR (EM R\$)	PART. REL. S/TOTAL (%)
<b>A - PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>15.991.569</b>	<b>86,14</b>	<b>3.971.963.769</b>	<b>91,09</b>
1. APOSENTADORIAS	10.693.986	57,60	2.906.653.911	66,66
*TEMPO DE SERVIÇO	3.126.386	16,84	1.700.459.137	39,00
*IDADE	5.439.435	29,30	837.684.238	19,21
*INVALIDEZ	2.128.165	11,46	368.510.537	8,45
2. PENSÕES POR MORTE	4.799.365	25,85	934.963.173	21,44
3. AUXÍLIOS	470.401	2,53	125.902.504	2,89
*DOENÇA	461.176	2,48	123.843.466	2,84
*RECLUSÃO	7.570	0,04	1.816.600	0,04
*ACIDENTE	1.655	0,01	242.438	0,01
4. OUTROS	27.817	0,15	4.444.181	0,10
*SALÁRIO-MATERNIDADE	20.232	0,11	2.998.739	0,07
*ABONO DE PERMANÊNCIA	7.067	0,04	1.360.904	0,03
*VANTAGEM DO SERVIDOR	518	0,00	84.538	0,00
<b>B - ASSISTENCIAIS</b>	<b>1.947.945</b>	<b>10,49</b>	<b>255.809.913</b>	<b>5,87</b>
1. RENDAS MENSIS VITALÍCIAS	1.083.423	5,84	140.845.023	3,23
*INVALIDEZ	624.383	3,36	81.169.823	1,86
*IDADE	459.040	2,47	59.675.200	1,37
2. PENSÕES MENSIS VITALÍCIAS	19.086	0,10	5.028.258	0,12
3. AMPAROS ASSISTENCIAIS	845.436	4,55	109.906.632	2,52
*PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	639.175	3,44	83.092.712	1,91
*IDOSO	206.261	1,11	26.813.920	0,61
<b>C - ACIDENTÁRIOS</b>	<b>625.933</b>	<b>3,37</b>	<b>132.548.397</b>	<b>3,04</b>
1. AUXÍLIOS	403.922	2,18	67.009.891	1,54
*DOENÇA	74.208	0,40	30.534.618	0,70
*ACIDENTE	232.097	1,25	31.553.467	0,72
*SUPLEMENTAR	97.617	0,53	4.921.806	0,11
2. APOSENTADORIAS	95.846	0,52	26.486.920	0,61
3. PENSÕES	126.165	0,68	39.051.586	0,90
<b>TOTAL</b>	<b>18.565.447</b>	<b>100,00</b>	<b>4.360.322.080</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Anuário estatístico da Previdência Social - 1998

---

### **III – ANÁLISE QUANTITATIVA DOS BENEFÍCIOS URBANOS E RURAIS EM MANUTENÇÃO**

A partir dos dados contidos no Quadro 3, podemos verificar que do total de benefícios em manutenção da Previdência Social em dezembro de 1998, que foi de 18.565.447, 64,39% são da área urbana, resultando em 11.954.384 de beneficiários, e 35,61% são provenientes da área rural, resultando em 6.611.063 de beneficiários.

#### **BENEFÍCIOS URBANOS**

Analisando especificamente os Benefícios Urbanos, podemos observar que dos 11.954.384 de beneficiários, 9.937.420 são oriundos do Grupo de Espécie "Benefícios Previdenciários", com destaque para as "Aposentadorias por Tempo de Serviço", que totalizaram 3.122.157 de beneficiários, e as "Pensões por Morte", que totalizaram 3.221.270 de beneficiários.

No Grupo de Espécie "Benefícios Assistenciais", a Previdência Urbana totalizou 1.410.921 de beneficiários, com destaque para os "Amparos Assistenciais" (com 845.436 beneficiários) e mais particularmente para os "Portadores de Deficiência Física" (com 639.175 beneficiários). Por fim, no Grupo de Espécie "Benefícios Acidentários", a Previdência Urbana totalizou 606.043 beneficiários.

#### **BENEFÍCIOS RURAIS**

No campo da Previdência Rural, também por Grupo de Espécie, observamos que dos 6.611.062 de beneficiários 6.054.149 são provenientes dos "Benefícios Previdenciários", com destaque para as "Aposentadorias por Idade" (3.954.100 de beneficiários).

Em seguida vem o Grupo de Espécie dos "Benefícios Assistenciais"

---

com 537.024 beneficiários, através das Rendas Mensais Vitalícias (RMV) que se dividem praticamente meio a meio entre "Invalidez" e "Idade". Por fim, o Grupo de Espécie "Benefícios Acidentários" não é significativo dentro da Previdência Rural (apenas 19.890 beneficiários).

**QUADRO 3**  
**QUANTIDADES DE BENEFÍCIOS URBANOS E RURAIS**  
**EM MANUTENÇÃO**  
**(SEGUNDO OS GRUPOS DE ESPÉCIE)**  
**(POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 1998)**

GRUPOS DE ESPÉCIE	QUANTIDADE				
	URBANO (a)	S/TOTAL (a/c)(%)	RURAL (b)	S/TOTAL (b/c)(%)	TOTAL (C)
<b>A - PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>9.937.420</b>	<b>62,14</b>	<b>6.054.149</b>	<b>37,86</b>	<b>15.991.569</b>
1.APOSENTADORIAS	6.277.762	58,70	4.416.224	41,30	10.693.986
*TEMPO DE SERVIÇO	3.122.157	99,86	4.229	0,14	3.126.386
*IDADE	1.485.335	27,31	3.954.100	72,69	5.439.435
*INVALIDEZ	1.670.270	78,48	457.895	21,52	2.128.165
2.PENSÕES POR MORTE	3.221.270	67,12	1.578.095	32,88	4.799.365
3. AUXÍLIOS	420.614	89,42	49.787	10,58	470.401
*DOENÇA	412.917	89,54	48.259	10,46	461.176
*RECLUSÃO	6.503	85,90	1.067	14,10	7.570
*ACIDENTE	1.194	72,15	461	27,85	1.655
4.OUTROS	17.774	63,90	10.043	36,10	27.817
*SALÁRIO-MATERNIDADE	10.187	50,35	10.043	49,64	20.232
*ABONO DE PERMANÊNCIA	7.067	100,00	-	-	7.067
*VANTAGEM DO SERVIDOR	518	100,00	-	-	518
<b>B - ASSISTENCIAIS</b>	<b>1.410.921</b>	<b>72,43</b>	<b>537.024</b>	<b>27,57</b>	<b>1.947.945</b>
1.RENDAS MENSÁIS VITALÍCIAS	546.399	50,43	537.024	49,57	1.083.423
*INVALIDEZ	386.909	61,97	264.435	42,35	624.383
*IDADE	207.515	45,21	272.589	59,38	459.040
2.PENSÕES MENSÁIS VITALÍCIAS	19.086	100,00	-	-	19.086
3.AMPAROS ASSISTENCIAIS	845.436	100,00	-	-	845.436
*PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	639.175	100,00	-	-	639.175
*IDOSO	206.261	100,00	-	-	206.261
<b>C - ACIDENTÁRIOS</b>	<b>606.043</b>	<b>96,82</b>	<b>19.890</b>	<b>3,18</b>	<b>625.933</b>
1.AUXÍLIOS	396.329	98,12	7.593	1,88	403.922
*DOENÇA	70.122	94,49	4.086	5,51	74.208
*ACIDENTE	228.590	98,49	3.507	1,51	232.097
*SUPLEMENTAR	97.617	100,00	-	-	97.617
2.APOSENTADORIAS	87.900	91,71	7.946	8,29	95.846
3.PENSÕES	121.814	96,55	4.351	3,45	126.165
<b>TOTAL</b>	<b>11.954.384</b>	<b>64,39</b>	<b>6.611.063</b>	<b>35,61</b>	<b>18.565.447</b>

Fonte: Anuário estatístico da Previdência Social - 1998

---





## NOTAS SOBRE A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL: O País dos extremos - agosto de 1999

### I - A PASSIVIDADE FRENTE AOS PROBLEMAS ESTRUTURAIS

O atual governo, dito social democrata, e tantos outros que *passaram batido* parecem desconhecer os graves problemas que o país, há tempos rentos, apresenta. O descaso parece ser a principal característica de muitos governos da *Terra Brasilis*. O problema da concentração da terra e da renda nas mãos de uma ínfima minoria de afortunados, a questão da desqualificação da nossa mão-de-obra, o problema da ausência de política de geração de emprego, a questão da sangria das dívidas externa e interna, a questão da segurança, a crise educacional, a marginalidade infanto-juvenil, o descalabro da saúde, a ausência de poupança interna suficiente para um desenvolvimento econômico sustentado, enfim, problemas e algemas históricas de um pobre rico país.

Por outro lado, a sociedade, ainda que conhecedora e sofredora desses problemas estruturais e seculares, parece que vinha "preferindo" a passividade ou a mera denúncia, do que propriamente a mobilização e ação populares. O MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) vem, já há algum tempo, sendo o único movimento social a realizar grandes manifestações públicas. Entretanto, essa passividade aparente da sociedade parece que chegou ao fim, depois que os cidadãos perceberam que o Plano Real não surte mais nenhum efeito positivo e que o desemprego se alastra sem dó. A passeata dos 100 mil nas ruas de Brasília nos fez relembrar das grandes mobilizações populares do passado.

---

Após essa introdução ideológica, feita para sacudir as consciências, vamos nos ater no presente texto ao problema da terra, alterando de imediato o título do livro do grande historiador Alberto Passos Guimarães para "cinco (e não mais só quatro) séculos de latifúndio".

## II - DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL AO MST: O MAPA DA INSENSATEZ DA POSSE DA TERRA

Desde o descobrimento do Brasil em 1500 até os nossos dias, a estrutura fundiária, ou seja, o tamanho e a posse da terra, permanece praticamente inalterada no que tange à concentração elitista. São, portanto, cinco séculos de latifúndios, em geral improdutivos, ineficientes e especulativos nas mãos de uma elite agrária.

Nesse aspecto, a única reforma agrária, no sentido de um mapeamento e de uma divisão da terra que se tem em notícia documentada por historiadores, foi a ocorrida com as "Capitanias Hereditárias" ou as chamadas "Sesmarias" no final do século XVII, anterior, portanto, à nossa própria independência. De lá para cá, pouca coisa mudou. O desenvolvimento agrícola no Brasil tem acontecido na base do investimento em terras selecionadas, a partir de acordos entre a elite agrária e a elite política.

O próprio governo, através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), montou, recentemente, um minucioso mapa da situação das terras. Os dados oficiais confirmam a assombrosa concentração da posse da terra. Englobando 35.083 propriedades, que formam apenas 1% do total de imóveis cadastrados, os latifúndios ocupam 153 milhões de hectares, quase a metade da área de todas as propriedades rurais somadas. É como se apenas 35.083 pessoas ocupassem uma área igual à soma dos territórios da França, Alemanha, Espanha, Suíça e Áustria. É contra esse mapa da insensatez que o MST vem se movimentando nacionalmente e arrastando multidões.

Nenhum país continental possui uma terra tão concentrada e tão desperdiçada. Em 14% da área agricultável, planta-se. Em 48% cria-se

---

gado. O resto, 38%, é ocioso ou utilizado para fins outros. No Norte, a região mais atrasada, 79% da área total cultivável é ocupada por imóveis improdutivos. Mesmo no Sul, porção considerada a mais avançada, esse índice chega a 42%.

Por outro lado, os 4,5 milhões de agricultores familiares do país, donos de um quarto das terras utilizadas para a agricultura, garantem o sustento de 18 milhões de pessoas ou mais de 10% da população do país. A luta é para que esse número cada vez mais se expanda, já que a agricultura familiar é um dos motores de uma autêntica reforma agrária em qualquer país.

### **III – DO CAMPO PARA A CIDADE: O MAPA DA INSENSATEZ DA RENDA NACIONAL E OUTROS EXTREMOS**

A ausência de reforma agrária, historicamente, levou à anarquia da vida urbana, gerando mais marginalidade social, mais violência, mais desemprego e mais desilusão, afora o *stress* permanente. As cidades não mais suportam tanto êxodo. Não há emprego para todos e daqui deriva um dos grandes impasses para o nosso desenvolvimento econômico: o "trânsito caótico" entre "campo x cidade" e "cidade x campo".

Se não bastasse a absurda concentração da terra, ainda verificamos que os dados relativos à nossa economia, com peso maior para a atividade industrial urbana, reforçam ainda mais a tese de que o Brasil é o "país dos extremos". Vejamos algumas informações macroeconômicas relevantes.

O Brasil é a oitava economia do mundo com um PIB perto de R\$ 900 bilhões (dezembro de 1998), mas apresenta uma das piores concentrações da renda do trabalho do mundo: os 10% mais ricos se apropriam de 47% de toda a riqueza gerada, enquanto que os 50% mais pobres ficam com apenas 13% dessa mesma riqueza gerada por eles mesmos, segundo dados do IBGE.

Enquanto o país investe em medicina de ponta e na rede privada de hospitais de primeiro mundo, a falência do sistema público de saúde é evidente e faz os gastos das famílias crescerem 60% em consultas particulares.

---

No plano infantil, em que crianças deveriam estar obrigatoriamente na escola, 9,5 milhões de meninos e jovens de 5 a 17 anos trabalham no Brasil e, para piorar, em atividades muitas vezes perigosas ou em regime de escravidão. Já no plano educacional, somente 12,3% dos brasileiros têm o primeiro grau completo, segundo também dados do IBGE.

A despeito de possuir um parque industrial moderno, verifica-se que na grande São Paulo, centro maior de nossa economia, 42,5% dos trabalhadores da indústria e 55,1% do comércio trabalham mais que a jornada legal de 44 horas. A produtividade cresceu 49,18% nos últimos seis anos, mas o salário mínimo mantém apenas 17% do poder aquisitivo de 1940, quando foi criado por Getúlio Vargas, segundo dados do DIEESE. Em matéria de desemprego, calcula-se que haja mais de 10 milhões de desempregados nas principais regiões metropolitanas do país (em torno de 20% da População Economicamente Ativa).

No que diz respeito à estrutura salarial do país, observa-se também brutal concentração de renda, onde 70% de todos os assalariados recebem de 01 a 05 salários mínimos mensais, enquanto apenas 1,6% recebem mais de 20 salários mínimos mensais.

#### **IV – A CAMINHO DA MODERNIDADE OU DA PARTAÇÃO SOCIAL?**

O fosso que divide o Brasil da modernidade globalizante de um outro Brasil do atraso secular é largo e fundo o suficiente para que se exija uma ponte sólida que os una estruturalmente, como defendem diversos segmentos sociais, dentre eles o MST, e não um muro de concreto que os separe definitivamente como é hoje.

O governo alega que é preciso ter muito dinheiro para implantar uma reforma agrária ampla e justa. Ele afirma que o custo por família assentada é de cerca de R\$ 40.000,00, entre o preço da terra, moradia e crédito para a produção. Isso significa que o assentamento de 1 milhão de famílias, reivindicação do próprio MST, custaria R\$ 40 bilhões.

---

Ora, a política de saneamento financeiro de algumas instituições bancárias, desencadeada pelo governo a um certo tempo atrás sob o rótulo de PROER, superou, sem dúvida, a cifra dos R\$ 40 bilhões alegada pelo governo. Enquanto tecnocratas se perdem em números mirabolantes, a reforma agrária permanece, em boa medida, nas bases fixadas pelo longínquo mapeamento das antigas e seculares Capitanias Hereditárias.

O difícil é acreditar que o governo, mantida a sua atual composição de forças políticas conservadoras, possa alterar suas prioridades, como a de ter preferido, por exemplo, a "modernidade" dos carros importados, através de uma desregrada política de importações, ao "atraso" da interiorização rural produtiva, através de uma política agrícola que contemple o assentamento e a produção. O horizonte tem sido mais para a apartação social do que para o início de uma integração econômica nacional.

## **V - ESTADO E POBREZA**

Este tópico complementar não está diretamente ligado à questão fundiária mas, de toda sorte, faz parte da questão social maior. Ele objetiva ressaltar que o Estado, ao invés de promover o bem-estar social, está atuando de forma a disseminar a pobreza no país.

A riqueza de uma sociedade é medida pela sua produção, pela sua poupança interna, pela distribuição do consumo entre a população e pelo nível de escolaridade do seu povo. Estamos reprovados em todos esses itens.

O Brasil tem muita pobreza porque, em vários sentidos, é uma sociedade atrasada, como vimos, por exemplo, em relação à sua estrutura fundiária secular. A educação é mal distribuída, a renda também é fortemente concentrada no topo da pirâmide e as riquezas acumuladas quase sempre foram originárias de benesses do Estado, via corrupção e subsídios, tanto para o setor privado quanto para a sociedade, e não na prática da atividade econômica e na repartição dos bens.

---

A vida dos que produzem e pagam impostos está cada vez mais difícil. Muitas empresas médias brasileiras estão funcionando hoje porque optaram pela informalidade que, aliás, cresce aceleradamente. A área produtiva não suporta a carga tributária que lhe é imposta. Nesse ponto, cabe ressaltar que o Estado se apossa de grande parte da riqueza produzida no país, cerca de 40% do PIB, pois 32% é arrecadada por impostos e mais 8% por meio de déficits infimáveis do setor público.

Essa cifra astronômica de apropriação indevida do Estado poderia resolver, no mínimo, o problema da reforma agrária e dos desequilíbrios regionais. No entanto, o nosso atraso é responsável hoje pela pobreza de 40 milhões de brasileiros que, praticamente, se encontram fora de um mínimo de dignidade humana.



## **O ENDIVIDAMENTO EXTERNO NOS GOVERNOS ELEITOS: ANÁLISE DA DÉCADA DE 90 - agosto de 1999**

### **I - ORIGENS E DILEMAS DO ENDIVIDAMENTO**

O endividamento externo brasileiro remonta a meados dos anos 50 quando, diante de uma situação de excesso de liquidez internacional e crédito barato, o governo de então optou por financiar o desenvolvimento econômico com base na poupança alheia. Assim se deu com a indústria automobilística, com as indústrias de base, construção civil, hidrelétricas, estradas, Brasília, etc.

Incapaz de criar poupança interna suficiente para sair do rolo compressor das crises de liquidez frequentes e das oscilações das taxas de juros internacionais, o país assistiu ao crescimento do seu endividamento externo e a sérios desequilíbrios no balanço de pagamentos daí decorrentes.

De lá para cá, a bola de neve da dívida externa não parou de crescer, gerando evasões crescentes de divisas, na forma de pagamentos de juros e amortizações, e comprometendo a própria soberania nacional.

Já se vão mais de 40 anos desse processo de sangria de divisas. O presente texto, sabedor do tamanho desse período histórico de endividamento, optou por demarcar a década de 90 como referência analítica temporal. Dois motivos principais levaram à definição desse intervalo de anos. Primeiro, porque o período escolhido, de 1990 a 1998, é constituído por três governos democráticos: Collor, Itamar e FHC,

---

governos, portanto, eleitos pelo povo depois de 25 anos de ditadura. Em segundo lugar, porque o endividamento cresceu muito nesse período.

As informações pertinentes à análise foram coletadas junto à consolidação de dados do Banco Central do Brasil, instituição responsável pelo gerenciamento da dívida externa, e estão apresentadas no Quadro 1.

## **II - O ENDIVIDAMENTO NA DÉCADA DE 90**

### **A - GOVERNO COLLOR (1990 a 1992)**

Primeiro governo eleito pós-ditadura, o governo Collor se caracterizou, dentre outras atipicidades, pelo maior comprometimento da dívida líquida (dívida bruta - reservas internacionais) em relação às exportações, chegando a uma relação percentual de 362,1% em 1991, ou seja, quase quatro vezes maior que nossas vendas externas. Por outro lado, as reservas internacionais cresceram, mantendo a dívida líquida mais ou menos constante em R\$ 112,195 bilhões no fim de 1992, enquanto a dívida bruta crescia para R\$ 135,949 bilhões no fim do mesmo ano.

Com relação ao serviço da dívida (que é composto pela soma das amortizações mais juros), observamos que o total das amortizações (que correspondem ao pagamento do montante principal da dívida) chegou a R\$ 18,514 bilhões, enquanto o pagamento de juros somaram R\$ 17,437 bilhões de 1990 a 1992. No total, o governo Collor pagou de serviço da dívida R\$ 35,951 bilhões no seu curto mandato.

### **B . GOVERNO ITAMAR (1993 a 1994)**

O governo Itamar foi um governo de transição, decorrente do impeachment do Presidente Collor.

Na área do endividamento externo, sua principal característica foi o de



---

enviar R\$ 50,411 bilhões para o exterior em 1994, a título de amortização, aproveitando o surto de crescimento, de poupança e a redução brusca da inflação a partir do segundo semestre daquele ano, decorrentes do sucesso inicial do Plano Real. Quanto aos pagamentos dos juros, somaram, de 1993 a 1994, R\$ 14,618 bilhões. O crescimento exacerbado do serviço da dívida superou em muito a receita das exportações e reduziu minimamente a dívida líquida, que fechou o período Itamar em R\$ 109,489 bilhões.

De resto, a dívida bruta cresceu com novos empréstimos internacionais para R\$ 148,295 bilhões, as reservas cambiais para R\$ 38,295 bilhões e as exportações para R\$ 43,545 (totalmente comprometidas com o pagamento das amortizações), tudo isso como resultado final do seu também curto mandato.

### **C. GOVERNO FHC (1995 a 1998)**

O governo FHC iniciou-se com os bons ventos de crescimento proporcionados pelo Plano Real, que durou mais ou menos de julho de 1994 a julho de 1996. No ciclo posterior do Plano Econômico, o governo, para administrar o desaquecimento da economia, passada a euforia da moeda forte ancorada ao dólar, se aproveitou de uma nova liquidez internacional e ancorou no porto do dinheiro fácil (já vi esse filme), e fazendo a dívida bruta saltar de R\$ 159,256 bilhões em 1995 para R\$ 235,082 bilhões em 1998. Além disso, as reservas caíram e a dívida líquida foi para R\$ 190,524 bilhões no fim de 1998. A fonte do dinheiro fácil secou mais uma vez e a conta foi para o espaço.

Com relação ao serviço da dívida, foram gastos com amortizações R\$ 87,569 bilhões, enquanto que com pagamento de juros foram para R\$ 40,482 bilhões, totalizando a cifra astronômica de R\$ 128,051 bilhões, valor superior ao total da dívida líquida de 1996, que foi de R\$ 118,021 bilhões.

---

### III - A SANGRIA HISTÓRICA DE DIVISAS

Os três governos eleitos da década de 90 pagaram R\$ 239,009 bilhões de serviço da dívida externa, valor superior ao próprio montante da dívida bruta de 1998, que era de R\$ 235,082 bilhões. Desse total pago de serviço da dívida, R\$ 72,537 bilhões foram de juros e R\$ 162,545 bilhões foram de amortizações no período de 1990 a 1998.

Concluindo, durante dez anos o país desembolsou uma média de R\$ 23,901 bilhões ao ano de serviço da dívida e, no entanto, permaneceu com uma cifra recorde de dívida externa, cifra esta agravada pela liberalização cambial a partir de janeiro de 1999.

Paga-se, mas aumenta-se a dívida com mais empréstimos e mais juros embutidos. Essa é a tônica do nosso endividamento histórico.

**QUADRO 1**  
**ENDIVIDAMENTO EXTERNO**  
**EVOLUÇÃO - 1990 A 1998**

GOVERNO	ANO	SERVIÇO DA DÍVIDA			DÍVIDA BRUTA (B)	RESERVAS INTERNACIONAIS (C)	DÍVIDA LÍQUIDA (D=B-C)	EXPORTAÇÕES (FOB) (E)	SERVIÇOS DE DÍVIDA (FOB) (F) (%)
		AMORTIZAÇÃO (1)	JUROS (2)	TOTAL (1+2)					
COLLOR	1990	4.620	3.490	8.110	123.439	113.466	31.414	25,1	
	1991	5.322	6.694	12.016	123.910	114.504	31.620	38,1	
	1992	8.572	7.253	15.825	135.949	23.754	112.195	35.793	44,1
ITAMAR	1993	9.978	8.280	18.258	145.726	32.211	38.555	47,1	
	1994	50.411	6.338	56.749	148.295	38.806	43.545	130	
FHC	1995	11.023	8.158	19.181	159.256	51.840	46.506	41,1	
	1996	14.423	9.840	24.263	178.131	60.110	47.747	50,1	
	1997	28.757	10.388	39.145	192.892	52.173	52.986	73,1	
	1998	33.366	12.096	45.462	235.082	44.556	190.526	51.120	88,1

Fonte: Banco Central do Brasil e Relatório do TCU

---



## O PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO FEDERAL E A PREVIDÊNCIA SOCIAL – setembro de 1999

Lançado às pressas pelo Governo Federal, transparecendo ser mais uma resposta política ao crescimento acelerado da oposição popular ao governo do que um efetivo documento técnico de políticas públicas, o **Plano Plurianual (PPA) para o período 2000/2003** trabalha com estimativas e projeções totalmente contrárias ao comportamento real dos indicadores macroeconômicos do país.

Com um tom claramente ufanista em todas as matérias relativas ao desenvolvimento futuro do país, o novo PPA tratou da questão da Previdência Social (particularmente do RGPS) com total descaso e, no mínimo, com números ilusórios.

Apenas dois parágrafos foram destinados a tão importante sistema social e neles o governo trata das receitas e despesas futuras do INSS. A seguir, transcreveremos os respectivos parágrafos redigidos pela equipe do governo:

1º). " A arrecadação líquida da Previdência Social está estimada em R\$ 53 bilhões, o que equivale a 4,93% do PIB. A estimativa baseia-se, principalmente, na projeção do crescimento da massa salarial no mercado formal para o próximo exercício, acrescida de R\$ 600 milhões da conversão de depósitos judiciais e R\$ 500 milhões da colocação de Certificados de Dívida Pública(CDP), títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, comprados com deságio e utilizados para pagamento de dívidas previdenciárias até março de 1997 ".

---

2º). " Apesar da aprovação da reforma previdenciária, da recuperação de dívidas ativas e de maior controle na concessão de benefícios, as despesas com o pagamento de benefícios da Previdência Social vão crescer 8,4% em termos nominais no próximo exercício. Com isso, estima-se que o déficit do sistema previdenciário aumente de R\$ 9,5 bilhões em 1999 para R\$ 10 bilhões em 2000 ".

São colocações irrealistas e que mascaram a realidade dos fatos, como veremos a seguir.

## **COMENTÁRIOS SOBRE AS ESTIMATIVAS DO GOVERNO**

Em primeiro lugar, o governo faz estimativas em cima de estimativas sem demonstrar sua metodologia. Além do mais, o ano de 1999 ainda não se encerrou e, quando encerrar, os resultados não serão promissores.

O primeiro parágrafo transcrito do PPA trata da estimativa de receita da previdência. A previsão de receita líquida para 1999 é de R\$ 48,679 bilhões, correspondendo à soma da folha de salários e do modelo Simples de arrecadação. O governo, ao definir a receita para 2000 em R\$ 53 bilhões, está superestimando um crescimento de 9% quando, em 1998, a taxa foi de apenas 4,52%, e ainda assim decorrente, em grande medida, dos pagamentos das prefeituras e dos pagamentos para fins de privatização.

Para justificar a viabilidade de dobrar em um ano o crescimento da arrecadação previdenciária, o governo projeta também um crescimento da massa salarial para o próximo exercício (sem dizer em quanto), o que é totalmente improvável, já que a taxa de desemprego continua crescendo e a previsão do IBGE é de um desemprego de 8,0% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1999. Além disso, a massa salarial vem caindo desde 1997, enquanto que a perspectiva de aquecimento da economia no presente ano, de modo a que se pudessem criar novos empregos e aumentar o recolhimento para o INSS, está descartado por todos os indicadores macroeconômicos.

---

Ao propugnar um aumento de 9% na receita numa conjuntura recessiva, o governo sequer mencionou a necessidade de uma política de combate à evasão fiscal (sonegação + renúncia) que já se encontra próxima de 40% da arrecadação total, política essa que, se implantada, realmente teria condições de aumentar a receita previdenciária em termos reais.

Quanto ao segundo parágrafo descrito, também constante do PPA, ele trata da despesa previdenciária com benefícios. A taxa de crescimento nominal de 8,4% das despesas com benefícios no ano 2000 não é explicada a sua origem. A previsão mais realista é de uma taxa de crescimento nominal em 1999 de 5,35% (de R\$ 56,021 bilhões em 1998 para R\$ 59,022 bilhões em 1999), baseada numa média mensal dos seis primeiros meses do presente ano e com dados do Fluxo de Caixa do INSS.

Uma outra questão levantada pelo governo é com relação ao déficit da Previdência (INSS). O governo ao tratar do déficit só o faz pela subtração da arrecadação líquida menos benefícios pagos, esquecendo-se que a folha de salários vem arcando com o pagamento de benefícios assistenciais (RMV+LOAS) e rurais de pouca contribuição, que deveriam ser cobertos pelos recursos advindos do Orçamento da Seguridade Social (rubricas Cofins + Contribuição sobre Lucro Líquido).

Se levamos em conta que o subsistema da previdência rural possui um grande alcance social, já se tomando renda única de milhões de famílias pelo Brasil afora, e que seu déficit foi, em 1998, de cerca de R\$ 9,00 bilhões, fica claro que o déficit da previdência social previsto pelo governo (R\$ 9,5 bilhões em 1999 e R\$ 10 bilhões em 2000) não leva em consideração o inadequado repasse dos recursos da Seguridade Social e tampouco o déficit rural que vem sendo coberto pelas contribuições urbanas.

O governo permanece com um diagnóstico isolado da Previdência Social, não levando em conta que a Seguridade Social como um todo vem apresentando saldos positivos seguidos e que servem até para cobrir outras despesas do Orçamento Fiscal.

---





## **A QUESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL E NO MUNDO - setembro de 1999**

### **I. INTRODUÇÃO**

Quando se discute crescimento econômico das nações num mundo globalizado e descentralizado é preciso que se desloque a análise do enfoque tradicionalista do crescimento do bolo da riqueza (PIB e PIB per capita) para outro que se baseia fundamentalmente na qualidade de vida, ou seja, nos resultados sociais das políticas implantadas.

Nesse sentido, o presente texto tem por objetivo abordar a questão da qualidade de vida em vários de seus aspectos. Verificaremos de que maneira as políticas econômicas frutificaram em termos de melhoria das condições de bem-estar social das populações de dezenas de países, cobrindo todos os continentes, comparativamente ao Brasil.

Para dar consistência à análise, foram pesquisados indicadores de qualidade de vida junto ao Banco Mundial, a seguir descritos: consumo per capita, desnutrição, mortalidade infantil, expectativa de vida, analfabetismo, população urbana e saneamento. Os dados estatísticos relevantes estão apresentados no Quadro 1.

---

## II. INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

### II.1. Consumo Per Capita

O indicador social do consumo per capita, diferentemente do PIB per capita que mascara a concentração da renda com uma suposta riqueza individual, mostra quanto cada habitante de determinado país está se apropriando dos bens e serviços produzidos no sentido de melhorar seu bem estar social.

A partir da variação percentual média anual do consumo no período de 1990 a 1997, podemos verificar que o Brasil, com seus mínimos 0,2% de crescimento, está na frente de apenas três países pesquisados: México, Guatemala e Bolívia, todos com apenas 0,1%. Os de melhor desempenho foram a Coreia, 7%, país integrante dos chamados *tigres asiáticos* que alcançaram altas taxas de crescimento nas décadas de 80 e 90, a China, 4,5%, com seu modelo *sui generis* de um comunismo que convive amigavelmente com as leis do mercado capitalista e Portugal, 3,1%.

### II.2. Desnutrição

O indicador social da desnutrição, para crianças abaixo de 5 anos, indica como se encontra a alimentação básica em cada país, ou seja, qual a garantia mínima que uma nação oferece para a sobrevivência de suas crianças.

A performance do Brasil nesse indicador, comparativamente aos demais países pesquisados, ainda deixa a desejar. Sua taxa de desnutrição foi de 6% em 1997 (última informação disponível) e o coloca numa situação intermediária entre os países do primeiro mundo, que apresentaram taxas inferiores a 1%, e os países considerados menos desenvolvidos, que apresentaram taxas superiores a 8%.

---

### II.3. Mortalidade Infantil

O indicador social da mortalidade infantil, também para crianças abaixo de 5 anos, talvez seja o mais importante no aspecto social de um país, já que ele indica não só o grau de miserabilidade das famílias mas também o estado da saúde pública e da assistência social. Esse indicador engloba também a própria desnutrição, já considerada em ítem específico.

O Brasil, nesse indicador, se encontra muito aquém do desejado. Em 1997, 44 crianças numa amostra de 1000 morreram antes de completar 5 anos de idade. Com esse número ainda elevado, o Brasil só superou os seguintes países: Bolívia (96 em 1000), Índia (88 em 1000), Marrocos (67 em 1000), Egito (66 em 1000), Guatemala (55 em 1000) e a Turquia (50 em 1000). Como se pode notar, são países muito abaixo das potencialidades econômicas do Brasil.

### II.4. Expectativa de Vida

O indicador de expectativa de vida ao nascer aborda vários aspectos relevantes da vida do cidadão em determinado país: a qualidade das políticas de prevenção de doenças, o *stress*, o nível do atendimento médico-hospitalar, a assistência aos idosos e a renda das aposentadorias.

No Brasil, a expectativa de vida ao nascer dos homens é de 63 anos, só superando a Bolívia (60 anos), a Guatemala (61 anos), a Rússia (61 anos) e a Índia (62 anos), países reconhecidamente subdesenvolvidos (exceção da Rússia). Quanto às mulheres, a expectativa de vida é bem melhor, 71 anos. Mesmo assim, está também entre as piores do mundo, superando novamente apenas a Bolívia (63 anos), a Guatemala (67 anos), a Índia (64 anos) e o Marrocos (69 anos).

---

## 11.5. Analfabetismo

O indicador do analfabetismo pode ser considerado como o mais vergonhoso, tanto socialmente quanto culturalmente, para qualquer país.

O Brasil, apesar dos esforços já realizados, ainda não conseguiu erradicar essa miséria cultural, apresentando uma taxa elevada de 16% dos seus habitantes com mais de 15 anos, tanto homens quanto mulheres. Dos países considerados na análise, a taxa de analfabetismo do Brasil só é melhor em relação a nove países. Todos eles, com exceção da China que só perde devido ao seu extravagante contingente populacional, são reconhecidamente pobres e atrasados.

## II.6. População Urbana

Esse indicador foi considerado importante por mostrar os reflexos da migração do campo para a cidade, a ausência de reforma agrária e de política agrícola que possibilitassem a fixação do homem na área rural, e o conseqüente aumento da marginalidade social urbana nas periferias das grandes cidades.

Nesse indicador, o Brasil possuía, em 1997, 80% de sua população localizada na área urbana, alimentando problemas de grande envergadura, como por exemplo o aumento do desemprego, da violência e do contingente de menor abandonado. Apenas sete países superam o Brasil no aspecto da aglomeração urbana: Uruguai (91%), Israel (91%), Venezuela (87%), Austrália (85%), Chile (84%), Egito (84%) e Suécia (83%).

## 11.7. Saneamento

O indicador de saneamento básico, que engloba o abastecimento de água e o tratamento de esgotos, é muito importante no aspecto da qualidade de vida, até porque é ele que separa uma vida limpa e saudável de outra

---

suja e dentia.

A performance do Brasil nesse indicador também deixa a desejar, já que possui apenas 77% das áreas urbanas atendidas por redes de água e esgoto. Dos dados disponíveis em diferentes países, o Brasil só supera o Uruguai (56%) e a China (68%), sendo que esta última por motivos territoriais e populacionais.

**QUADRO 1**  
**INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA**  
**POR ORDEM ALFABÉTICA DE PAÍSES**

PAÍSES	VAR. CONSUMO (%) PER CAPITA (M. DIA) ANUAL (1980 A 1987)	DESNUTRIÇÃO (%) (ABAIXO DOS 5 ANOS) (EM 1987)	MORTALIDADE INFANTIL (ABAIXO DE 5 ANOS) (EM 1000)(EM 1987)	EXPECTATIVA DE VIDA (AO NASCER (ANOS))		ANALFABETISMO (% + DE 15 ANOS)		POP. URBANA (% DO TOTAL) (EM 1987)
				HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
AUSTRIA	1,1	0,1	7	76	81	ND	ND	86,0
BOLÍVIA	0,1	8,0	96	60	63	9,0	23,0	63,0
<b>BRASIL</b>	<b>0,2</b>	<b>6,0</b>	<b>44</b>	<b>63</b>	<b>71</b>	<b>16,0</b>	<b>16,0</b>	<b>80,0</b>
CANADÁ	0,9	0,2	8	76	82	ND	ND	77,0
CHILE	1,7	1,0	13	72	78	5,0	5,0	84,0
CHINA	4,5	16,0	39	68	71	9,0	25,0	33,0
CORÉIA	7,0	0,3	11	69	76	1,0	4,0	84,0
EGITO	1,3	15,0	66	65	68	35,0	60,0	45,0
EL SALVADOR	1,5	11,0	39	67	73	20,0	26,0	46,0
ESPAÑA	1,5	0,5	7	75	82	2,0	4,0	77,0
ESTADOS UNIDOS	1,1	1,0	8	73	79	ND	ND	77,0
FINLÂNDIA	1,1	2,0	5	73	81	ND	ND	64,0
FRÂNÇA	1,1	0,4	6	74	82	ND	ND	75,0
GR. BIA	1,8	2,0	9	75	81	2,0	5,0	60,0
GUATEMALA	0,1	27,0	55	61	67	26,0	41,0	40,0
ÍNDIA	1,9	53,0	88	62	64	33,0	61,0	28,0
IRY	0,2	16,0	35	69	70	19,0	34,0	61,0
IRLANDA	1,8	1,5	7	73	79	ND	ND	91,0
ISRAEL	2,1	12,0	8	76	79	2,0	7,0	67,0
ITÁLIA	1,5	0,5	7	75	82	1,0	2,0	79,0
JAPÃO	2,9	0,2	6	77	83	ND	ND	79,0
MARROCOS	1,0	10,0	67	65	69	69	67,0	54,0
M. XICO	0,1	14,0	38	69	75	8,0	12,0	74,0
PANAMÁ	0,7	6,0	26	72	76	8,0	10,0	57,0
POLÓNIA	0,6	1,2	12	69	77	0,0	0,0	65,0
PORTUGAL	3,1	0,6	8	71	79	6,0	12,0	37,0
ROMÂNIA	0,2	6,0	26	65	73	1,0	3,0	57,0
RÚSSIA	0,8	3,0	25	61	73	0,0	1,0	77,0
SUÍÇA	0,5	0,1	5	77	82	0,0	0,0	83,0
TAILÂNDIA	2,9	0,7	38	66	72	3,0	7,0	21,0
TURQUIA	2,5	10,0	50	67	72	8,0	26,0	73,0
URUGUAI	2,4	4,0	20	70	78	3,0	2,0	91,0
VENEZUELA	1,7	5,0	25	70	76	7,0	8,0	87,0

Fonte: Banco Mundial  
(ND) N. o Disponível



## **TÓPICOS ESPECIAIS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA - outubro de 1999**

A seguir, apresentamos o comportamento de alguns indicadores macroeconômicos consolidados no período de janeiro a junho de 1999 em comparação com o mesmo período de 1998 e algumas expectativas para o final do ano.

### **PONTOS NEGATIVOS:**

A variação real do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro semestre de 1999 foi negativa (-0,76%), enquanto que no primeiro semestre de 1998 havia sido positiva (0,12%);

A taxa de inflação acumulada, medida pelo Índice de Custo de Vida (ICV) do DIEESE, mais do que dobrou no presente ano em comparação com o ano passado: passou de 1,84% para 4,25%. Isso é temeroso numa conjuntura de recessão e arrocho salarial;

O resultado da Balança Comercial (Exportações - Importações), ainda que tenha apresentado uma queda significativa no déficit, se mantém negativo em US\$ 616 milhões. Isso significa que, apesar da liberalização cambial, as exportações ainda não reagiram suficientemente, o que compromete a meta do governo de alcançar superávit no presente ano;

---

A cotação do dólar frente ao real cresceu de R\$ 1,1546 para R\$ 1,7654, ou seja, 52,9% de desvalorização sem, no entanto, conseguir reverter o déficit da balança comercial. A tendência é de uma corrida especulativa ao dólar nos patamares de fevereiro último, ou seja, numa cotação de R\$ 2,00 por US\$ 1,00 o que evidenciará a instabilidade da moeda nacional e o conseqüente aumento da inflação.

As reservas internacionais caíram 47,18%, passando de R\$ 79,89 bilhões no primeiro semestre de 1998 para R\$ 42,20 bilhões no mesmo período do presente ano, indicando que o país ainda não recuperou sua credibilidade internacional pós crise cambial.

A taxa de desemprego, medida pela Pesquisa da Fundação Seade/Dieese, cresceu de 19% para 19,9% da População Economicamente Ativa (PEA) na Região Metropolitana de São Paulo, significando piora nas condições sociais da população.

A dívida interna cresceu 52,9%, saltando de R\$ 315,96 bilhões no primeiro semestre de 1998 para R\$ 483,11 no mesmo período de 1999. Atualmente, somente o valor total da dívida interna já ultrapassa R\$ 500 bilhões, ou seja, em torno da metade do PIB, indicador que mensura toda a riqueza gerada em bens e serviços do país.

A dívida externa também cresceu de R\$ 194,73 bilhões no primeiro semestre de 1998 para R\$ 297,74 bilhões no mesmo período de 1999, ou seja, mais do que dobrou. Esse crescimento é resultante da desvalorização especulativa do real frente ao dólar, que já alcançou a cotação de R\$ 2,00 por US\$ 1,00 e parece que se estabilizará até o final do presente ano num patamar muito acima das previsões do governo e dos especialistas do mercado financeiro.

O endividamento interno e externo do país já virou uma calamidade pública e está estrangulando a nossa economia, que se encontra incapaz de crescer, ao alcançar no presente momento a quase totalidade do PIB. O país caminha a passos largos para sua insolvência financeira. Somente com o pagamento de juros das dívidas interna e externa o governo desembolsou no primeiro semestre do ano cerca de R\$ 105 bilhões, valor superior à receita das privatizações que, ao longo dos anos 90, rendeu ao governo cerca de R\$ 85 bilhões. Isso significa dizer que a venda do



---

patrimônio público sequer consegue cobrir o custo dos juros das dívidas.

## **PONTOS POSITIVOS:**

A taxa de juros apresentou queda em junho de 1999 em relação a junho de 1998, caindo de 33,5% para 20,10% ao ano. Essa queda é um certo alívio para a produção e o consumo, mas ainda está muito longe de uma taxa compatível com o crescimento econômico sustentado e com uma inflação de um dígito. A taxa de juros dificilmente se estabilizará este ano numa taxa média anual inferior a 25% o que continuará impedindo a retomada do crescimento econômico.

O resultado primário das contas do governo central (receitas - despesas), que exclui os encargos da dívida interna, estão promissores e atendendo às metas fixadas com o FMI. No primeiro semestre de 1999 o superávit primário foi de R\$ 12,274 bilhões contra apenas R\$ 1,876 bilhão em 1998. O equilíbrio fiscal primário é importante mas não suficiente para solucionar o problema da dívida interna, já que os encargos (juros + amortizações) são muito elevados.

A perspectiva de retomada da integração econômica através do MERCOSUL poderá melhorar nossas exportações e aliviar um pouco nossa balança comercial, mas esse processo só trará bons frutos a partir do próximo ano.

Concluindo, o que é mais temeroso na conjuntura atual é a nova escalada da inflação, que pode colocar em xeque os ganhos obtidos com o Plano Real pelas populações mais carentes.

**QUADRO 1**  
**ECONOMIA BRASILEIRA**  
**COMPORTAMENTO DE ALGUNS INDICADORES**  
**PERÍODO: PRIMEIRO SEMESTRE DE 1998 E 1999**

<b>INDICADORES</b>	<b>1<sup>o</sup> SEMESTRE/98</b>	<b>1<sup>o</sup> SEI</b>
VARIAÇÃO DO PIB (EM %)	0,12	
INFLAÇÃO (ICV-DIEESE)(EM %)	1,84	
BALANÇO COMERCIAL (R\$ BILH' ES)	-2,003	
TAXA DE JUROS ANUAL (EM % DE JUNHO)	33,50	
RESULTADO PRIMÁRIO (1) DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BILH' ES)	1,876	
RESERVAS INTERNACIONAIS (JUNHO) (R\$ BILH' ES)	79,89	
TAXA DE DESEMPREGO DIEESE/SEADE (JUNHO) (EM % DA PEA)	19,00	
COTAÇÃO DO DÓLAR COMERCIAL (JUNHO) (R\$/US\$)	1,1546	
DÍVIDA INTERNA (JUNHO) (R\$ BILH' ES)	315,96	
PAGAMENTO DE JUROS DAS DÍVIDAS INTERNA E EXTERNA (R\$ BILH' ES)	68,67	
DÍVIDA EXTERNA (JUNHO) (R\$ BILH' ES)	194,73	

Fonte: Conjuntura Econômica - FGV

(1) Receitas menos Despesas (exclui encargos da dívida interna)



## **O NOVO REMENDO FISCAL DO GOVERNO: MAIS IMPOSTOS E MAIS INFLAÇÃO - outubro de 1999**

### **I - JUSTIFICATIVA DO REMENDO**

As novas medidas emergenciais lançadas pelo governo é uma reação contrária à decisão do Supremo Tribunal Federal de impedir o aumento da contribuição previdenciária dos ativos e a instituição da contribuição dos inativos, resultando numa perda de receita da ordem de R\$ 2,4 bilhões no Orçamento de 2000.

### **II - AS MEDIDAS**

Diante das exigências do FMI quanto à necessidade da redução do déficit público, causado, segundo aquela instituição, pelo déficit na Previdência Social, o Governo, para compensar a perda de receita, anunciou as seguintes medidas:

- corte de despesas no Orçamento do próximo ano de cerca de R\$ 1,2 bilhão;
- fim da dedução do adicional de 1 (um) ponto percentual da COFINS (que subiu de 2% para 3%) no pagamento da CSLL e redução da alíquota desta última de 12% para 9%, a partir de fevereiro de 2000.

---

Espera-se com isso aumentar a arrecadação do próximo ano em R\$ 1,2 bilhão;

- aumento na tributação da renessa de lucros para o pagamento de juros de operações contratadas no exterior;
- reformulação do Código Tributário Nacional, criando um Imposto de Renda mínimo, limitando as possibilidades de proteger o pagamento de tributos por meio de ações judiciais e eliminar as brechas que permitem às empresas reduzir o valor de impostos pagos.

### III - REPERCUSSÃO DAS MEDIDAS

O corte nas despesas para 2000 deverá atingir principalmente os gastos sociais, tendo em vista que o Orçamento já se encontra comprimido, o que pode resultar na piora das condições de bem-estar social das populações mais pobres. Os gastos sociais já vem caindo de R\$ 40,18 bilhões em 1998 para R\$ 35,69 bilhões em 1999.

O aumento da tributação sobre as empresas que, a princípio, são as mais prejudicadas com as medidas do governo, poderá trazer consequências mais drásticas do que se imagina. Pelas medidas, as empresas terão que pagar R\$ 1,2 bilhão a mais. Esse dinheiro só pode vir de dois modos: pela redução dos lucros ou pelo repasse aos preços dos produtos. Pela nossa experiência histórica, o recurso mais utilizado pelas empresas é o repasse aos preços, o que poderá penalizar toda a sociedade.

Além do mais, o aumento da taxaço sobre as empresas deve aumentar também a carga tributária brasileira, que já se encontra acima dos 30% do PIB, complicando o andamento da reforma tributária e onerando ainda mais a produção.

---

#### IV - CONCLUSÃO

O governo, mais uma vez, apresenta ao país uma série de remédios fiscais temporários e de curto alcance.

Com o intuito de compensar a perda de receita das contribuições previdenciárias dos servidores públicos, o governo está abrindo seriamente a possibilidade de uma escalada da inflação, já que a taxaço das empresas e a redução dos gastos sociais atingirão em cheio a população como um todo.

Com esse novo remendo, o governo parece querer adiar a reforma tributária e resolver a questão do déficit da previdência da União com mais imposto e mais inflação.

---



## **A CONTROVÉRSIA SOBRE O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - novembro de 1999**

### **I - INTRODUÇÃO**

A imprensa nunca falou tanto sobre o déficit previdenciário quanto nos últimos tempos. Mesmo os mais neófitos, sem saber nada sobre a matéria, exploram demasiadamente o assunto, só em função de alguns dados tendenciosos, colocados por alguns, com objetivos bastante claros, ou seja, de desmontar o sistema público de Seguridade Social brasileiro.

É notório que o sistema como um todo tem que ser ajustado em função de vários fatores internos e externos, tais como: demografia, expectativa de vida, procriação, qualidade de vida, mortalidade infantil, e até devido à chamada globalização, à reestruturação produtiva das empresas e demais componentes dos mercados.

Porém, é lamentável que todo um sistema de cunho social seja aliado, sem antes ser analisado os seus vários componentes de dificuldades e os desvirtuamentos de seus subsistemas.

---

## II - A CAUSA DA CONTROVÉRSIA

Os constituintes, ao elaborarem a Carta Magna de 1988, estabeleceram em seu artigo 194 as três ações da Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Porém tiveram o cuidado e a responsabilidade de contemplar em seu artigo 195 três fontes básicas de financiamento para fazer frente aos seus respectivos dispêndios: COFINS, Contribuição sobre o Lucro Líquido e Folha de Salário.

Não obstante a existência destas fontes de financiamento da Seguridade Social, houve ao longo deste período uma série de distorções referentes aos repasses das respectivas dotações.

A controvérsia sobre o déficit da Previdência Social se estabelece quando o governo separa a Previdência do sistema maior, que é o da Seguridade Social e, em consequência, desvirtua a função daquelas rubricas pertencentes ao Orçamento da Seguridade, utilizando-as para cobertura de rombos do Orçamento Fiscal. A controvérsia se dá também quando novamente o governo parece esquecer que a folha de salários vem, em grande parte, arcando com o pagamento de benefícios assistenciais (Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia) e rurais, atos de pouca ou nenhuma contribuição, aumentando as dificuldades financeiras do INSS, dado o inadequado repasse das rubricas componentes do Orçamento da Seguridade Social.

Em outras palavras, apesar daquelas rubricas fazerem parte do Orçamento da Seguridade Social a controvérsia está na alocação dos recursos destas receitas, quando da elaboração da proposta orçamentária. No conceito de Seguridade Social, apesar de constitucionalmente bem definido, inclui-se, na proposta orçamentária, desde pagamento a servidores ativos, inativos, pensionistas de todos os poderes do governo federal (sem agregar suas receitas), até saneamento básico para estados, desvirtuando totalmente da missão original dada a esses recursos.

Quando da criação das referidas receitas em 1988 os constituintes, ao ampliarem e criarem novos benefícios, principalmente na área rural, o fizeram exatamente prevendo que aqueles dispêndios seriam subsidiados pelas rubricas Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido das empresas, uma



---

vez que somente a receita sobre a Folha de Pagamento seria insuficiente.

Assim, **falar em déficit previdenciário, só registrando a receita da folha de pagamento e o total de dispêndio dos benefícios previdenciários, assistenciais e rurais, estes dois últimos, como já foi dito, com nenhuma ou pouca contribuição** é querer distorcer todo um conceito de Seguridade Social e descaracterizar o que está fundamentado na Constituição Federal.

### III – A VISÃO DISTORCIDA

O conceito de Seguridade Social deveria ser agregado, incluindo todas as receitas e despesas. Entretanto, a visão de muitos é comparar somente a Receita Previdenciária Líquida, advinda somente da Folha de Pagamento, com todas as despesas dos benefícios previdenciários e rurais.

Pelo Quadro 1, a Receita Previdenciária (somente da Folha de Pagamento) Líquida, em 1998, foi de R\$ 45,957 bilhões, enquanto que a despesa dos benefícios previdenciários e rurais foi de R\$ 53,762 bilhões, ocasionando uma diferença de R\$ -7,805 bilhões. Isto é o que chamam de déficit. Porém, não dizem e nem analisam que para pagamento dos benefícios rurais foram alocados recursos de R\$ 10,336 bilhões, enquanto que sua arrecadação foi de apenas R\$ 1,085 bilhões, ocasionando uma diferença de R\$ -9,251 bilhões, os quais deveriam vir das rubricas Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido e Concurso de Prognósticos.

A visão dos que adotam o conceito simplista do déficit peca ao isolar a Previdência Social do todo da Seguridade, distorcendo números e conceitos. Além disso, como vimos, considera no déficit da Previdência do setor privado apenas a diferença entre a arrecadação previdenciária líquida do INSS e a despesa com benefícios previdenciários e rurais.

Além disso, seus adeptos misturam o Regime Geral da Previdência Social (INSS) com a Previdência do setor público, como se pode observar ainda no Quadro 1. No tocante ao déficit da Previdência dos Servidores Públicos da União, o governo computou R\$ 18,317 bilhões em 1998 e

---

está estimando em R\$ 22,137 bilhões para 1999. Esses encargos previdenciários da União são de exclusiva responsabilidade da União, não cabendo a quem quer que seja retirar recursos de um regime previdenciário para outro e juntar tudo num mesmo déficit como se possuísem o mesmo desempenho, as mesmas fontes de recursos e a mesma administração.

**QUADRO 1**  
**RESULTADO DOS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS E UNIÃO**  
**VISÃO DISTORCIDA**

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997
<b>1. REGIME GERAL - INSS</b>	<b>10</b>	<b>-656</b>	<b>-2.791</b>
CONTRIBUIÇÕES (ARRECADADA) (LÍQUIDA)	32.576	40.631	44.260
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	32.566	41.287	47.051
<b>2. UNIO</b>	<b>-13.355</b>	<b>-14.806</b>	<b>-17.100</b>
CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES	2.101	2.580	2.583
DESPESSA COM INATIVOS E PENSIONISTAS	15.456	17.386	19.683

Fonte: Governo Federal - Secretaria do Tesouro

(\*) Previsão

---

## IV – A VISÃO CONSTITUCIONAL E SISTÊMICA

### IV.A – Segurança e Regime Geral do Setor Privado

Pela visão constitucional (artigos 194/195) é consignada somente as rubricas que fazem parte do conceito de Seguridade Social, incluindo o RGPS. Por essa visão, o sistema de Seguridade Social, e suas fontes básicas de financiamento (inclusive CPMF, recursos que até junho de 1999 eram destinados exclusivamente para a Saúde), arrecadou R\$ 81,026 bilhões, enquanto que as despesas com Previdência (inclusive com despesas de custeio administrativo e de pessoal), Saúde e Assistência, chegaram a R\$ 77,158 bilhões. Portanto, houve um saldo de R\$ 3,868 bilhões, conforme Quadro 2.

Em 1999, no acumulado de janeiro a outubro, foram arrecadados R\$ 75,192 bilhões e foram gastos R\$ 64,145 bilhões. Portanto, existe um saldo positivo de R\$ 11,047 bilhões. Há que se assinalar que esse saldo muito elevado é atípico em decorrência da majoração por parte do governo das alíquotas de contribuição das rubricas COFINS (que passou de 2% para 3%) e CPMF (que passou de 0,20% para 0,38%). Entretanto, cabe antecipar que o saldo deverá reduzir até o final do presente ano devido ao pagamento do décimo terceiro salário sobre a totalidade dos benefícios. Ainda assim, estima-se um superávit em 1999, no mínimo, próximo ao de 1998.

### IV.B – Segurança, RGPS e Previdência dos Servidores Públicos da União

Por outro lado, se incluirmos nas receitas e despesas da Seguridade Social aquelas relativas à Previdência dos Servidores Públicos da União (ainda nos mantendo no conceito constitucional e sistêmico de Seguridade) teríamos um déficit de R\$ 3,057 bilhões em 1998 e um superávit de R\$ 2,610 bilhões no período de janeiro a outubro de 1999, conforme Quadro 3.

---

Portanto, mesmo incluindo a previdência da União, o déficit encontrado é muito inferior ao divulgado pelas fontes oficiais. Dessa maneira, não se pode discutir déficit na Previdência Social sem levarmos em conta o inadequado repasse dos recursos do Orçamento da Seguridade Social e a distinção entre Regime Geral e Previdência dos Servidores da União, já que são fontes de financiamento diferentes e encargos diferentes.

**QUADRO 2**  
**RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**A) - REGIME GERAL DO SETOR PRIVADO (RGPS)**  
**(1998 E JANEIRO A OUTUBRO DE 1999)**

(EM R\$ BILH' ES CORRENTES)

<b>I - RECEITAS</b>	<b>1998(6)</b>	<b>1999</b>
RECEITA PREVIDENCIÁRIA LÍQUIDA (1)	47,166	39,305
COFINS (2)	17,742	24,001
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	6,525	6,187
CPMF(3)	8,113	5,283
CONCURSO PROGNÓSTICO	1,480	0,416
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>81,026</b>	<b>75,192</b>
<b>II - DESPESAS</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
BENEFÍCIOS	56,021	46,735
* PREVIDENCIÁRIOS	45,583	36,371
* RURAIS	10,336	8,616
* ASSISTENCIAIS(LOAS+RMV)	2,102	1,751
SALDO	17,470	14,558
OUTRAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (4)	3,667	2,852
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>77,158</b>	<b>64,145</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>3,868</b>	<b>11,047</b>

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS, Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria 52/Fev/99) (5), Secretaria da Receita Federal (SRF) e SIAFI.

NOTAS:

(1) Arrecadação líquida = Arrecadação bruta (inclui Simples) - Transferências a Terceiros

(2) O aumento significativo da arrecadação dessa rubrica se deve, principalmente, ao aumento da alíquota de contribuição de 2,0% para 3,0%.

(3) A partir de junho/99, passou a vigorar nova alíquota de contribuição, que aumentou de 0,20% para 0,38%, assim distribuída: 0,20% para a saúde e 0,18% para a previdência.

(4) Inclui custeio administrativo e de pessoal.

(5) A portaria nº 52 de Fev/99 da SIN foi a que divulgou a Execução Orçamentária do Governo Federal de 1998.

**QUADRO 3**  
**RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**B) - Regime Geral (RGPS) + Servidores da União**  
**(1998 E JANEIRO A OUTUBRO DE 1999)**

*(EM R\$ BILH' ES CORRENTES)*

<b>I - RECEITAS</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
RECEITA PREVIDENCIÁRIA LÍQUIDA (1)	47,166	39,305
COFINS (2)	17,742	24,001
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	6,525	6,187
CPMF (3)	8,113	5,283
CONCURSO DE PROGNÓSTICO	1,480	0,416
CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES (ATIVOS)	2,618	2,433
* CIVIS	2,482	2,281
* MILITARES	0,136	0,152
CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA (4)	5,236	4,363
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>88,880</b>	<b>81,988</b>
<b>II - DESPESAS</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
BENEFÍCIOS	56,021	46,735
* PREVIDENCIÁRIOS	43,583	36,371
* RURAIS	10,336	8,613
* ASSISTENCIAIS (LOAS + RMV)	2,102	1,751
SÁDIA	17,470	14,558
SERVIDORES INATIVOS/PENSIONISTAS	18,446	18,085
* CIVIS	12,256	10,213
* MILITARES	6,190	7,872
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>91,937</b>	<b>79,378</b>
<b>SALDO FINAL</b>	<b>-3,057</b>	<b>2,610</b>

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS, Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria 52/Fev/99) (5), Secretaria da Receita Federal (SRF) e SIAFI.

NOTAS:

(1) Arrecadação líquida = Arrecadação bruta (inclui Simples) - Transferências a Terceiros

(2) O aumento significativo da arrecadação dessa rubrica se deve, principalmente, ao aumento da alíquota de contribuição de 2,0% para 3,0%.

(3) A partir de junho de 1999, passou a vigorar a nova alíquota de contribuição, que passou de 0,20% para 0,38%, assim distribuída: 0,20% para a Saúde e 0,18% para a Previdência.

(4) Contribuição devida e não recolhida pela União como contrapartida da contribuição do servidor, que corresponde à alíquota do regime geral ao da empresa (2X1), conforme Emenda Constitucional nº 20.

(5) A portaria nº 52 de Fev/99 da SIN foi a que divulgou a Execução Orçamentária do Governo Federal de 1998.

---

## V – O DÉFICIT FUNDAMENTAL

Mesmo se analisarmos a questão do déficit da Previdência Social de maneira não sistêmica, é preciso identificar claramente onde esse mesmo déficit se fundamenta.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS, atendeu em 1998 a 6.611.063 de benefícios na área rural, o que correspondia a mais de 20% de toda a população rural que, segundo estimativa do IBGE, se encontrava com um contingente populacional em torno de 32 milhões de pessoas. Esse total acima de benefícios, que cresceu 2,93% em relação a 1997, acarretou uma despesa de R\$ 10,336 bilhões, ou seja, R\$ 1,366 a mais que em 1997 quando gastou R\$ 8,970 bilhões, conforme Quadro 4.

Do lado da receita previdenciária rural, não há a contrapartida necessária. Muito pelo contrário, arrecadou-se em 1998, a título de contribuições rurais, apenas R\$ 1,085 bilhão (valor que representa apenas 10,5% do total das despesas) o que gerou forçosamente um déficit de R\$ 9,251 bilhões, também crescente em relação ao ano anterior quando alcançou R\$ 8,030 bilhões, conforme Quadro 4.

Eis aqui o déficit fundamental da Previdência Social (excluindo os servidores públicos, que são enquadrados em outro regime), que deveria ser coberto com os recursos contemplados no Orçamento da Seguridade Social (através das rubricas Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido e Concurso de Prognósticos), mas que vem sendo pago pela folha de salários urbana.

Na medida em que entendemos que a previdência rural é fonte única de renda da grande maioria dos seus beneficiários e que, portanto, se tornou uma espécie de programa de renda mínima ou uma âncora social, seria mais do que justo que os recursos do Orçamento da Seguridade Social se destinassem exclusivamente para atender suas áreas fins, podendo, inclusive, se assim fosse, atender a contingentes populacionais rurais maiores, revigorando ainda mais a renda e a economia locais.

---

Publicação inicialmente na Revista de Seguridade Social, nº 63, nov/dez/1999, com dados até o primeiro semestre de 1999.



**QUADRO 4**  
**BALANÇO DO SUBSISTEMA DE PREVIDÊNCIA RURAL**  
**O DÉFICIT FUNDAMENTAL**

(R\$ BILH' ES CORRENTES)

ÍTEMS	1997 (A)	1998 (B)	VAR. (%) (B/A)
RECEITA	0,940	1,085	15,43
DESPESA	8,970	10,336	15,23
<b>SALDO (D..FICIT)</b>	<b>-8,030</b>	<b>-9,251</b>	<b>15,21</b>
RECEITA / DESPESA (%)	10,48	10,50	-
QTDE DE BENEFÍCIOS	5.892.188	6.611.063	12,20

Fonte: SONESE/MPAS

---



## **RADIOGRAFIA SOCIAL DO BRASIL DO REAL - novembro de 1999**

### **I - INTRODUÇÃO**

Os instrumentos de política econômica de que dispõem os governos devem ser utilizados necessariamente para promover o bem-estar social de suas populações, corrigindo distorções regionais e desequilíbrios estruturais, criando oportunidades para o crescimento cultural e profissional e investindo no caminho da prosperidade e do desenvolvimento sustentado.

Com base nesse princípio magno e inalienável, o presente estudo visa apresentar um perfil sócioeconômico do país no período de 1994 a 1999.

Durante esse período, analisaremos os resultados alcançados pelo governo que, no bojo do Plano Real, se pautou insistentemente pelo combate à inflação através da sobrevalorização da moeda, dos juros elevados, das importações excessivas e da injeção de capitais estrangeiros, notadamente especulativos.

---

## II - PERFIL SOCIAL DO PAÍS - 1995 a 1999

O tratamento da questão social no presente estudo se baseará na análise do comportamento de importantes variáveis, tais como: a desigualdade de renda, comércio e consumo, salário mínimo real, índice de desenvolvimento humano, salário de admissão e inflação, situação salarial dos servidores públicos, índices de produtividade, desemprego e mercado de trabalho, reforma agrária, saúde, educação e previdência social.

Os dados estatísticos foram levantados junto a instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. É importante frisar que as informações que embasam o presente estudo são de domínio público e a maioria de caráter oficial.

### II.1 - COMÉRCIO E CONSUMO

O segmento econômico do comércio foi bastante afetado pela política econômica do governo, principalmente pelos instrumentos tradicionais do aperto salarial e do aperto creditício. A crise do comércio é uma crise de cunho social, uma vez que a contrapartida do seu declínio é a própria queda do consumo e a conseqüente piora nas condições de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, as medidas contracionistas do governo têm afetado a capacidade de compra dos consumidores no comércio que, por sua vez, tem apresentado falências e concordatas.

O Quadro 1 mostra o comportamento das vendas no comércio varejista nas regiões nordeste e sudeste, que foram selecionadas dadas as disparidades econômicas existentes entre elas. Como pode-se verificar,

---

a crise no comércio afetou ambas as regiões, com impacto maior para a região sudeste na maioria das atividades econômicas enumeradas.

Os setores mais atingidos pela recessão econômica no período de janeiro de 1995 a fevereiro de 1999 foram "Automóveis e Autopeças", "Vestuário", "Móveis/Eletrodomésticos" e "Farmácias". Já os menos afetados foram os "Supermercados" e os "Artigos de uso pessoal".

**QUADRO 1**  
**VENDAS À POPULAÇÃO NO COMÉRCIO**  
**VAREJISTA (NORDESTE E SUDESTE) - janeiro de 1995 a fevereiro de 1999**

(base: jan 95 = 100)

ATIVIDADES	ÍNDICE DE FATURAMENTO OU DO CONSUMO DA POPULAÇÃO		
	JANEIRO DE 1995	FEVEREIRO DE 1999	
		NORDESTE	SUDESTE
TOTAL	100	67,5	65,6
SUPERMERCADOS	100	90,4	92,4
MERCENARIAS	100	75,2	68,6
LOJAS DE DEPARTAMENTO	100	82,3	56,6
FARMACIAS	100	72,8	43,6
VESTUÁRIO	100	45,5	48,6
ARTIGOS DE USO PESSOAL	100	82,9	57,6
MÓVEIS/ELETRÔDOMESTICOS	100	53,6	49,4
AUTOMÓVEIS E AUTOPEÇAS	100	42,6	46,4
COMBUSTÍVEIS	100	65,0	88,6
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	100	76,8	48,4

Fonte: IBGE

Nota: A contrapartida do faturamento do comércio é o consumo da população, o.

---

Quanto aos reflexos diretos do movimento comercial sobre as empresas e os consumidores, o Quadro 2 faz um balanço na cidade de São Paulo das falências, concordatas e inadimplências (estas últimas medidas pela emissão de cheques sem fundo).

Por essas informações, pode-se verificar que o número de falências decretadas evolui em quantidades crescentes, passando de 588 empresas em 1994 para 1.660 empresas em 1998. Já com relação às concordatas deferidas em juízo, aumentaram de 76 em 1994 para 115 em 1998. Por fim, a emissão de cheques sem fundo quadruplicou no governo FHC, passando de 5.526.923 em 1994 para 25.703.796 em 1998. Os números provam que a política econômica vem, progressivamente, quebrando empresas e endividando os cidadãos na maior capital brasileira.

## II. 2 - DESIGUALDADE DE RENDA

O Plano Real foi implantado, a partir de julho de 1994, para acabar com a inflação e melhorar as condições de vida da população, principalmente no aspecto da redistribuição da renda nacional. Entretanto, o que se verifica, anos depois, é que o Brasil permanece sendo o país com a maior concentração de renda entre 15 (quinze) países seleccionados, conforme Quadro 3. Pelos dados apresentados, os 10% mais ricos do Brasil representam 50% do total da renda nos anos noventa, superando países reconhecidamente menos desenvolvidos.

No plano interno, a desigualdade de renda é alarmante e desumana. Conforme Quadro 4, os 10% mais pobres do país receberam em 1997 apenas R\$ 58 reais médios, ou o equivalente a 0,48 salários mínimos. Se avançamos para os 40% mais pobres, esse contingente recebeu, também em termos médios, R\$ 114 reais, ou o equivalente a 0,95 salários mínimos. Vê-se, portanto, que nessas duas faixas, que representam metade das pessoas que possuem rendimentos e trabalho no Brasil, são remuneradas abaixo do nível determinado pela própria Constituição. Quanto aos 10% mais ricos, esses possuíam remuneração média de R\$ 2.463 reais, ou 20,5 salários mínimos.

---

Se fizemos uma comparação final entre as faixas analisadas, verificamos que em 1997 (última informação disponível) os 10% mais ricos da população ganhavam 42,5 vezes mais que os 10% mais pobres e 21,6 vezes mais que os 40% mais pobres. Tamanho fosso salarial e social evidencia a continuidade da hegemonia de políticas elitistas no país e a falácia da teoria do mercado neoliberal.



**QUADRO 2**  
**TO TALANUAL DE FALÊNCIAS DECRETADAS, CONCORDATAS**  
**DEFERIDAS E CHEQUES SEM FUNDO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

<b>ANOS</b>	<b>FAL NCIAS DECRETADAS</b>	<b>VAR. (%) ANUAL</b>	<b>CONCORDATAS DEFERIDAS</b>	<b>VAR. (%) ANUAL</b>	<b>CHEQU SEM FUI</b>
1994	588	-	76	-	5.526,9
1995	736	25,2	162	113,0	11.647,3
1996	1.671	127,0	196	21,0	12.312,6
1997	1.776	6,3	101	-48,5	21.168,2
1998	1.660	-6,5	115	13,9	25.703,2

Fonte: Associação, o Comercial de S., o Paulo

## QUADRO 3

OS 10% MAIS RICOS E SUAS PARTICIPAÇÕES NA RENDA EM PAÍSES  
SELECIONADOS COM AS PIORES DISTRIBUIÇÕES DO MUNDO  
(MÉDIA DOS ANOS NOVENTA)

10% MAIS RICOS POR PAÍSES	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA RENDA
1) BRASIL	50,0%
2) ZÂMBIA	46,4%
3) QUÊNIA	45,8%
4) PARAGUAI	44,2%
5) PERU	42,9%
6) TURQUIA	40,7%
7) MEXICO	40,6%
8) MALÁSIA	39,8%
9) FILIPINAS	37,0%
10) ARGENTINA	35,2%
11) SRI LANKA	34,7%
12) TAILÂNDIA	34,1%
13) ÍNDIA	33,6%
14) PORTUGAL	33,4%
15) EGITO	33,2%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Nota: Quanto melhor colocado o país, maior a desigualdade da renda e vice-versa.

**QUADRO 4**  
**PARTICIPAÇÃO POR INTERVALOS E RENDIMENTOS MÉDIOS MENSIAIS DAS PESSOAS COM**  
**RENDIMENTOS E QUE TÊM TRABALHO NO BRASIL - 1997**

DECIS	(EM R\$ 1,00)
	<b>RENDIMENTOS M. DIOS DC</b>
10% MAIS POBRES	58 (0,48 SAL; RIOS MÔ)
40% MAIS POBRES	114 (0,95 SAL; RIOS MÔ)
10% MAIS RICOS	2.463 (20,5 SAL; RIOS MÔ)
COMPARAÇÃO ENTRE DECIS	
(+10%)/(-10%)	42,5
(+10%)/(-40%)	21,6

Fonte: IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD)

---

### II.3 - DESENVOLVIMENTO HUMANO

Um dos parâmetros fundamentais para medir a situação social de uma nação é o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice, adotado nos relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), leva em conta as condições de saúde, educação e expectativa de vida da população. Nesse sentido, quanto maior o índice melhores as condições de vida, bem-estar e trabalho de um país e vice-versa.

Analisando a situação do Brasil em relação aos países da América Latina, verifica-se, conforme Quadro 5, que ele é o de pior IDH, ou seja, 0,809, e se encontra na 62ª colocação no ranking mundial. O Brasil é um país que, a despeito de ser considerado a 8ª economia do mundo, deixa milhões (estima-se em 40 milhões) de seres humanos à margem da sociedade de consumo e sem a proteção mínima de sobrevivência, tanto em matéria de renda como de meio ambiente. O último relatório da ONU alerta que países nessa situação devem adotar políticas de redistribuição da renda (que implicam garantia de renda mínima e redução da dispersão salarial), substituição de tecnologias poluentes, solução para problemas climáticos e adoção de padrões de consumo que atendam às necessidades básicas (que implicam em nível mínimo de nutrição, de saúde e de asseio).

QUADRO 5  
ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE PAÍSES DA  
AMÉRICA LATINA - 1998

PAÍSES	COLOCAÇÃO	ÍNDICE
CHILE	30	0,893
COSTA RICA	34	0,889
ARGENTINA	36	0,888
URUGUAI	38	0,885
PANAMÁ	45	0,868
VENEZUELA	46	0,860
MÉXICO	49	0,855
COLÔMBIA	53	0,848
BRASIL	62	0,809

Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU)

---

## II.4 - A QUESTÃO SALARIAL

O salário mínimo no Brasil sempre foi objeto de acirradas lutas políticas, tanto no âmbito do Congresso Nacional quanto na esfera de atuação do movimento sindical.

A Constituição brasileira determina que todo trabalhador deve receber remuneração mínima que garanta a manutenção de suas necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário, educação, moradia, transporte e saúde. Nos níveis em que se encontra hoje, R\$ 136 reais, o seu valor suportaria apenas o custo da cesta básica mensal. Para que seu valor atenda ao dispositivo constitucional, o salário mínimo deveria se situar, segundo o DIEESE, em R\$ 854 reais (nov/98).

Além de seu valor ser absolutamente insuficiente, o salário mínimo no Brasil, comparativamente a alguns países do mundo, se encontra em último lugar, conforme Quadro 6. A Austrália possui um salário mínimo 15,4 vezes maior que o do Brasil; a Bélgica, 14,7 vezes; a Holanda, 13,8 vezes; a França, 12,8 vezes; o Canadá, 12,3 vezes; e os Estados Unidos, 11,9 vezes. O Quadro 6 apresenta países de vários continentes, o que o torna representativo.

A maneira mais consistente de tratarmos do salário mínimo é trabalhar com seu valor real. Para tanto, elaborou-se o Quadro 7 que mostra sua evolução real de 1995 a 1999 (mês de janeiro). Podemos verificar que seu ganho real caiu de 13,4% em 1995 para 2,3% em janeiro de 1999.

Um outro indicador social importante é a evolução do salário de admissão do trabalhador nas empresas. Conforme Quadro 8, esse indicador teve uma alta insuficiente no período: de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, houve um aumento de 7,9% em seu valor, enquanto a inflação apresentou um aumento maior, de 16,7%, gerando, portanto, uma perda no rendimento inicial do trabalhador de metade da inflação acumulada no período, ou seja, 8,35%.

Quanto aos servidores públicos federais, o Quadro 9 mostra que eles vêm sendo os mais castigados pela política de contenção dos gastos do governo. Pela evolução salarial, verifica-se, de maneira progressiva, que perderam no período de janeiro de 1995 a março de 1999 cerca de 40% do valor real dos seus salários.

**QUADRO 6**  
**NÍVEIS DE SALÁRIO MÍNIMO DE ALGUNS PAÍSES**  
**ANO: 1999**

PAÍSES	VALORES DO SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	SALÁRIOS MÍNIMOS DOS OUTROS PAÍSES EM RELAÇÃO AO DO BRASIL
AUSTRÁLIA	2.098	15,4
BELGICA	2.006	14,7
HOLANDA	1.878	13,8
FRANÇA	1.746	12,8
CANADÁ	1.672	12,3
ESTADOS UNIDOS	1.614	11,9
NOVA ZELÂNDIA	1.399	10,3
JAPÃO	1.060	7,79
GRÆCIA	959	7,05
ESPANHA	924	6,79
PORTUGAL	726	5,34
MÆXICO	188	1,38
PERU	179	1,32
URUGUAI	149	1,09
BRASIL	136	1,00

**QUADRO 7**  
**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL**  
**(MÆDIAS ANUAIS EM R\$ 1,00 DE 1994)**  
**1995 A 1999 (janeiro)**

ANOS	SALÁRIO MÍNIMO REAL (*)	VARIÆÇÃO (%) ANUAL
1995	113,4	13,4
1996	126,5	11,5
1997	129,3	2,2
1998	134,1	3,7
1999(**)	137,2	2,3

Fonte: MinistÆrio do Trabalho

Notas:

(\*) mÆdia anual, valores de dezembro de 1994, deflacionados pelo IGP da FGV.

(\*\*) mÆs de janeiro

**QUADRO 8**  
**ÍNDICES DO SALÁRIO DE ADMISSÃO E INFLAÇÃO**  
**(1996 A 1998)**

<b>ANOS</b>	<b>SALÁRIO DE ADMISSÃO (A)</b>	<b>TAXA DE INFLAÇÃO (**)</b>	<b>(A/B) x 100</b>
janeiro de 1996	100,0	100,0	100,0
1996	102,7	103,8	98,9
1997	107,7	112,3	95,9
1998	107,9	116,7	92,4

Fonte: Caged/MTB

Notas:

(\*) base: janeiro de 1996 = 100

(\*\*) IGP-DI da FGV.

**QUADRO 9**  
**EVOLUÇÃO SALARIAL (\*) -**  
**SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS**  
**(1995 A 1999)**

<b>PERÍODOS</b>	<b>ÍNDICE SALARIAL</b>
Jan/95	100,00
Jan/96	82,52
Jan/97	76,11
Jan/98	72,92
Jan/99	71,29
Fev/99	70,38
Mar/99	69,49

Fonte: Ministério do Trabalho

Notas: (\*) Valores para servidores do Plano de Classificação de Cargos/Plano Único de Classificação e retribuição/Universidades(80% do total dos servidores públicos federais) (\*\*) Deflator: INPC/IBGE, base: janeiro de 1995 = 100.

---

## II.5 - PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS NA INDÚSTRIA

O índice de produtividade é considerado, para a maioria dos especialistas em matéria econômica, como a melhor variável para aferição dos rendimentos do trabalho humano. Os ganhos advindos da produtividade deveriam ser automaticamente incorporados aos salários, como o são em nações mais desenvolvidas.

Desde o início do processo de reestruturação produtiva da indústria brasileira, no início dos anos 90, processo esse decorrente da necessidade de um novo padrão competitivo a nível nacional e internacional, as empresas vêm substituindo tecnologia, selecionando mão-de-obra e buscando qualidade e produtividade.

Nesse sentido, o Quadro 10 nos permite fazer uma comparação analítica entre a evolução do índice de produtividade e os salários reais na indústria brasileira no período de 1994 a 1998. É preciso que se esclareça que a produtividade foi conceitualmente medida como a produção física por horas pagas na produção, enquanto que os índices salariais o foram através da relação folha de salários por horas pagas, incluindo ganhos individuais de produtividade.

Os dados apresentados mostram claramente que enquanto a produtividade vem crescendo ano após ano de maneira significativa, o inverso vem ocorrendo com os salários industriais, ou seja, caem progressivamente. Os salários vêm, portanto, perdendo dos ganhos totais de produtividade obtidos pela indústria, o que evidencia estar a distribuição funcional da renda no setor industrial favorecendo mais a parcela dos lucros das empresas em prejuízo das remunerações dos trabalhadores.

Em números, temos que a produtividade industrial cresceu 43,2% no período considerado. Já os salários, caíram 22% em termos reais. Isso significa que os salários industriais, em 1998, auferiram apenas 57,2% dos ganhos de produtividade.



---

**QUADRO 10**  
**ÍNDICES (\*) DE PRODUTIVIDADE E SALÁRIOS NA INDÚSTRIA**  
**BRASILEIRA**  
**(1994 A 1998)**

<b>ANOS</b>	<b>PRODUTIVIDADE(**)</b> <b>(A)</b>	<b>SALÁRIOS (***)</b> <b>(B)</b>	<b>(B/A) X 100</b>
1994	100,0	100,0	100,0
1995	107,7	113,2	105,1
1996	118,1	109,0	92,3
1997	133,2	94,8	71,2
1998	143,2	81,9	57,2

Fonte: IBGE e FGV

Notas:

(\*) valores deflacionados pelo IGP, base: 1994 = 100

(\*\*) produção física por horas pagas na produção

(\*\*\*) folha de salários por horas pagas, incluindo os ganhos individuais de produtividade

---

## 11.6 - EMPREGO, DESEMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Uma área social particularmente importante e muito afetada no Brasil do Real é o mercado de trabalho.

Como tem evoluído a capacidade de geração de emprego nas atividades econômicas formais face à política econômica do governo, é o que veremos a seguir através do Quadro 11.

As estatísticas oficiais mostram uma queda progressiva do emprego em praticamente todas as atividades econômicas regulares do país, especialmente na indústria, construção civil e agricultura, setores tradicionalmente conhecidos pela alta capacidade de absorção de mão-de-obra e, em correspondência, as taxas de desemprego vêm aumentando consideravelmente.

Conforme Quadro 12, a taxa de desemprego, medida pelo IBGE, cresceu de 6,5% da População Economicamente Ativa (PEA) em 1994 para 9,0% da mesma PEA em 1998. Isso significa, pelos próprios dados oficiais, cerca de 7 milhões de desempregados, estimando-se uma força de trabalho disponível no mercado de 75 milhões de pessoas. Convém ressaltar que estamos trabalhando com metodologia do IBGE e, portanto, do governo. Se levamos em consideração a taxa de desemprego da Fundação Seade/Dieese, ela se situava em 1998 em 18% em média, o que resultaria num contingente de desempregados de cerca de 13,5 milhões de pessoas, ou seja, quase o dobro do número oficial.

Para reforçar ainda mais essa triste situação da mão-de-obra brasileira, temos que, conforme Quadro 13, o desemprego também se alastra por todas as áreas metropolitanas nas várias regiões do país de forma crescente desde o início do governo.

Esse retrato do mercado de trabalho evidencia que o governo vem adotando uma política econômica que tem gerado menos postos de trabalho e menos oportunidades de exercer atividades por conta própria. A contrapartida disso é que o mercado informal de trabalho vem crescendo assustadoramente.

---

Com a queda da renda e do emprego, os que mais perdem são os trabalhadores desempregados, os trabalhadores eventuais, as donas de casa, e, principalmente, os trabalhadores que vivem no interior do país em pequenas cidades urbanas e em áreas rurais.

**QUADRO 11**  
**ÍNDICE MENSAL (\*) DE EVOLUÇÃO DO EMPREGO TOTAL**  
**E POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
**(1994 a 1998)**

ANOS	TOTAL	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS
1994	103,1	109,5	106,1	98,0	101,1
1995	103,2	109,4	102,9	99,3	100,6
1996	101,3	104,2	101,4	98,3	99,9
1997	101,0	102,8	101,5	99,1	100,1
1998	99,7	97,7	101,5	99,3	100,4

Fonte: Ministério do Trabalho/Secretaria Nacional de Emprego e Salário

Nota:

(\*) base: dezembro de 1997 = 100

**QUADRO 12**  
**EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO - BRASIL - 1994 A 1998**

ANOS	TAXAS DE DESEMPREGO (*)
1994	6,5
1995	6,4
1996	7,2
1997	8,2
1998 (**)	9,0

Fonte: IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD)

Notas:

(\*) relação entre os que estavam procurando ou aguardando resposta de emprego na Época da pesquisa e o contingente de pessoas economicamente ativa (aptas ao trabalho);

(\*\*) estimativa baseada no comportamento das taxas dos anos anteriores.

**QUADRO 13**  
**TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO (\*) NAS CÍTAS REAS METROPOLITANAS**  
**(1995 A 1999)**

(EM %)

ANOS	TOTAL	RJ	SP	BH	POA	SALV	RE
1995	4,6	3,4	5,2	3,8	4,5	6,7	5,5
1996	5,6	3,8	6,3	4,7	5,9	6,9	5,7
1997	5,7	3,7	6,6	5,1	5,5	7,7	5,9
1998	7,6	5,4	8,6	7,2	7,3	9,3	8,7
1999(**)	7,7	5,4	9,2	8,6	5,7	8,6	7,6

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego

Notas:

(\*) relação entre pessoas desocupadas economicamente ativas (média anual);

(\*\*) mês de janeiro

---

## **II.7 - CONDIÇÕES DE TRABALHO**

No campo das condições de trabalho sob a supervisão do Governo Federal nos últimos anos, o presente estudo analisará os afastamentos por incapacidades permanentes e óbitos, as doenças no trabalho, os acidentes do trabalho na área urbana e na área rural e as horas extras além da jornada normal de trabalho.

### **A - Afastamentos por incapacidades permanentes e óbitos**

Nesse item, verificamos, conforme Quadro 14, que os casos de afastamentos por incapacidades permanentes e óbitos aumentaram muito, passando de 137.821 em 1993 para 173.725 em 1997, ou 26,05% ponta a ponta no período, sugerindo um descontrole da prevenção dos infortúnios que compromete a qualidade e a segurança das condições de trabalho.

### **B - Doenças do trabalho**

Quanto aos acidentes do trabalho decorrentes de doenças do trabalho, verifica-se, conforme Quadro 15, que em apenas quatro anos do atual governo esses tipos de ocorrências aumentaram de 15.417 em 1993 para 29.707 em 1997, ou 92,7% ponta a ponta no período. Isso mostra a falta de controle e de fiscalização pelos órgãos públicos competentes, bem como a deterioração das condições de trabalho sob a política econômica adotada.

---

**QUADRO 14**  
**CONDIÇÕES DE TRABALHO**  
**AFASTAMENTOS DE TRABALHADORES ACIDENTADOS**  
**(INCAPACIDADES PERMANENTES E "BITOS)**  
**(1994 A 1997)**

<b>ANOS</b>	<b>CASOS DE AFASTAMENTOS</b>	<b>ÍNDICE (%)</b>
1993	137.821	100,00
1994	126.505	91,79
1995	139.881	101,49
1996	178.824	129,75
1997	173.725	126,05

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social

**QUADRO 15**  
**CONDIÇÕES DE TRABALHO: DOENÇAS DO TRABALHO**  
**(1993 A 1997)**

<b>ANOS</b>	<b>QUANTIDADE DE ACIDENTES DE TRABALHO POR MOTIVO DE DOENÇAS DO TRABALHO</b>	<b>ÍNDICE (%)</b>
1993	15.417	100,0
1994	15.270	99,0
1995	20.646	133,9
1996	34.889	222,3
1997	29.707	192,7

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social

---

## **C – Acidentes urbanos do trabalho**

A ocorrência de acidentes do trabalho quando medida pela evolução dos benefícios concedidos aos segurados urbanos no exercício de suas atividades, vem também aumentando consideravelmente, conforme Quadro 16.

No caso dos homens, a quantidade de acidentes cresceu de 357.870 em 1994 para 386.153 em 1997, o que equivale a 7,9% ponta a ponta no período. Já no caso das mulheres trabalhadoras, a quantidade de acidentes aumentaram ainda mais, passando de 42.283 em 1994 para 71.178 em 1997, ou 64% ponta a ponta no período.

## **D – Acidentes rurais do trabalho**

Da mesma forma que a área urbana, os acidentes do trabalho medidos pela evolução dos benefícios concedidos aos segurados rurais no exercício de suas atividades também vêm aumentando significativamente, conforme Quadro 17.

No caso dos trabalhadores rurais, a quantidade de acidentes passou de 4.668 em 1994 para 7.437 em 1998, ou 59% ponta a ponta no período. Já as trabalhadoras rurais foram ainda mais afetadas, passando de 586 acidentes do trabalho em 1994 para 1.054 em 1998, ou 80% ponta a ponta no período.



**QUADRO 16**  
**CONDICÇÕES DE TRABALHO**  
**ACIDENTES DE TRABALHO EM MANUTENÇÃO DE HOMENS E MULHERES**  
**A PARTIR DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS URBANOS DOS SEGURADOS**  
**POSUÍDO EM DEZEMBRO - 1994 A 1997**

<b>ANOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>ÍNDICE (%)</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>ÍNDICE (%)</b>	<b>FEMININ</b>
1994	414.175	117,1	357.870	115,8	43.283
1995	429.340	121,4	366.322	118,6	50.307
1006	441.278	124,8	369.251	119,5	59.674
1997	469.404	132,7	386.251	125,0	71.178

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social

Nota:

(\*) base: dezembro de 1991 = 100

**QUADRO 17**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS RURAIS DECORRENTES DE ACIDENTES |**  
**TRABALHO EM MANUTENÇÃO POR SEXO DO SEGURADO - POSIÇÃO DO**  
**DEZEMBRO - 1994 A 1997**

<b>ANOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>ÍNDICE (%)</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>ÍNDICE (%)</b>	<b>FEMININ</b>
1994	11.573	133,5	4.668	257,9	586
1995	12.766	147,3	5.855	323,4	785
1996	13.230	152,7	6.437	355,6	852
1997	14.294	164,9	7.437	410,9	1.054

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social

Nota:

(\*) base: dezembro de 1991 = 100

---

## E - Horas extras além da jornada normal de trabalho

Esse item se reveste de grande importância para a piora das condições de trabalho porque, se não bastasse a elevada jornada semanal regular de trabalho (superior a muitos países), ainda se verifica a excessiva utilização das horas extras que leva o trabalhador brasileiro à fadiga crônica e à redução das horas de lazer.

Conforme Quadro 18 (Região metropolitana de São Paulo), a porcentagem dos assalariados que trabalham mais que a jornada legal na ocupação principal vem aumentando nos três setores de atividade econômica considerados: indústria de transformação, comércio e serviços (com maior ênfase no comércio).

Na indústria de transformação, houve um aumento de 39,8% em 1994 para 42,1% em 1997. No comércio, a porcentagem de trabalhadores que fazem horas extras é majoritária, aumentando de 54,4% em 1994 para 56,1% em 1997. Já o setor de serviços, aumentou de 33,3% em 1994 para 37,4% em 1998.

O crescimento do número de horas extras trabalhadas mostra que: 1) menos trabalhadores foram contratados, aumentando o desemprego em razão do aproveitamento daqueles já empregados; 2) mais acidentes e doenças do trabalho ocorreram por causa do aumento das horas trabalhadas e da fadiga física e mental resultante (ver itens anteriores); 3) o controle e a fiscalização do estado (no caso São Paulo) não funcionou no sentido de coibir essa expansão.

**QUADRO 18**  
**CONDIÇÕES DE TRABALHO**  
**HORAS EXTRAS ALÉM DA JORNADA NORMAL DE TRABALHO**  
**REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1994 A 1997**

ANOS	INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS
1994	39,8	54,4	33,3
1995	42,5	55,1	35,9
1996	41,4	55,1	37,0
1997	42,1	55,1	37,4

Fonte: Dal Rosso, Sadi - O debate sobre a redução da jornada de trabalho ABET, 1998, dados elaborados a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 1990-97, Fundação de Seade/DIEESE.

---

## II.8 - GASTOS COM EDUCAÇÃO E CULTURA

A situação da educação pública e do desenvolvimento cultural no Brasil é por demais conhecida. Verifica-se um grande êxodo de alunos para as escolas particulares e uma falta de verbas e de vagas nas escolas públicas, especialmente nas universidades federais que vivem ameaçadas de serem privatizadas. É evidente que as conseqüências desse quadro são a mercantilização do ensino e a elitização da cultura.

Em termos dos gastos comprometidos no Orçamento, o Quadro 19 mostra como o Governo Federal tem cuidado da educação e da cultura dos brasileiros. Pelos dados, verifica-se claramente que enquanto os recursos autorizados vêm crescendo desde 1996 (de R\$ 12,149 bilhões para R\$ 13,150 bilhões em 1998), os gastos efetivos vêm diminuindo (exceção de 1997), de R\$ 11,520 bilhões em 1995 para R\$ 10,089 bilhões em 1998, ou apenas 76,7% dos valores autorizados.

Essa defasagem entre os recursos disponíveis e os utilizados mostra que o governo federal não vem executando o que foi aprovado no Congresso Nacional para dar cobertura às ações de Educação e Cultura, além do que a liberação dos recursos correntes em torno dos menores níveis evidencia que as ações da área vêm sendo cada vez menos contempladas pela política social do governo.

Se entramos num nível de maior detalhamento, qual seja, o dos recursos destinados a programas e subprogramas educacionais, a deterioração do ensino se evidencia ainda mais, conforme Quadro 20.

O atual governo vem diminuindo progressivamente os recursos destinados à Educação em quase todos os programas e subprogramas aos seus cuidados. No programa para Educação de crianças de 0 a 6 anos de idade houve uma queda de R\$ 64,8 milhões em 1995 para R\$ 54,7 milhões em 1998. No Ensino Médio, os recursos caíram de R\$ 677,8 milhões em 1995 para R\$ 483,0 milhões em 1998. No Ensino Superior, a queda foi de R\$ 5,531 bilhões em 1995 para R\$ 4,344 bilhões em 1998. As exceções ficaram por conta do Ensino Fundamental que apesar de ter crescido de R\$ 2,816 bilhões em 1995 para R\$ 3,318 bilhões em 1998, teve uma queda dos gastos por aluno, passando de R\$ 106,8 em 1997 para R\$ 102,5 em 1998.

**QUADRO 19**  
**GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM A REA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**(1995 A 1998)**

(R\$ MILH: ES) (1)

ANOS	AUTORIZADO (2)	ÍNDICE GASTO (3)	ÍNDICE (A/B) X 100
1995	13.940,80	100,0	100,0
1996	12.149,60	87,1	90,8
1997	12.165,10	87,3	94,4
1998	13.150,50	94,3	87,6

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional e Banco de Dados da Assessoria de Orçamento da C, mara dos deputados e Prodasen (Senado Federal)

(1) valores atualizados pelo IGP-DI para dezembro de 1998.

(2) valores na Lei Orçamentária, após os vetos, somados aos créditos adicionais, deduzidos os remanejamentos.

(3) valores liquidados (realmente gastos) pelo Governo Federal, significa que o contrato foi cumprido, o serviço prestado ou o produto entregue.

E o Ensino Supletivo, para onde são destinados uma pequena soma de recursos.

Quanto aos subprogramas, todos apresentaram queda no período analisado, com destaque para o Ensino de Graduação que caiu de R\$ 4,273 bilhões em 1995 para R\$ 3,556 bilhões em 1998.

**QUADRO 20**  
**GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM A ÁREA DE EDUCAÇÃO**  
**POR PROGRAMAS E SUB-PROGRAMAS SELECIONADOS**  
**(1995 A 1998)**

PROGRAMAS	(R\$ MILHÕES)(1)			
	1995	1996	1997	1998
<b>PROGRAMAS</b>				
EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE	64,8	68,9	70,7	70,7
ENSINO FUNDAMENTAL	2816,8	2868,5	3261,5	3300,0
ENSINO MÉDIO	677,8	544,4	510,7	480,0
ENSINO SUPERIOR	5531,2	5013,1	4789,7	4300,0
ENSINO SUPLETIVO	15,9	24,4	28,0	28,0
<b>SUB-PROGRAMAS</b>				
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLAR	64,8	68,8	70,8	70,8
ENSINO REGULAR	738,6	959,2	643,9	643,9
ENSINO DE GRADUAÇÃO	4273,0	3923,3	3793,4	3500,0
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	891,8	774,4	790,7	643,9

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional e Banco de Dados da Assessoria da Câmara dos Deputados e Prodasen (Senado Federal)

(1) valores atualizados pelo IGP-DI para dezembro de 1998.

---

## II.9 - GASTOS COM SAÚDE

Na área da Saúde Pública, um dos principais setores sociais para uma ação governamental em qualquer país do mundo, o atual governo está deixando muito a desejar. Apesar da existência da CPMF, criada exclusivamente para melhorar o atendimento médico no país e que arrecadou em 1998 R\$ 8,113 bilhões, a situação dos hospitais públicos é caótica.

Os gastos com a Saúde (excluindo pessoal e custeio administrativo), conforme Quadro 21, vêm caindo sistematicamente desde 1996, tanto em relação aos recursos autorizados pela Lei Orçamentária, que passaram de R\$ 16,264 bilhões em 1996 para R\$ 14,976 bilhões em 1998, quanto em relação aos recursos efetivamente liquidados (realmente gastos), que passaram de R\$ 14,134 bilhões em 1996 para R\$ 13,959 bilhões em 1998. Se descontamos a inflação, que foi de 43% no período de 1995 a 1998, os gastos reais foram ainda menores, evidenciando que a área prioritária da Saúde vem sendo cada vez menos contemplada pela política econômica do governo.

**QUADRO 21**  
**GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM A SAÚDE FEDERAL (1995 A 1998)**

ANOS	AUTORIZADO (*) (A)	ÍNDICE	GASTO(**) (B)	ÍNDICE	(B/A)X100
1995	15.026,5	100,0	13.975,1	100,0	93,0
1996	16.264,0	108,2	14.134,8	101,1	86,9
1997	15.501,2	103,1	14.011,8	100,3	90,4
1998	14.976,9	99,7	13.959,6	99,9	93,2

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional e Banco de Dados da Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e Prodasen (Senado federal)

Notas:

(\*) valores na Lei Orçamentária, após os vetos, somados aos créditos adicionais, deduzidos os remanejamentos;

(\*\*) valores liquidados (realmente gastos) pelo Governo federal - significa que o contrato foi cumprido, o serviço prestado e o produto entregue.



---

## II.10 - REFORMA AGRÁRIA

Um outro problema crucial do país, que historicamente vem limitando o desenvolvimento socioeconômico da agricultura brasileira é a ausência de uma reforma agrária ampla e justa.

No tocante ao Orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1998 e 1999, conforme Quadro 22, os recursos destinados às ações de reforma agrária caíram substancialmente do ano passado para cá. O crédito para implantação caiu 58% (de R\$ 306,00 milhões para R\$ 127,43 milhões), o crédito para produção caiu 54% (de R\$ 234,67 milhões para R\$ 108,00 milhões), a assistência técnica aos aposentados caiu de R\$ 16,49 milhões para apenas R\$ 1,47 milhão, as ações de obtenção de terras também caiu de R\$ 831,50 milhões para apenas R\$ 47,11 milhões. Esse quadro mostra que o Estado está trocando um modelo de reforma agrária de cunho eminentemente social para um outro exclusivamente de mercado.

Um outro indicador importante no âmbito da reforma agrária é a evolução dos recursos provenientes do Imposto Territorial Rural (ITR), destinados para aquele fim. Conforme Quadro 23, as diferenças entre a previsão e a arrecadação desse imposto são muito oscilantes. Com exceção de 1997, quando a arrecadação superou a previsão, nos demais anos verificou-se que o imposto não está sendo recolhido como era de se esperar pelos proprietários de terra. A diferença entre os recursos previstos e os arrecadados reforça o poder dos proprietários rurais em sonegar o imposto, prejudicando os programas de reforma agrária.

**QUADRO 22**  
**ORÇAMENTO GERAL DO INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRI**  
**(1998/99)**

<b>AÇÕES DE GOVERNO</b>	<b>AUTORIZADO 1998</b>	<b>PROGRAMADO 1998</b>
ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	5.238,10	9.218
CREDITO PARA IMPLANTAR O	306.000,00	127.436
CREDITO PARA PRODUTOS ASSISTENCIAIS TÉCNICOS AOS ASSENTADOS	234.670,00	108.000
AÇÕES DE OBTENÇÃO DE TERRAS	831.500,00	47.108

Fonte: Orçamento Geral da União, 1998.

**QUADRO 23**  
**IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR) - PREVISÃO E ARRECA**  
**(1995 a 1999)**

ANOS	PREVISTO (A)	ÍNDICE	ARRECADADO (B)	(R\$ M)	
				ÍNDICE	QUANTIDADE
1995	299	100	105	100	100
1996	321	107	262	249	249
1997	119	40	209	99	99
1998	439	147	224	113	113
1999	116	39	-	-	-

Fonte: Leis Orçamentárias anuais e Receita Federal

---

## II.11 - PREVIDÊNCIA E QUESTÃO SOCIAL

Após essa radiografia social do país durante a vigência do Plano Real, fica claro que o combate à inflação vem sendo feito nos últimos 5 anos em detrimento do consumo, do emprego e dos salários.

A falta de uma política social integrada do governo, que unisse geração de empregos, crianças na escola e hospitais salvadores de vida, faz com que os benefícios da Previdência Social acabem sendo a tábua de salvação para todos aqueles que ganham em torno do salário mínimo legal. Para a área rural, por exemplo, os benefícios previdenciários são uma verdadeira âncora social.

---

Trabalho interno, subsídio ao debate sobre desigualdade social e pobreza.



## **FATOR PREVIDENCIÁRIO: APOSENTADORIA MAIS DISTANTE - dezembro de 1999**

### **I - NOVAS REGRAS PARA A APOSENTADORIA**

Após a derrota da idade mínima, o governo encontrou uma nova fórmula para tornar cada vez mais difícil ao trabalhador aposentar-se, mesmo que cumprido o que determina a Constituição Federal, ou seja, 35 anos para homens e 30 anos para mulheres de contribuição para o sistema.

O Fator Previdenciário, instituído pela Lei 9.876/99, é uma nova fórmula de cálculo que leva em conta a idade, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevivência do trabalhador e a alíquota de contribuição (somatório da contribuição do empregado e do empregador). A idéia da nova Lei é estimular os segurados a se aposentarem mais tarde. Na prática, visa instituir uma idade mínima para aposentadoria.

Porém, mesmo que a nova fórmula não fixe idade mínima, sua aplicação com inserção de idade e expectativa de sobrevivência, reduz sensivelmente o salário de benefício, mesmo com o tempo mínimo, o que contraria os princípios constitucionais.

O projeto acaba com o cálculo atual do valor do salário de benefício, feito até então pela média das últimas 36 (trinta e seis) contribuições, e o substitui pela média dos 80% dos maiores salários de contribuições do trabalhador no período de julho de 1994 até a data do início do benefício

---

ou aposentadoria.

Pela nova Lei, o benefício da aposentadoria sobe à medida que o trabalhador se aposenta mais tarde, ou seja, passa menos tempo da vida recebendo o benefício, sempre até o teto máximo que é de R\$ 1.255,36. Por isso, a maioria dos trabalhadores brasileiros que contribui para a Previdência terá de trabalhar mais tempo se quiser receber a aposentadoria igual a que ganharia pela regra antiga. Isso significa trabalhar mais para ganhar o mesmo que se ganhava anteriormente.

O Fator Previdenciário é baseado em novos conceitos, como por exemplo, a expectativa de sobrevivência. A expectativa é o tempo de vida em que o segurado ainda terá ao receber a aposentadoria. Assim, quanto mais cedo a pessoa se aposentar alongando o tempo em que receberá o benefício do Regime Geral (INSS), menor será o fator previdenciário que incidirá sobre sua aposentadoria e, portanto, menor será o benefício que receberá. A expectativa de sobrevivência é definida a partir da tábua completa de mortalidade, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos, e construída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## **II - COMO CALCULAR?**

O Salário-de-benefício (SB) para aposentadoria por idade e por tempo de contribuição é calculado conforme a seguinte fórmula:

### **FÓRMULA DE CÁLCULO DO SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO, COM FATOR PREVIDENCIÁRIO:**

$$SB = F * M$$

ONDE:

SB= Salário-de-Benefício

F = Fator Previdenciário

---

M = Média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, corrigidos monetariamente, correspondente a, no mínimo, 80% de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994.

$$F = \frac{Tc * a}{Es} * [1 + (\frac{Id}{100} + Tc * a)]$$

ONDE :

Tc = Tempo de contribuição até o momento da aposentadoria

a = Alíquota de contribuição (0,31%), somatório da contribuição do empregado e do empregador

Es = Expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria

Id = Idade no momento da aposentadoria

#### **OBSERVAÇÕES :**

1 Acrescentar 5 anos no tempo de contribuição para mulher e professor e 10 anos para professora;

2 Para a aposentadoria especial, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez não serão utilizados o fator previdenciário.

3 Para a aposentadoria por idade há o direito de opção pelo mais vantajoso;

4 É garantido o cálculo segundo as regras anteriores para o segurado que cumprir os requisitos até o dia anterior à publicação da Lei.

Analisando a fórmula instituída pela Lei, identifica-se de primeira mão uma disfunção ao se uniformizar, por exemplo, a expectativa de sobrevida. Em função do uso da média, houve um aumento de expectativa de sobrevida para os homens. A expectativa de sobrevida dos homens aos 60 anos, segundo o IBGE, é de 15,93 anos e das mulheres 18,13 anos. O

---

Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) unificou em 17,29 anos.

### **PERÍODO DE TRANSIÇÃO:**

A Lei prevê um período de 60 meses para a implementação da nova regra, o chamado período de transição. Para esse período é aplicado a seguinte fórmula:

$$SB = F \frac{(X * M)}{60} + M * \frac{(60 - X)}{60}$$

ONDE :

SB = Salário-de-benefício

F = Fator Previdenciário

X = Nº equivalente à competência, a partir do mês de vigência da Lei.

M = Média aritmética simples do salário-de-contribuição, corrigido mês a mês.

### **APLICAÇÃO DA FÓRMULA: EXEMPLO 1**

Uma mulher que tenha começado a trabalhar aos 15 anos poderia aposentar-se a partir dos 45 anos, com 100% da média dos salários dos últimos 36 meses. Porém, aplicando a nova fórmula o seu Fator Previdenciário será de 0,5843. Isso significa dizer que o valor de seu benefício será reduzido em quase 42%.

Imaginamos que a média do seu salário de contribuição dos últimos 36 meses (ou X anos de contribuição de 07/94 até o início do benefício) seja de R\$ 600,00, aplicando os dois exemplos teremos:



---

**Regra anterior:**

30 anos de contribuição e 45 anos de idade

**Salário-de-benefício (SB) = R\$ 600,00**

**Regra atual (com Fator Previdenciário no 60º mês)**

$$SB = F * M$$

$$M = 600,00$$

$$F = \frac{35 * 0,31}{28,94} * \left[ 1 + \frac{(45 + 35 * 0,31)}{100} \right]$$

$$F = 0,3749 * 1,248 = 0,5843$$

$$SB = 0,5843 * 600,00$$

**Salário-de-benefício = R\$ 350,04**

**Nota:** A expectativa de sobrevivência de 28,94 anos, no exemplo acima, se refere à tábua de mortalidade do IBGE de outubro de 1999.

#### **EXEMPLO 2:**

Um homem que inicia a atividade profissional aos 15 anos e com 35 anos de contribuição, aos 50 anos de idade, terá um Fator Previdenciário de 0,7296, ou seja, terá uma redução de 27,04%. Para recuperar esta perda terá que contribuir por mais 5 anos.

Portanto, o Fator Previdenciário tem como objetivo penalizar quem tenha contribuído por 30 ou 35 anos, e cumpra esse requisito antes dos 59 anos de idade, conforme tabelas a seguir. E beneficiando quem ingressar tarde no mercado de trabalho, cumprindo em idade mais avançada os 30 ou 35 anos de contribuição. Como sempre, privilegia-se os mais

---

abastados, onde seus filhos só entram no mercado de trabalho após o curso superior, pós-graduação, etc.

### III - OUTRAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI

Além do Fator Previdenciário, a Lei 9.876/99 trouxe as seguintes alterações:

1. Agrega trabalhador autônomo, equiparado e empresário a contribuinte individual:

- Extinção da escala de salário-base no prazo de 5 anos;

2. Multas sobre as contribuições em atraso:

a) Não incluída em notificação fiscal de lançamento

- 8%, dentro do mês de vencimento (antes era 4%);  
- 14%, no mês seguinte (antes era 7%);  
- 20%, a partir do segundo mês seguinte ao do vencimento (antes era 10%).

b) Após notificação:

- 24%, em até 15 dias do recebimento da notificação;  
- 30%, após o 15º dia;  
- 40%, após apresentação do recurso quando antecedido de defesa;  
- 50%, após o 15º dia da ciência, quando não inscrito em dívida ativa.

c) Inscrito em dívida ativa:

- 60%, sem objeto de parcelamento;  
- 60% se houve parcelamento;  
- 80%, após o ajuizamento, sem parcelamento;  
- 100%, após o ajuizamento, com parcelamento.

2. Salário maternidade:

---

a) Estendeu para seguradas contribuinte individual e facultativo;

b) Carência de 10 meses para contribuinte individual, facultativo e segurado especial;

c) Valor:

- Empregada e trabalhadora avulsa: remuneração integral, sem teto;
- Empregada: seu último salário de contribuição;
- Contribuinte individual e facultativo: soma dos doze últimos salários de contribuição, apurados em período não superior a 15 meses: mínimo de um salário mínimo;
- Segurada especial: um salário mínimo.

---

## **CONSELHO EXECUTIVO**

**1999–2001**

**ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA NETO**

Presidente do Conselho Executivo

**NILDO MANOEL DE SOUZA**

Vice-presidente Executivo Substituto

**CARLOS ROBERTO BISPO**

Vice-presidente de Assuntos Fiscais

**MARIA ERBENIA RIBAS CAMARGO**

Vice-presidente de Política de Classe

**MARCELO OLIVEIRA**

Vice-presidente de Política Salarial

**JOSÉ AVELINO DA SILVA NETO**

Vice-presidente de Seguridade Social

**MARUCHIA MIALIK**

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas

**ROSANA ESCUDERO DE ALMEIDA**

Vice-presidente de Cultura Profissional

**ROSWILCIO JOSÉ MOREIRA GÓIS**

Vice-presidente de Serviços Assistenciais

**MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO**

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos

**MISMA ROSA SUHETT**

Vice-presidente de Administração

**MARIA SALETE PAZ**

Vice-presidente de Patrimônio e Cadastro

**DURVAL AZEVEDO SOUSA**

Vice-presidente de Finanças

**LUIZ MENDES BEZERRA**

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

**FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO**

Vice-presidente de Comunicação Social

**MARIA APARECIDA F. PAES LEME**

Vice-presidente de Relações Públicas

**RODOLFO FONSECA DOS SANTOS**

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares

**AURORA MARIA MIRANDA BORGES**

Vice-presidente de Relações Interassociativas